revista
movimento
crítica, teoria e ação
ano 3, n.10. jul./set. 2018.

Editora
Movimento

Editores

Etevaldo Teixeira

Roberto Robaina

Diretor

Thiago Aguiar

Responsável

Movimento Esquerda Socialista

Organização do volume

Israel Dutra e Thiago Aguiar

Projeto gráfico e diagramação

Adria Meira

Transcrições, traduções e revisões

Charles Rosa

Flavia Brancalion

Gustavo Rego,

Pedro Micussi

Thiago Aguiar

Periodicidade

Trimestral | 10ª edição. Ano 2018.

Autores que contribuem nesta edição: Cinzia Arruzza, Daniel Denvir, David Harvey, Esteban Volkov, Giovanna Marcelino, Israel Dutra, Jean Van Heijenoort, Leon Trotsky, Nahuel Moreno. Pedro Fuentes, Pierre Rousset.

Movimento : crítica, teoria e ação / Movimento Esquerda
Socialista. ano 3, v.1, n.10 (jul.2018 -set.2018) .
Porto Alegre : Movimento, 2018.

Trimestral.

ISSN 2448-1491

1. Marxismo – Brasil. 2. Marxismo – Mundo.
3. Socialismo. 4. Política – Brasil. 5. Política –
Internacional.

CDD 335.4

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Melchionna e Silva
CRB10/1813

Editora Movimento
Rua Bananal, 1679, Bairro Arquipélago
90090-010 - Porto Alegre-Rio Grande do Sul - Brasil

Impresso no Brasil

2018

Índice

Apresentação	5
<i>Thiago Aguiar</i>	
80 anos da IV Internacional e a atualidade do trotskismo	
80 anos da IV Internacional: uma herança para ser defendida com punhos cerrados e cabeça erguida	9
<i>Israel Dutra</i>	
Como foi concebida a IV Internacional	25
<i>Jean Van Heijenoort</i>	
Discurso gravado para a Conferência de Fundação da IV Internacional	37
<i>Leon Trotsky</i>	
Programa de Transição	41
<i>Leon Trotsky</i>	
Ser trotskista hoje	97
<i>Nahuel Moreno</i>	
O que é ser trotskista no século XXI?	101
<i>Pedro Fuentes</i>	
A vida como fio de continuidade da revolução – Entrevista com Esteban Volkov, neto de Trotsky	121
<i>Israel Dutra</i>	
Internacional	
“O feminismo é no momento a vanguarda da mobilização social a nível internacional” – Entrevista com Cinzia Arruzza	133
<i>Giovanna Henrique Marcelino</i>	
A geopolítica da China: continuidades, inflexões e incertezas	145
<i>Pierre Rousset</i>

Teoria

Por que <i>O Capital</i> de Marx ainda importa – Entrevista com David Harvey <i>Daniel Denvir</i>	171
---	-----

Brasil: Primeiras análises da eleição de 2018

Ele não! Ditadura nunca mais! Derrotar Bolsonaro nas urnas e nas ruas! <i>Executiva Nacional do MES</i>	195
---	-----

Impulsionar o movimento democrático para derrotar Bolsonaro no segundo turno <i>Coordenação Nacional do MES</i>	199
---	-----

Organizar a resistência junto ao povo brasileiro <i>Executiva Nacional do MES</i>	213
--	-----

As perspectivas diante do novo governo Bolsonaro <i>Executiva Nacional do MES</i>	219
--	-----

Apresentação

Thiago Aguiar ¹

Publicamos a décima edição de nossa *Revista Movimento*, consolidando um espaço de elaboração teórica e política, de propaganda de nossas posições e formação da militância do Movimento Esquerda Socialista, além do necessário e fundamental intercâmbio com outras organizações políticas e intelectuais marxistas. Neste número, mais uma vez, nosso leitor encontrará artigos, entrevistas e materiais ancorados nestas orientações que conduzem nosso processo editorial desde o início.

Dessa vez, celebramos os 80 anos de fundação da IV Internacional, comemorados em setembro de 2018, com uma seção especial. Aberta por Israel Dutra, que assina artigo reconstruindo a história da fundação da IV e do trotskismo, a seção conta com artigo inédito em português de Jean Van Heijenoort, secretário e colaborador próximo de Trotsky; o Programa de Transição de Trotsky; seu discurso enviado para a conferência de fundação da IV nos arredores de Paris; uma entrevista exclusiva de Esteban Volkov, neto de Trotsky, para *Movimento*; além da republicação de artigos de Nahuel Moreno, sobre a atualidade do trotskismo, e de Pedro Fuentes, sobre o lugar do trotskismo na luta de classes do século XXI.

Na seção internacional, publicamos entrevista com a feminista italiana Cinzia Arruzza, professora de filosofia na *New School for Social Research em Nova York*, que teve uma experiência como militante da IV Internacional e hoje é uma referência nos estudos de gênero e sobre a luta das mulheres. Também trazemos a nossos leitores a tradução em por-

¹ Doutorando em Sociologia (USP) e diretor da *Revista Movimento*.

tuguês de instigante artigo de Pierre Rousset sobre a geopolítica da China.

Fechamos esta edição quando a eleição brasileira se encerrava. Como não poderia deixar de ser, nesta décima edição de *Movimento*, apresentamos as primeiras análises do MES sobre os resultados eleitorais. Sabemos que a vitória de Jair Bolsonaro trará graves ataques à classe trabalhadora e ao povo brasileiro. Estaremos com nosso povo, lutando em defesa das liberdades democráticas e de nossos direitos.

Mais uma vez, esperamos que a revista seja uma ferramenta útil de construção e formação para nossos camaradas. Boa leitura!

80 anos
da IV Internacional
e a atualidade
do trotskismo

80 anos da IV Internacional: uma herança para ser defendida com punhos cerrados e cabeça erguida

Israel Dutra ¹

Que os filisteus continuem buscando sua própria individualidade no vazio; para um revolucionário, doar-se inteiramente ao partido significa encontrar a si mesmo. Sim, nosso partido nos toma por inteiro. Mas, em compensação, nos dá a maior das felicidades, a consciência de participar da construção de um futuro melhor, de levar sobre nossas costas uma partícula do destino da humanidade e de não viver em vão.²

Nos arredores de Paris, um punhado de quadros comunistas, forjados em largas lutas internas durante a intensa década de 30, davam um passo superior na organização política da vanguarda da classe trabalhadora. Era setembro de 1938. Após a experiência da Oposição de Esquerda Internacional, no calor dos embates contra o stalinismo e o fascismo, às vésperas da II Guerra Mundial, nascia a IV Internacional. Seu dirigente e impulsionador Leon Trotsky teria participação epistolar devido ao exílio e à perseguição a ele impostas. Estava do outro lado do planeta, no calor da Cidade do México, escrevendo intensamente e lutando pela vida, sob o acosso dos homens de Stalin.

Nessas precárias condições, após a morte dos seus principais organizadores, a Conferência Internacional de fundação proclamou sua vitória diante dos que queriam evitá-la: a IV Internacional vivia e lutava. Com a vontade inquebrantável de homens e mulheres, o fio de continuidade com as melhores experiências do movimento operário seria preser-

¹ Sociólogo e dirigente do MES e do PSOL.

² Discurso de Leon Trotsky gravado para a Conferência fundacional da IV Internacional.

vado. Mesmo diante de inimigos tão poderosos, o bastão do programa estava a salvo.

Os anos que se passaram – com prognósticos e ânimo de combate distintos entre seus fundadores – foram de desencontros, lutas heroicas e divisões. A defesa da “bandeira sem manchas” só pode ser feita, nos dias de hoje, ao lado da necessidade de um reagrupamento de forças e da atualização do programa. A combinação dialética de ambas tarefas é a mais urgente necessidade subjetiva dos revolucionários nos dias de hoje.

Nesse breve artigo, parte da edição alusiva aos 80 anos da IV Internacional da *Revista Movimento*, queremos destacar os principais pontos de uma experiência que se confunde com o próprio século XX, para aprendermos com a história e prepararmos as novas gerações para os combates decisivos que virão.

A falência da Internacional Comunista: de fábrica da revolução a aparato policial

A I Grande Guerra Mundial abriu uma nova situação. Por um lado, uma nova época de crises, guerras e revoluções; por outro, a traição final da II Internacional, simbolizada por seu partido mais importante, o SPD alemão, ao votar ao lado da burguesia nacional os créditos de guerra. O levante solitário de Karl Liebknecht no Parlamento alemão não apenas demarcava uma posição de princípios e internacionalista. Era o anúncio da “falência da social-democracia”, processo analisado por Lenin em brochura de mesmo nome.

A principal conquista do proletariado mundial, no impulso da grande Revolução Russa de 1917, foi a constituição de uma forte direção revolucionária. Nos escombros do que havia sido a II Internacional, traidora e reformista, que caiu nos braços do chauvinismo, a força organizada da classe ergueu uma grande ferramenta, comandada por Lenin e a direção bolchevique. Pilar do internacionalismo,

a III internacional organizou o que se poderia chamar de “fábrica da revolução”.

Após a vitória da Revolução, os bolcheviques entendiam que a única forma de conservar e expandir a conquista do poder soviético seria apoiando o desenvolvimento da revolução proletária na Alemanha e nos países centrais da Europa, espalhando pelo planeta a bandeira da tomada do poder pela classe trabalhadora. Em meio à cruenta guerra civil, Lenin discursava no Congresso fundacional da Internacional Comunista, em março de 1919, homenageando Liebknecht e Rosa Luxemburgo.

Os primeiros anos da Internacional Comunista foram de dedicação plena por parte da direção russa, mesmo diante do já citado esforço de guerra. Na luta contra o oportunismo e o esquerdismo, as seções foram sendo forjadas e discutidas, com a elaboração de teses e programas para a “ação dos comunistas”. O arsenal teórico e político desenvolvido nos quatro primeiros congressos, de 1919 a 1922, formaram os alicerces da luta revolucionária no século XX. Questões de princípios, como a atuação nos parlamentos, questões das lutas das mulheres e da negritude, o problema da palavra-de-ordem de governo de trabalhadores e a frente única operária.

O retrocesso da onda revolucionária do início dos anos vinte representou uma virada na situação mundial. Com alto custo humano, a guerra civil na Rússia deixou um legado contraditório. A vitória heroica sobre os exércitos brancos consolidou o poder nas mãos do PC e dos soviets, mas, com o esmagamento da parte mais ativa do proletariado, resultou num retrocesso social. A combinação de esgotamento das forças proletárias no âmbito russo com a derrota da Revolução Alemã trouxe graves consequências para a III Internacional. A morte da figura maior do movimento operário, Vladimir Lenin, foi mais um componente decisivo na desorganização que levaria a distorções.

A partir do ano de 1924, tanto o PC como a III Internacional seriam palcos de embates políticos e teóricos entre a visão que propunha a expansão do processo revolucionário, com base nos organismos da classe, rumo a uma democracia socialista e a visão que apregoava o “socialismo num só país”. O fenômeno da burocratização da URSS encabeçada por Stalin contaminaria de morte a IC, como se verificariam as provas históricas de acontecimentos decisivos na China, Alemanha, França e Espanha.

Na China, a direção da IC – já dominada por Stalin – defendeu a diluição do Partido Comunista num movimento nacionalista burguês, o *Kuomintang*, pagando com a vida de milhares de ativistas e atrasando a revolução em mais de duas décadas. Em 1927, depois da derrota da plataforma da Oposição Unificada, Trotsky é expulso do partido. O caso alemão, contudo, foi o divisor de águas. Até 1933, a luta de Trotsky e da Oposição de Esquerda estava voltada para a retomada dentro dos partidos comunistas das suas posições fundacionais. A linha do PC alemão, definida como “esquerdismo do terceiro período”, era contrária à frente única com a social-democracia. Trotsky responsabilizou essa linha pela ascensão definitiva de Hitler, abrindo o caminho para duros golpes contra a classe trabalhadora alemã. A luta para reformar o partido alemão estava esgotada. Novamente, o país de Marx selava o destino da organização internacional dos trabalhadores.

A deriva da derrota alemã levou a uma escalada de traições e degeneração por parte da III Internacional. Aos poucos, os interesses da construção de uma direção internacionalista, que fosse um suporte para a organização da luta revolucionária em cada país, foram substituídos pelos interesses da casta burocrática da URSS e suas “razões de Estado”.

A política de apoio à Frente Popular na França desarmou por completo o movimento operário, no auge dos embates dos anos trinta. Trotsky e a Oposição de Esquerda se levanta-

taram contra tal traição. No caso da Espanha, a linha do PC foi ainda mais criminoso, como está retratado no lindo filme *Terra e Liberdade*, de Ken Loach, baseado na brochura de Orwell, *Homenagem à Catalunha*. O stalinismo atuou para liquidar a resistência republicana, desarmando as brigadas internacionalistas articuladas com a Oposição de Esquerda, como as milícias republicanas do POUM e da CNT/FAI (anarquista).

O cume do processo de degeneração política e moral da IC acontece dentro do próprio PC soviético. Após anos de luta interna, Stalin e seu aparelho buscam liquidar fisicamente seus opositores. Os “Processos de Moscou” de 1936 condenam à morte e aos campos de concentração opositores, dissidentes e boa parte da velha guarda bolchevique. Tal matança ordenada de opositores articulou-se com diferentes esferas da GPU, da polícia secreta soviética e de seus tentáculos internacionais. A operação para assassinar Andreu Nin foi a antessala dos processos internacionais que culminaram na execução, no México, do maior crime de Stalin, a morte do próprio Leon Trotsky.

A IC concluiria assim, nas palavras de Pierre Broué, sua triste trajetória nas mãos de Stalin: da “atividade política à atividade policial”.

Trotsky e a fundação da IV

A IV internacional foi, sem dúvida, a maior obra da vida de Leon Trotsky. Seus aportes ao movimento operário foram diversos e profundos: primeiro presidente do Soviete de Petrogrado, dirigente da comissão militar responsável pela insurreição de outubro, chefe do Exército Vermelho, escritor, jornalista e historiador. Walter Benjamim considerava o livro *Minha vida* uma das mais belas obras que tinha lido. Mesmo diante desses prodígios, a fundação da IV foi algo superior.

Ao final dos anos 20, seu destino foi o desterro. Mandado ao exílio em Alma-Ata, no Cazaquistão, em janeiro de 1928, segue para Turquia, onde fica até 1933, passando por França, Noruega e finalmente chegando ao México.

Durante o exílio, Leon Trotsky vai formular sobre a degeneração da URSS, a partir da leitura histórica do processo revolucionário. Sua análise do caráter social da burocracia, da relação entre as grandes potências e da condição subjetiva do proletariado é a mais completa sobre o processo de falência do “socialismo num só país”. Em 1936, publica *A Revolução Traída* como obra-prima na descrição da abrupta transformação do Estado Operário da URSS.

O desenvolvimento das críticas de Trotsky gerou inúmeros escritos. E quanto à organização propriamente dita, nunca abandonou a necessidade de dar corpo a suas ideias, persistindo, mesmo em condições adversas, na organização da Oposição de Esquerda como forma de lançar as bases para uma nova Internacional. O assassinato de Trotsky, em agosto de 1940, representou um duríssimo golpe para o surgimento de uma direção revolucionária. Trotsky estava concluindo a biografia de Stalin, revelando crimes e deixando nítido seu papel nefasto. Anos mais tarde, a própria cúpula do PC teve que dar razão aos trotskistas quando foi publicado o relatório Krushev em 1956. A morte de Trotsky, precoce diante da longevidade do gênio, foi tardia, porém, pensando no objetivo de seus alzozes. Trotsky levava adiante e vencera sua mais importante batalha: deu vida à IV Internacional.

A fundação da nova organização foi fruto de amplo debate, tentativas de acordos e fusões. A busca de um acordo inicial uniu diferentes e importantes atores do movimento operário, com a tentativa do bloco dos “4”, como um agrupamento da esquerda comunista por fora dos PCs tradicionais. Tal bloco incluía o RSP holandês, a LCI francesa, o SAP alemão e a ruptura da social-democracia holandesa, o OSP. Outra movi-

mentação foi a que buscou uma localização junto aos quadros norte-americanos. Trotsky chegou a propor uma aproximação com o pastor Abraham Muste, vendo que parte da classe operária e dos negros americanos se organizavam nas igrejas evangélicas. Ao contrário dos críticos que tomam a formação da nova Internacional como um passo sectário, Trotsky e os principais quadros da Oposição de Esquerda Internacional tinham uma linha ampla para a conformação de processos vivos.

Com o avanço da contrarrevolução, quando as derrotas na Alemanha e na França pesavam de forma decisiva, e a perseguição na URSS chegava a níveis insuportáveis, a direção da Oposição de Esquerda Internacional sofreu baixas que desorganizaram a convocação da conferência fundacional. O retrocesso programático com outras formações políticas, como os blocos propostos anteriormente, também foi um revés. O peso do aparato stalinista exercia um fator de atração, atuando sobre grupos centristas. Não restava outra saída que não construir uma conferência que delimitasse teórica e programaticamente para disputar os rumos do movimento operário.

A organização da conferência fundacional, marcada em princípio para 1937, teve de ser adiada em função da repressão que se abateu sobre o centro político europeu da nascente internacional. A infiltração de um membro da GPU (Etienne-Zborowski) levou à morte de dois dos principais dirigentes encarregados das tarefas da Conferência, Erwin Wolf e Leon Sedov, este último o filho e colaborador mais próximo de Trotsky.

A fundação foi um êxito, diante da complexa situação. Trotsky apoiou-se no centro europeu, especialmente na França, e no peso do SWP norte-americano para os primeiros passos da IV. O SWP era o maior partido da Oposição de Esquerda, tendo implantação em setores da classe trabalhadora, como demonstrado na grande greve dos caminhoneiros nos

Estados Unidos. A Conferência durou apenas um dia, 3 de setembro de 1938, na casa do casal Romer na periferia parisiense. Vinte e seis delegados presentes representaram 11 das 29 seções, com a participação de Estados Unidos, Bélgica, França, Polônia, Alemanha, Inglaterra, Checoslováquia, Grécia, Cuba, Brasil, Chile, África do Sul, Holanda, Austrália, México e Espanha. Contabilizaram-se cerca de 6 mil militantes ao redor do planeta, nas atas das delegações. A conferência foi presidida por Pierre Naville, que seria reconhecido anos depois como um grande intelectual e fundador da Sociologia do Trabalho.

Trotsky saudou a Conferência por meio de um discurso gravado, deixando claro os objetivos da nova Internacional: “não queremos mais dinheiro, filiados, deputados”, dizia o velho. “Nosso objetivo é a total libertação, material e espiritual, dos trabalhadores e explorados...”

O Brasil teve a participação por meio de Mário Pedrosa, representante do Partido Operário Leninista. Pedrosa foi parte dos fundadores da antiga Liga Comunista Internacionalista, pioneira do trotskismo no Brasil, implantada entre as células de trabalhadores gráficos de São Paulo. Desde os seus primeiros passos, o trotskismo brasileiro lutou pela frente única, cumprindo papel determinante na batalha da Praça da Sé, quando os integralistas foram derrotados e expulsos da praça, no episódio conhecido como “Revoada dos Galinhas Verdes”. A presença de Mário Pedrosa na fundação da IV, que indicava o peso que as ideias trotskistas teriam na camada mais avançada de trabalhadores brasileiros, jornalistas e intelectuais, orgulha a nossa história. Apesar do afastamento posterior, quando Mário adere às posições antidefensistas da minoria do SWP americano, a história do trotskismo brasileiro é rica. O reconhecimento por tal história transborda as fileiras dos que reivindicam a IV internacional, como se revela na fundação do PT, quando Mário Pedrosa é homenageado com a ficha de filiação número 1.

As três grandes conquistas teóricas e políticas

A fundação da IV representou um passo à frente. O cenário internacional estava ingressando num período de trevas. Era a “meia-noite no século”, como afirmou Victor Serge. A derrota do campo republicano na Espanha e a ascensão do nazi-fascismo desembocariam na maior tragédia da história da humanidade até aqui: a II Guerra Mundial. Tal acontecimento selou o destino da própria IV Internacional, acossada pelo ascenso do nazi-fascismo e pelos métodos contrarrevolucionários que o stalinismo utilizava para liquidar e desmoralizar seus militantes, dos quais o assassinato de Trotsky foi a máxima expressão. Apesar do peso stalinista, de quem era o principal alvo, Trotsky nunca perdeu de vista o caráter do Estado Operário e a necessidade de defender a URSS diante o perigo fascista. Esta foi sua última batalha política com a fração minoritária do SWP, resumida na brochura *Em defesa do marxismo*.

A IV Internacional, contudo, deixou um legado enorme, apesar de sua orfandade precoce. Podemos falar em três conquistas sólidas que se institucionalizaram com a fundação da IV: o método do *Programa de Transição*, a teoria da revolução permanente e a defesa do internacionalismo como princípio fundante.

O *Programa de Transição* como método e referência é uma conquista programática dos revolucionários, sendo o fio de continuidade do programa do *Manifesto Comunista*, das polêmicas entre os bolcheviques e mencheviques, de Rosa Luxemburgo contra o revisionismo dos reformistas alemães e dos quatro primeiros congressos da IC. Trotsky tomou como base para a discussão o artigo que fez para os “90 anos do Manifesto Comunista” e toda a atualização fruto da experiência dos combates dos anos 30. O *Programa de Transição* afirma a necessidade da construção de um forte partido revolucioná-

rio mundial, superando a separação entre o programa mínimo (as reivindicações imediatas) e o programa máximo (luta por outro poder, outro Estado). Assim explica o Programa:

A social-democracia clássica, que desenvolveu sua ação numa época em que o capitalismo era progressista, dividia seu programa em duas partes independentes uma da outra: o programa mínimo, que se limitava a reformas no quadro da sociedade burguesa, e o programa máximo, que prometia para um futuro indeterminado a substituição do capitalismo pelo socialismo. Entre o “programa mínimo” e o “programa máximo” não havia qualquer mediação. A social-democracia não tem necessidade desta ponte porque de socialismo ela só fala nos dias de festa.

Ter rompido essa lógica como metodologia ajudou a classe trabalhadora a ganhar confiança em suas próprias forças para evitar cair numa visão reformista ou maximalista, quando se discute o problema do programa. No debate mais geral sobre a estratégia dos comunistas, o aporte da teoria da revolução permanente foi distintivo para a conformação da IV. Trostky foi, ao longo de sua vida, enriquecendo sua visão sobre a revolução, desde seus escritos sobre o ensaio geral de 1905 até a luta pela expansão da onda revolucionária na Europa. Em oposição à visão stalinista de socialismo num só país, adotou a estratégia da revolução permanente, levando em conta os aspectos materiais, da dinâmica entre as classes, das tarefas colocadas para o desenvolvimento histórico de cada país e numa visão mais abrangente da relação de forças entre os países.

A terceira conquista expressa na fundação da IV foi a preservação do internacionalismo como princípio de ação dos revolucionários. Assim como a II internacional sucumbiu ao chauvinismo da I Grande Guerra, a III internacional acabou por substituir as necessidades da classe trabalhadora internacional pelos interesses nacionais da burocracia soviética. O internacionalismo de Lenin e Rosa foi decisivo na luta

contra os dirigentes da social-democracia alemã. A tradição revolucionária de Trotsky fez do internacionalismo sua principal bandeira contra a degeneração stalinista. Esse legado a IV recebeu como herança. E o fez transmitindo como fios de continuidade revolucionária ao longo do século XX.

A atualidade de uma bandeira sem manchas

A fundação da IV foi um triunfo numa situação defensiva. Pode-se falar numa vitória dentro da derrota. A situação do movimento operário era desesperadora. E foi se agravando de forma dramática, durante a II Guerra. A morte de Trotsky foi um duríssimo golpe na jovem e incipiente organização. Isso por si só já seria um real motivo de desmonte. O segundo elemento de retrocesso foi que não se confirmou o prognóstico de Trotsky segundo o qual, depois do período contrarrevolucionário, a IV ganharia peso e influência de massas. Após a derrota do nazismo, quem se fortaleceu foram as democracias burguesas e o stalinismo. A IV reduziu-se a alguns núcleos de propaganda dispersos. A geração dos anos 40 teve a responsabilidade de sobreviver, contra a repressão nos campos de concentração, nazistas ou stalinistas, como os que sobreviveram em Vorkuta.

Como a principal demanda era a própria sobrevivência das nossas ideias, o que também prova que a IV foi mais forte do que a liquidação física de seus líderes, o trotskismo tornou-se uma organização defensiva no que diz respeito ao seu programa e sua ação. Isso levou a pequenas disputas entre os diferentes núcleos, falta de uma direção com autoridade e marginalidade no seio do movimento operário internacional. Salvo algumas honrosas exceções, como Bolívia e Ceilão, a maior parte dos partidos ligados à IV não tinha capacidade de disputar a direção do movimento operário em seus países. Isso não quer dizer que não tenham feito esforços heroicos

para construir-se ligar-se ao movimento de massas. A direção de Michel Pablo, no começo dos anos 50, cometeu erros de leitura – acreditava, por exemplo, na inevitabilidade da III Guerra Mundial – e de orientação. A maior capitulação foi na Revolução Boliviana de 1952, quando o POR – que era a vanguarda da luta dos mineiros – emprestou apoio crítico ao governo do MNR. Pablo também atuou de forma burocrática, reconhecendo apenas direções alinhadas com suas ideias. Isso levou-o a choques com Ted Grant na Inglaterra e a reconhecer um dirigente aventureiro como Posadas como responsável da IV na Argentina. Apesar dos erros, Pablo dedicou-se à luta anti-imperialista e voltou aos quadros da antiga LCR ao final da vida, em 1995.

Os erros da direção pablista atrasaram a recomposição da IV. Tomada por lutas internas, sem superar seu caráter marginal, podemos falar de uma “grande diáspora” do movimento trotskista. Os diferentes trotskismos se implantaram em quatro grandes centros: Estados Unidos, Argentina, França e Inglaterra. A raiz de nossa corrente histórica remete ao trotskismo operário e socialista encabeçado por Nahuel Moreno, que, a partir da Argentina, expandiu-se pela América Latina. Os ingleses constituíram-se como força ativa no seio do trabalhismo, dirigindo importantes greves e mesmo cidades importantes, como Liverpool. Nos Estados Unidos, o SWP foi o partido mais forte e de tradição da IV. O partido tinha quadros como Cannon, Dobbs, Hansen, Camejo e Novack. A geração mais jovem do partido capitulou ao castrismo, rompendo a tradição independente do movimento operário. Na França, a JCR, orientada por Mandel e Frank, cumpriu um destacado papel nas jornadas do Maio de 1968. A geração do Maio francês vinculou-se diretamente a jovens trotskistas como Alan Krivine e Daniel Bensaïd.

A polêmica sobre a guerrilha dividiu águas nos anos 70. Enquanto a corrente ligada a Mandel defendeu a estratégia

de guerrilhas em todo o continente, nossa corrente combateu essa linha, sem perder de vista a solidariedade e a defesa de todos os presos políticos e mortos. Com Moreno na direção, o PST argentino teve um papel firme na resistência à ditadura argentina, ajudou a consolidar núcleos socialistas na Colômbia, Peru, Brasil e Venezuela, dando bases para uma pesada intervenção no ascenso operário e popular que colocaria um ponto final nas ditaduras no Cone Sul.

De qualquer modo, é inegável a presença dos militantes referenciados na bandeira da IV nas grandes lutas da classe trabalhadora. A bandeira “sem manchas” dos trotskistas esteve viva no levante de Varsóvia, na resistência francesa, entre os *partisans* italianos e os brigadistas espanhóis, na heroica guerrilha de massas antifascista na Grécia, nos muros do Maio francês, na luta camponesa peruana e nas greves mineiras da Bolívia, na Revolução na Indochina, no *Cordobazo* e na resistência operária Argentina, entre os mortos do Estádio Nacional do Chile, na fundação do PT e da CUT no Brasil, na primavera de Praga, no despertar da classe operária polaca, na defesa da revolução política nos Estados Operários, nas lutas negras da África...

O complexo processo de queda do Muro de Berlim, no final dos anos oitenta, gerou intenso debate na esquerda, levando a cisões e retrocessos importantes nas organizações trotskistas. Correntes que agrupavam milhares de militantes, como “Militante” na Inglaterra, se dividem; o MAS argentino, considerado um dos maiores partidos trotskistas do mundo, retrocede, num processo de luta interna que o leva à explosão. Importantes partidos, como PRT mexicano, também retrocedem, assim como houve dificuldades nas organizações trotskistas no Paquistão. O que marca os anos noventa é um retorno à fragmentação e ao isolamento. Também dentro da corrente mandelista, há o duro golpe da capitulação da DS brasileira – que participou do governo so-

cial-liberal – à direção petista, que expulsa a ala esquerda do partido em 2003.

Como resposta às novas condições de luta no século XXI, nossa organização atualizou sua leitura programática: era possível e necessária a tarefa do reagrupamento. Tal tarefa envolvia a retomada de diálogo entre forças trotskistas, forças anticapitalistas mais amplas e setores da esquerda não tradicional. Colocamos nossa energia a serviço da construção de uma nova esquerda, tendo sua expressão mais viva no Brasil com o PSOL – um partido com tendências com programa de corte anticapitalista. Na esteira do reagrupamento, o MES participa como observador dos fóruns da IV Internacional (Comitê Internacional) desde 2010.

Em março de 2018, participamos na Bélgica do XVII Congresso da IV Internacional, levando uma contribuição própria para a discussão entre os presentes. O Congresso indica a nossa presença orgânica na IV, com o status de seção simpatizante. Do Brasil, participaram sete agrupamentos políticos (todos participantes do PSOL), o que aponta a necessidade de uma maior convergência entre revolucionários no país, diante da situação adversa inaugurada com a recente eleição de Bolsonaro. A atual IV ainda está longe de ser um espaço definitivo: há toda uma gama de partidos, organizações e correntes que atuam no mundo, com a bandeira do trotskismo ou de outras tradições, que não estão ainda sob o mesmo marco comum organizativo. E, para avançar nessa direção, é preciso superar a atual formatação em prol de um reagrupamento maior.

Para enfrentar o recrudescimento político que vive o Brasil, a militância e as novas camadas de ativistas devem conhecer nossa história. Somos parte daqueles que lutaram contra a eliminação física nos campos de concentração, no inverno da Sibéria ou na Alemanha nazista. Eram nossos muitos que tombaram na ditadura argentina, lutando com o PST. Como na intervenção de Pedro Fuentes na Conferência Nacional do

MES, recordamos seu irmão Luis Pujals, assassinado na Argentina defendendo a bandeira da IV, e também Luiz Merlino, jovem brasileiro torturado até a morte em 1971 por Brillante Ustra. Temos orgulho de nossa tradição. Viemos de longe. Essa herança e essa responsabilidade defendemos com o punho cerrado e a cabeça erguida.

Como foi concebida a IV Internacional ¹

Jean Van Heijenoort ²

Nosso movimento tem o direito a se considerar o representante e o porta-estandarte histórico do socialismo revolucionário. Está ao final de uma cadeia cujos elos foram a Liga Comunista de Marx e Engels, a Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional), a II Internacional, o partido Bolchevique de Lenin e a Internacional Comunista. Mas para estabelecer os começos específicos de nosso movimento é necessário começar com o ano 1923 na URSS.

A Oposição de Esquerda

A Revolução de Outubro estabeleceu o primeiro Estado Operário, mas permaneceu isolada. “Sem revolução na Europa”, disse Lenin repetidamente, “pereceremos”. A história confirmou a veracidade destas palavras, mas à sua maneira. A degeneração apareceu no próprio aparato do novo regime, no partido que conduziu a revolução para a vitória.

A resistência à corrupção do partido proveio de Trotsky. A luta começou no outono de 1923. Em 8 de outubro, enviou uma carta ao Comitê Central e à Comissão Central de Controle denunciando o sufocamento do direito à crítica ao partido por parte de seus membros. Este é o primeiro documento de nosso movimento. Pode ser comparado ao que foi para os bolcheviques a famosa votação sobre os estatutos do partido em 1902.

¹ Transcrito de Prensa Obrera nº 238, 24 de agosto de 1988. Traduzido por Charles Rosa.

² Jean van Heijenoort foi secretário de Leon Trotsky de 1929 a 1940 e, naturalmente, militante revolucionário internacionalista. No artigo que segue, publicado em agosto de 1944, resume vividamente a década de lutas teóricas e organizativas que levou à fundação da IV Internacional.

Começando com a questão do regime interno do partido, a luta cresceu progressivamente até incluir todos os problemas da tática e estratégia revolucionárias. Fora da URSS, apareceram grupos opositores na maioria das seções da Internacional Comunista. As conexões desses grupos entre si e com a Oposição Russa permaneceram precárias. Muitos desses grupos nasceram em oposição a algum dos aspectos da política stalinista. Sua solidariedade política estava longe de ser completa. Um grupo que resultou de grande importância para o futuro de nosso movimento, a Oposição de Esquerda no Partido Comunista norte-americano, apareceu tardiamente em cena de 1928.

A coesão organizativa da Oposição de Esquerda Internacional não foi seriamente empreendida até o momento da expulsão de Trotsky da URSS e de sua ida à Turquia em fevereiro de 1929. A primeira Conferência Internacional da Oposição de Esquerda teve lugar em Paris em 1930.

A política da Oposição em relação à Internacional Comunista, tanto em seu conjunto como frente a suas várias seções, permaneceu igual desde 1923, numa palavra: a reforma. Apesar de terem sido expulsos pela fração no poder, os grupos trotskistas se consideravam parte da Internacional, sua fração de esquerda, exatamente como cada grupo se considerava fração do partido comunista nacional em cada país. Seu objetivo era convencer aos membros do partido da correção de seus pontos de vista, para ganhar a maioria e para colocar à organização no curso correto. A política era essencialmente a mesma frente ao Partido Bolchevique na URSS como frente a qualquer outra seção da Internacional. O nome do movimento, a Oposição, expressava e simbolizava esta política.

Trotsky escreveu um documento político de caráter programático, intitulado *A Oposição de Esquerda Internacional, suas tarefas e métodos* em dezembro de 1932, imediatamente depois de seu regresso a Prinkipo de Copenhague, onde havia tido a

oportunidade de encontrar-se com trinta dos mais importantes dirigentes da Oposição Internacional. Um capítulo deste documento foi intitulado *Fração, não Partido*. A perspectiva traçada ali era a mesma que nos anos precedentes, a saber, a reforma da Internacional Comunista e de cada uma de suas seções. Não obstante ressoou uma advertência:

Uma catástrofe histórica como a queda do Estado Soviético arrastará seguramente para a Terceira Internacional. Analogamente, uma vitória do fascismo na Alemanha e o esmagamento do proletariado alemão dificilmente permitirão à Comintern sobreviver às consequências de sua ruínosa política.

Uma dessas duas advertências se converterá prontamente numa terrível realidade. Em 30 de janeiro de 1933, Hildenburg, cabeça constitucional da República de Weimar, eleito com o voto da República de Weimar, eleito com o voto da social-democracia, chamou Hitler para formar um novo gabinete.

Durante três anos a Oposição de Esquerda havia feito soar o alarme pela ascensão do fascismo alemão. Numa série de artigos e panfletos, que por sua clareza e paixão revolucionária figuram entre as melhores produções de sua pena, Trotsky revelou a natureza do fascismo e mostrou as consequências de uma vitória fascista para os operários alemães, para o movimento operário internacional, para a URSS, para a Europa e para todo o mundo. Ele também apontou os significados desse perigo: a frente única dos partidos operários, o Comunista e o Social-Democrata, para a defesa ativa das organizações operárias frente aos vermes nazistas, uma luta defensiva que, em caso de triunfo, se converteria em ofensiva.

O colapso do Partido Comunista Alemão

Os dirigentes dos dois partidos operários oficiais rivalizavam em sua importância frente à ameaça fascista. A direção

social-democrata se aferrava desesperadamente a uma democracia que se negava a si mesma em meio do caos econômico e de agudos conflitos sociais e políticos. Os stalinistas atuavam de acordo com a “genial” teoria de seu líder de que era necessário esmagar primeiro a social-democracia antes de lutar contra o fascismo. Havia feito causa comum com os nazistas no famoso plebiscito da Prússia em agosto de 1931. Quando a ameaça fascista se tornou iminente, clamavam com altivez “depois deles será nossa vez!”.

Quando Hitler formou seu governo em 30 de janeiro de 1933, nem tudo estava perdido. As organizações operárias estavam ainda intactas. Nas seguintes semanas os nazistas atuaram muito cautelosamente. Em fevereiro, Trotsky declarou numa conversa: “A situação na Alemanha é similar à de um homem no fundo de um abismo enfrentando uma parede de pedra. Para sair é necessário aferrar-se às rochas com as mãos desnudas e sangrentas. É necessário ter coragem e vontade, mas é possível. Nem tudo está perdido”.

As direções oficiais dos partidos operários permitiram que se perdesse a última oportunidade. Frente a sua passividade, Hitler se tornou mais audaz. Ele nunca esperou obter uma vitória tão simples. No começo de março, a crua provocação do incêndio do Reichstag lhe permitiu estabelecer firmemente em forma definitiva a seu regime. As organizações operárias foram varridas.

A reação de Trotsky não tardou em se produzir. Escreveu um artigo intitulado *A tragédia do proletariado alemão*. Foi fechado em 14 de março de 1933 e tinha como subtítulo: *Os operários alemães se levantarão – o stalinismo jamais!*. A ideia central do artigo era que, na Alemanha, o Partido Comunista havia fracassado em sua missão histórica, de que estava sentenciado à morte como organização revolucionária. Deste modo, não havia outra alternativa que renunciar à política de reformá-lo e proceder a construção de um novo Partido

Comunista alemão. Quando Trotsky escrevia que o stalinismo não se levantaria novamente, se referia ao stalinismo na Alemanha. Em relação aos partidos comunistas dos demais países, especialmente ao Partido Bolchevique russo e à Internacional Comunista considerada em seu conjunto, a linha seguiu sendo a de antes, a da reforma.

Nas semanas seguintes outros artigos elaboraram esta posição e responderam às objeções levantadas. Nas fileiras da Oposição de Esquerda estas objeções foram mínimas. Provieram majoritariamente de certos camaradas da seção alemã, a mais diretamente envolvida. Estas objeções mantinham um caráter secundário ou sentimental: talvez seria melhor esperar antes de falar de um novo partido quando o oficial está sob os golpes de uma repressão brutal, etc. Mas a lição dos acontecimentos era tão clara que a necessidade de uma mudança na velha política não foi questionada seriamente.

Contudo, quando alguém volta sua memória para esse mês de março de 1933, não pode negar-se que a nova política foi uma surpresa para os membros da Oposição de Esquerda. A atividade diária de cada uma das seções estava centrada exclusivamente ao redor do Partido Comunista, e desenvolver uma nova linha, ainda quando fosse numa só de nossas seções, significava quebrar uma tradição que contava com dez anos. A grande autoridade de Trotsky possibilitou efetuar a mudança de linha rápida e de modo coeso. Sem ele, as lições dos acontecimentos da Alemanha seguramente teriam sido assimiladas em nossas fileiras, mas depois de quantos meses de discussão?

O problema da Terceira Internacional em seu conjunto não podia deixar de ser colocado. Depois do colapso do Partido Comunista alemão, o Comitê Executivo da Internacional publicou uma resolução em abril que declarava que a política seguida pelo Partido Comunista alemão “até, e no momento do golpe de Estado de Hitler, foi totalmente correta”.

Isso não é assombroso: o Comitê Executivo sob as ordens de Stalin, simplesmente cobria Stalin, que impunha sua fatal linha política ao Partido Comunista alemão. Mas o fato decisivo foi que todas as seções da Internacional aceitaram a resolução de Moscou e deste modo se converteram em igualmente responsáveis pela derrota histórica na Alemanha. Os membros que denunciaram a linha levada adiante, ou simplesmente a questionaram, foram expulsos. A política de reforma havia perdido todo realismo.

Em 15 de julho de 1933, Trotsky, sob o pseudônimo de G. Gurov, enviou às seções da Oposição um artigo intitulado: *É necessário construir um novo Partido Comunista e uma Internacional*. Aqui a perspectiva de uma reforma foi definitivamente abandonada. Depois da lição dos acontecimentos, a mudança foi decisiva: “Falar de ‘reforma’ e reclamar a readmissão dos opositoristas nos partidos oficiais deve ser definitivamente deixado de lado como utópico e reacionário”, escreveu. E aproveitou a oportunidade para formular um valioso conselho geral: “O mais perigoso em política é converter-se em prisioneiro das próprias fórmulas, que eram adequadas ontem, mas estão privadas de todo conteúdo hoje”.

Em 20 de julho, um segundo artigo intitulado *Não é possível permanecer mais tempo na mesma “Internacional” com Stálin, Manuïlsky, Lozovsky e cia.*, respondia a possíveis argumentos contrários à nova posição. A mudança de política coincidiu com a mudança da residência de Trotsky. Em 17 de julho, deixou Istambul e em 24 de julho desembarcou em Marselha. No dia seguinte, instalou-se cerca de Saint-Palais, na costa atlântica. Foi uma grande mudança em sua vida pessoal. Enquanto esteve na ilha de Prinkipo, a chegada de um visitante era um pequeno acontecimento a cada quatro ou seis meses; na França, Trotsky esteve em condições nas seguintes semanas de encontrar-se com praticamente todos os membros dirigentes dos grupos opositoristas europeus e com outros tantos do ultramar.

Quando Trotsky desembarcou em Marselha, a tradução de seu primeiro artigo sobre a necessidade de uma nova Internacional havia alcançado dificilmente as direções das diversas seções. Os dirigentes trotskistas da França, Bélgica, Alemanha, Itália, etc., rapidamente tomaram o caminho para Saint-Palais, e ali no estudo de Trotsky, ou sob as árvores de seu jardim, participaram em longas discussões. Praticamente não existiu oposição à nova orientação. O giro para um novo partido na Alemanha três meses antes havia quebrado uma longa tradição e aberto novas perspectivas. As discussões não versaram tanto sobre a necessidade de uma nova Internacional, mas sobre os caminhos e os meios para levá-la a cabo: como construí-la, como construir novos partidos?

A Nova Internacional

Algumas vezes colocaram a pergunta: não esperamos demasiadamente? Não devíamos ter reconhecido a necessidade de uma nova Internacional muito antes? A isso Trotsky respondeu: “Esta é uma pergunta que podemos deixar perfeitamente nas mãos dos historiadores”. Ele estava convencido profundamente e, sem dúvida, de que a mudança de política tivesse sido incorreta alguns anos antes, mas se recusou a discutir estas questões porque careciam de interesse práticos e imediatos.

Uma questão que levou grande parte da discussão foi a da URSS. É importante examinar como isso foi colocado então. O documento de dezembro de 1932 que já mencionamos e que ainda seguia a linha da reforma, assinalava:

Mais aguda e clara é a questão (da reforma) na URSS. A política de um segundo partido ali implicaria a política da insurreição armada e uma nova revolução. A política de fração implica a linha da reforma interna do partido na Alemanha, mas que ao mesmo tempo retinha a política de reforma interna do partido e do Estado Operário.

No artigo de abril de 1933, que assinalava necessidade de um novo partido na Alemanha mas que ao mesmo tempo retinha a política de reforma para a Internacional Comunista, Trotsky escreveu:

Se a burocracia stalinista levasse à URSS ao colapso... então seria necessário construir uma Quarta Internacional. O problema era: como descartar a política de reforma do Partido Bolchevique e ao mesmo tempo reter a perspectiva de reformar o Estado Operário? Como proclamar a Quarta Internacional antes de que a burocracia stalinista tivesse levado a URSS ao colapso?

O problema da URSS foi o grande obstáculo na mente de Trotsky antes de alcançar a conclusão de que não ficava outra alternativa que formar uma Quarta Internacional. Pouco antes de seu artigo de 15 de julho, disse numa conversa em Prinkipo: “desde abril estivemos a favor da reforma em todos os países exceto a Alemanha, onde estamos em favor de um novo partido. Agora poderíamos adotar uma posição simétrica, por exemplo, em favor de um novo partido em todos os países, exceto na URSS, onde estaríamos em favor da reforma do Partido Bolchevique” (esta posição, até onde eu sei, não foi nunca posta por escrito). Mas estava claro para os que o escutavam que suas ideias sobre este tema estavam somente em processo de formação e que ainda não haviam sido alcançadas as conclusões.

A solução a este problema é, como já é bem conhecido, a distinção entre uma revolução social e uma revolução política. Esta solução já estava perfilada nos primeiros documentos, em julho, os que falavam da necessidade de uma nova Internacional. Por outro lado, no verão de 1933, as discussões acerca da natureza da URSS foram numerosas: não somente estava a bancarrota stalinista na Alemanha, mas que as primeiras experiências econômicas de Hitler, Roosevelt, assim como o Estado corporativo

italiano deram origem por todos os lados a teorias sobre “o capitalismo de Estado”.

Trotsky então esclareceu sua posição em relação à URSS num longo artigo intitulado *A Natureza de classe do Estado Soviético*, fechado em 1 de outubro de 1933. Este artigo elimina definitivamente a perspectiva de uma remoção pacífica da burocracia e clarifica a fórmula utilizada nos documentos de julho sobre a nova Internacional. No fundamental, esta é a posição que mantivemos até o presente (sobre a questão de uma analogia histórica com o Termidor foi feita uma correção em fevereiro de 1935).

Outra questão requereu uma grande dose de atenção nas discussões de Saint-Palais: a de nossas relações com outras organizações. A Oposição de Esquerda tinha sua atenção focalizada exclusivamente sobre os diversos partidos comunistas. Nossa organização foi criada, com algumas raras exceções, com membros expulsos dos partidos comunistas e das ligas de juventudes comunistas. Toda nossa atividade estava subordinada à perspectiva da reforma. Tão cedo como em 15 de junho de 1933, isto é, antes do giro em favor de uma nova Internacional, Trotsky enviou às seções da Oposição de Esquerda um artigo, *As organizações da Esquerda socialista e nossas tarefas*, no qual assinalava um novo campo de atividade: a vitória do fascismo alemão produziu uma crise na social-democracia. A Comintern estava perdendo seus poderes de atração. Podíamos esperar que as organizações centristas da esquerda girassem até nós. Era necessário, portanto, voltar nossa atenção e nossos esforços nesta direção.

De fato, toda a atmosfera política, nossa orientação em favor de uma nova Internacional, a chegada de Trotsky à França, atraíram efetivamente sobre nós os olhos de organizações que, em diferentes períodos e sob diversas circunstâncias, romperam com a Segunda e a Terceira Internacionais. Foram numerosas as visitas a Saint-Palais de dirigentes destas orga-

nizações (SAP alemão, ILP inglês, OSP e RSP holandês, etc.). O partido holandês de Sneevliet (RSP) se declarou disposto a unir-se a nossas fileiras imediatamente. A excitação provocada pela vergonhosa bancarrota das duas Internacionais na Alemanha foi tão grande que pelo menos catorze organizações que não pertenciam a nenhuma das duas Internacionais decidiram se unir. Não obstante, estavam longe de ter um programa comum. Criticar as organizações oficiais em artigos e discursos é uma coisa. Empreender a construção de uma nova Internacional é outra coisa. Nossa organização decidiu participar da Conferência dos Catorze Grupos realizada em Paris no final de agosto de 1933. Nossa política era clara: tirar as conclusões dos acontecimentos até o final, propor nosso programa de construir uma nova Internacional, denunciar os que pretendiam permanecer equívocos e ambíguos. Junto a umas poucas organizações que reconheciam a imediata necessidade de uma nova Internacional (SAP, RSP, OSP), nossa organização subscreveu um documento conhecido como o nome de *Declaração dos quatro*. Alguns meses mais tarde, o SAP teria de renegar sua assinatura.

A conferência de Paris resultou ser o máximo esforço do que eram capazes os grupos centristas. Careceu de resultados. Todas suas perspectivas se revelaram gradualmente como vazias, não realistas, exceto uma: a criação de uma nova Internacional. A fundação formal da Quarta Internacional teve lugar cinco anos mais tarde, em 1938.

Onze anos passaram desde aquele verão de 1933 quando foi concebida a Quarta Internacional. Seus progressos foram lentos, inclusive muito lentos para nossas esperanças. Nasceu em meio de derrotas provocadas pelas velhas organizações oficiais da classe operária. Enquanto que uma derrota impulsiona os melhores elementos da vanguarda a examinar suas causas e a construir uma melhor organização, seus efeitos sobre a classe em seu conjunto são a desorientação, a desmo-

realização e a passividade. Toma anos erradicar suas marcas, uma nova geração que não tenha conhecido o cinismo deve levantar seu cabeça. Encontramos em nossa senda o corpo podre do Comintern, uma organização que utilizou o imenso prestígio da vitoriosa Revolução Russa precisamente para desorientar, desorganizar e esmagar, quando fosse necessário, a emancipação revolucionária da classe operária.

Seguindo às derrotas numa série de países, uma catástrofe se abateu sobre os povos, uma nova guerra mundial. Durante cinco anos até agora, centenas de milhões de homens se viram enfrentados com os horrores da guerra, mas hoje em dia o som do canhão não pode ser sufocado por mais tempo a melodia da rebelião. Através da Europa, os punhos estão se fechando. No dia de manhã dezenas e centenas de milhões se levantarão para reclamar uma prestação de contas à velha ordem, que gerou opressão, miséria e guerra. Tomando consciência de sua força, jogarão fora seus falsos dirigentes, os pérfidos agentes do inimigo. Precisarão um estandarte de aço. Há somente um: o nosso, o estandarte da Quarta Internacional, o do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Discurso gravado para a Conferência de Fundação da IV Internacional

Leon Trotsky

Espero que desta vez a minha voz chegue para poder assim participar desta dupla celebração de vocês. Ambos os acontecimentos, o décimo aniversário de nossa organização norte-americana e o Congresso de Fundação da Quarta Internacional, são incomparavelmente mais dignos da atenção dos operários que as gesticulações belicosas dos chefes totalitários, as intrigas diplomáticas ou os congressos pacifistas. Os dois fatos passarão a ser importantes marcos históricos.

É necessário notar que o surgimento do grupo norte-americano de bolcheviques leninistas, devido à valente iniciativa dos camaradas Cannon, Shachtman e Abern, não foi um fato isolado. Coincidiu aproximadamente com o começo do trabalho internacional sistemático da Oposição de Esquerda, que surgiu na Rússia em 1923, mas a tarefa regular em escala internacional começou com o Sexto Congresso do Comintern. Sem que tivéssemos um encontro pessoal entre nós, chegamos a um acordo com os pioneiros norte-americanos da Quarta Internacional, antes de tudo, acerca da crítica ao programa da Internacional Comunista. E em 1928 começou o trabalho coletivo que, depois de dez anos, levou à elaboração do programa recentemente adotado em nossa conferência internacional. Temos direito a afirmar que nesta década fomos persistentes, pacientes e honestos. Os bolcheviques leninistas, os pioneiros internacionais, nossos camaradas de todo o mundo, buscavam o caminho da revolução, como genuínos marxistas, não em seus sentimentos e desejos, mas na análise da marcha objetiva dos acontecimentos. Sobretudo, guiava-nos a preocupação de não enganar aos demais nem a nós mesmos. Investigamos séria e honestamente e encon-

tramos algumas coisas importantes. Os fatos confirmaram tanto nossas análises como nossos prognósticos. Ninguém pode negá-los. Agora é necessário permanecermos fiéis a nós mesmos e ao nosso programa. Não é fácil. As tarefas são tremendas, os inimigos inumeráveis...

Queridos amigos, não somos um partido igual aos outros. Nossa ambição não se limita a ter mais filiados, mais jornais, mais dinheiro, mais deputados. Tudo isso faz falta, mas não é mais que um meio. Nosso objetivo é a total libertação material e espiritual dos trabalhadores e dos explorados através da revolução socialista. Se nós não a fizermos, ninguém a preparará, nem a dirigirá.

As velhas internacionais – a Segunda, a Terceira, a de Amsterdã, podendo-se acrescentar também o Birô de Londres – estão completamente apodrecidas. Os grandes acontecimentos que vive a humanidade não deixarão pedra sobre pedra destas organizações que ainda sobrevivem. Só a Quarta Internacional olha com confiança o futuro. É o partido mundial da revolução socialista! Jamais houve um objetivo tão importante. Sobre cada um de nós recai uma tremenda responsabilidade histórica. O partido nos exige uma entrega total e completa. Que os filisteus continuem buscando sua própria individualidade no vazio; para um revolucionário, doar-se inteiramente ao partido significa encontrar a si mesmo. Sim, nosso partido nos toma por inteiro. Mas, em compensação, nos dá a maior das felicidades, a consciência de participar da construção de um futuro melhor, de levar sobre nossas costas uma partícula do destino da humanidade e de não viver em vão. A fidelidade à causa dos trabalhadores nos exige a mais alta fidelidade ao nosso partido internacional.

Certamente, o partido também pode se equivocar. Com o esforço comum corrigiremos os erros. Elementos poucos valiosos podem se infiltrar em suas fileiras. Com o esforço comum os eliminaremos. As milhares de pessoas que entrem

amanhã em suas fileiras provavelmente careçam da educação necessária. Com o esforço comum, elevaremos seu nível revolucionário. Porém, nunca esqueçamos que nosso partido é agora a maior alavanca da História. Separados desta alavanca, cada um de nós não é nada. Com esta alavanca nas mãos, somos tudo. Não somos um partido como os outros. Não é à toa que a reação imperialista nos persegue furiosamente e a camarilha bonapartista de Moscou se previne com assassinos de aluguel.

Nossa jovem Internacional já possui muitas vítimas. Na União Soviética se contam aos milhares. Na Espanha, às dezenas. Nos outros países, por unidades. Neste momento, lembremo-nos de todos com gratidão e amor. Seus espíritos continuam a luta conosco. Os carrascos, conduzidos por sua estupidez e cinismo, acreditam que seja possível nos atemorizar. Enganam-se! Os golpes nos tornam mais fortes. A selvagem política de Stálin não passa de uma política desesperada. Podem matar alguns soldados de nosso exército, mas não atemorizá-los.

Amigos, repitamos novamente neste dia de celebração: não podem nos atemorizar. A camarilha do Kremlin precisou de dez anos para estrangular o Partido Bolchevique e transformar o primeiro Estado Operário em uma sinistra caricatura. A Terceira Internacional necessitou de dez anos para abandonar seu próprio programa, convertendo-se em um cadáver apodrecido. Dez anos! Só dez anos!

Permitam-me concluir com uma profecia: durante os próximos dez anos, o programa da Quarta Internacional se transformará no guia de milhões de pessoas e estes milhões de revolucionários saberão como mover o céu e a terra.

Viva o Partido Socialista dos Trabalhadores dos Estados Unidos! Viva a Quarta Internacional!

México, 1938

Programa de Transição

Leon Trotsky

As premissas objetivas para uma revolução socialista

A situação política mundial no seu conjunto caracteriza-se, antes de mais nada, pela crise histórica da direção do proletariado.

A premissa econômica da revolução proletária já alcançou há muito o ponto mais elevado que poderia ter atingido sob o capitalismo. As forças produtivas da humanidade deixaram de crescer. As novas invenções e os novos progressos técnicos? Não conduzem mais a um crescimento da riqueza material. As crises conjunturais, nas condições da crise social de todo o sistema capitalista, sobrecarregam as massas de privações e sofrimentos cada vez maiores. O crescimento do desemprego aprofunda, por sua vez, a crise financeira do Estado e mina os sistemas monetários estremecidos. Os governos, tanto democráticos, quanto fascistas, vão de uma bancarrota a outra.

A própria burguesia não encontra saída. Nos países onde foi obrigada a fazer sua última jogada com a carta do fascismo, ela caminha atualmente de olhos fechados em direção à catástrofe econômica e militar. Nos países historicamente privilegiados, isto é, naqueles onde ainda se pode permitir durante algum tempo o luxo da democracia às custas da acumulação nacional anterior (Grã-Bretanha, França, EUA, etc.), todos os partidos tradicionais do capital se encontram numa tal situação de desagregação que, por momentos, chega-se à paralisia da vontade. O New Deal, apesar do caráter resolutivo que ostentava no primeiro período, representa apenas uma forma particular da desagregação, possível apenas num país onde a burguesia pôde acumular riquezas sem conta. A crise atual, que ainda está longe de seu fim, já demonstrou que

a política do New Deal nos EUA, assim como a política da Frente Popular na França, não oferece qualquer saída ao impasse econômico.

O panorama das relações internacionais não possui melhor aspecto. Sob a pressão crescente do declínio capitalista, os antagonismos imperialistas atingiram o limite, aos quais os diversos conflitos e explosões sangrentas (Etiópia, Espanha, Extremo Oriente, Europa Central...) devem, infalivelmente, confundir-se num incêndio mundial. A burguesia se dá conta, sem dúvida, do perigo mortal que uma nova guerra representa para seu domínio, mas é, atualmente, infinitamente menos capaz de preveni-la do que às vésperas de 1914. Os falatórios de toda espécie, segundo os quais as condições históricas não estariam “maduras” para o socialismo, são apenas produto da ignorância ou de um engano consciente. As premissas objetivas da revolução proletária não estão somente maduras: elas começam a apodrecer. Sem vitória da revolução socialista no próximo período histórico, toda a civilização humana está ameaçada de ser conduzida a uma catástrofe. Tudo depende do proletariado, ou seja, antes de mais nada, de sua vanguarda revolucionária. A crise histórica da humanidade reduz-se à crise da direção revolucionária.

O proletariado e a sua liderança

A economia, o Estado, a política da burguesia e suas relações internacionais estão profundamente afetadas pela crise social que caracteriza a situação pré-revolucionária da sociedade. O principal obstáculo na transformação da situação pré-revolucionária em situação revolucionária é o caráter oportunista da direção do proletariado, sua covardia pequeno-burguesa diante da grande burguesia, os laços traidores que mantém com esta, mesmo em sua agonia.

Em todos os países, o proletariado está envolvido por uma

angústia profunda. Massas de milhões de homens lançam-se sem cessar no caminho da revolução. Mas, a cada vez, chocam-se com seus próprios aparelhos burocráticos conservadores.

O proletariado espanhol fez, desde abril de 1931, uma série de tentativas heroicas para tomar o poder e a direção dos destinos da sociedade em suas mãos. Entretanto, seus próprios partidos (social-democrata, stalinista, anarquistas, POUM), cada qual à sua maneira, atuaram como freio e, assim, prepararam o triunfo de Franco.

Na França, a poderosa onda de greves com ocupações de fábricas, particularmente em junho de 1936, mostrou com clareza que o proletariado estava completamente pronto para derrubar o sistema capitalista. Entretanto, as organizações dirigentes (socialistas, stalinistas e sindicalistas) conseguiram, sob a égide da Frente Popular, canalizar e deter, ao menos momentaneamente, a torrente revolucionária.

A onda sem precedentes de greves com ocupações de fábricas e o crescimento prodigiosamente rápido dos sindicatos industriais (CIO), nos EUA, são a expressão indiscutível da instintiva aspiração dos operários norte-americanos de se elevarem à altura das tarefas que a História lhes reservou. Porém, aqui também as organizações dirigentes, inclusive a CIO, recentemente criada, fazem todo o possível para conter e paralisar a ofensiva revolucionária das massas.

A passagem definitiva da Internacional Comunista para o lado da ordem burguesa e seu papel cnicamente contrarrevolucionário no mundo inteiro, particularmente na Espanha, na França, nos Estados Unidos e nos outros países “democráticos”, criaram extraordinárias dificuldades suplementares para o proletariado mundial. Sob o signo da Revolução de Outubro, a política conciliadora das “Frentes Populares” volta a classe operária à impotência e abre o caminho ao fascismo.

As “Frentes Populares” de um lado e o fascismo de outro,

são os últimos recursos políticos do imperialismo na luta contra a revolução proletária. No entanto, do ponto de vista histórico, estes dois recursos são apenas ficções. A putrefação do capitalismo continua, tanto sob o signo do barrete frígio na França, como sob o signo da suástica na Alemanha. Somente a derrubada da burguesia pode oferecer uma saída.

A orientação das massas está determinada, de um lado, pelas condições objetivas do capitalismo que se deteriora; de outro, pela política traidora das velhas organizações operárias. Destes dois fatores, o fator decisivo é, sem dúvida, o primeiro: as leis da História são mais poderosas que os aparelhos burocráticos. Por mais diversos que sejam os métodos dos “sociais traidores” – da “legislação social” de Leon Blum às falsificações judiciais de Stálin –, eles não conseguirão jamais quebrar a vontade revolucionária do proletariado. Cada vez mais seus esforços desesperados para deter a roda da História demonstrarão às massas que a crise da direção do proletariado, que se transformou na crise da civilização humana, só pode ser resolvida pela IV Internacional.

Programa mínimo e programa de transição

A tarefa estratégica do próximo período – período pré-revolucionário de agitação, propaganda e organização – consiste em superar a contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a imaturidade do proletariado e de sua vanguarda (confusão e desencorajamento da velha geração, falta de experiência da nova). É necessário ajudar as massas no processo de suas lutas cotidianas a encontrar a ponte entre suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir em um sistema de **reivindicações transitórias** que parta das atuais condições e consciências de largas camadas da classe operária e conduza, invariavelmente, a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado.

A social-democracia clássica, que desenvolveu sua ação numa época em que o capitalismo era progressista, dividia seu programa em duas partes independentes uma da outra: o programa.

mínimo, que se limitava a reformas no quadro da sociedade burguesa, e o programa máximo, que prometia para um futuro indeterminado a substituição do capitalismo pelo socialismo. Entre o “programa mínimo” e o “programa máximo” não havia qualquer mediação. A social-democracia não tem necessidade desta ponte porque de socialismo ela só fala nos dias de festa.

A Internacional Comunista enveredou pelo caminho da social-democracia na época do capitalismo em decomposição, quando não há mais lugar para reformas sociais sistemáticas nem para a elevação do nível de vida das massas, quando a burguesia retira sempre com a mão direita o dobro do que deu com a mão esquerda (impostos, direitos alfandegários, inflação, “deflação”, carestia da vida, desemprego, regulamentação policial das greves, etc.), quando cada reivindicação séria do proletariado, e mesmo cada reivindicação progressista da pequena burguesia, conduzem inevitavelmente para além dos limites da propriedade capitalista e do Estado burguês.

A tarefa estratégica da IV Internacional não consiste em reformar o capitalismo, mas em derrubá-lo. Seu objetivo político é a conquista do poder pelo proletariado para realizar a expropriação da burguesia. Entretanto, o cumprimento desta tarefa estratégica é inconcebível sem a mais atenta atitude em todas as questões de tática, mesmo as pequenas e parciais.

Todas as frações do proletariado, todas as camadas, profissões e grupos devem ser levados ao movimento revolucionário. O que distingue a época atual não é o fato de ela liberar o partido revolucionário do trabalho prosaico diário, mas o de permitir conduzir esta luta em união indissolúvel com as tarefas da revolução.

A IV Internacional não rejeita as reivindicações do velho “programa mínimo”, visto que conservaram alguma força vital. Defende incansavelmente os direitos democráticos dos operários e suas conquistas sociais. Mas conduz este trabalho diário ao quadro de uma perspectiva correta, real, ou seja, revolucionária. A medida que as velhas reivindicações parciais “mínimas” das massas se chocam com as tendências destrutivas e degradantes do capitalismo decadente – e isto ocorre a cada passo –, a IV Internacional avança um sistema de **reivindicações transitórias**, cujo sentido é dirigir-se, cada vez mais aberta e resolutamente, contra as próprias bases do regime burguês. O velho “programa mínimo” é contentemente ultrapassado pelo **Programa de Transição**, cuja tarefa consiste numa mobilização sistemática das massas em direção à revolução proletária.

Escala móvel de salário e escala móvel das horas de trabalho

Nas condições do capitalismo em decomposição, as massas continuam a viver a vida morna de oprimidos que, hoje mais do que nunca, estão ameaçados de serem lançados no abismo da

miséria. Elas são obrigadas a defender seu pedaço de pão, mesmo se não podem aumentá-lo ou melhorá-lo. Não há possibilidade nem necessidade de enumerar aqui as diversas reivindicações parciais que surgem, a cada momento, de circunstâncias concretas, nacionais, locais, profissionais. Mas dois males econômicos fundamentais, nos quais se resume o absurdo crescente do sistema capitalista – o desemprego e a carestia da vida –, exigem palavras de ordem e métodos de luta generalizados.

A IV Internacional declara uma guerra implacável à política dos capitalistas que é, em grande parte, a de seus agentes,

os reformistas, tendendo a fazer recair sobre os trabalhadores todo o peso do militarismo, da crise, da desagregação dos sistemas monetários e de todos os outros males da agonia capitalista. Reivindica **trabalho** e uma **existência digna** para todos.

Nem a inflação monetária nem a estabilização podem servir de palavras de ordem ao proletariado, pois são duas faces de uma mesma moeda. Contra a carestia da vida, que à medida que a guerra for se aproximando adquirirá um caráter cada vez mais desenfreado, só se pode lutar com a palavra de ordem da **escala móvel de salários**. Os contratos coletivos devem assegurar o aumento automático dos salários, correlativamente à elevação dos preços dos artigos de consumo.

O proletariado não pode tolerar, sob pena de degenerar, a transformação de uma parte crescente dos operários em desempregados crônicos, em miseráveis vivendo das migalhas de uma sociedade em decomposição. O direito ao trabalho é o único direito sério que o operário tem numa sociedade fundada sobre a exploração. Entretanto, este direito lhe é tirado a cada instante. Contra o desemprego, tanto “estrutural” quanto conjuntural, é tempo de lançar, ao mesmo tempo que a palavra de ordem de trabalhos públicos, a de **escala móvel das horas de trabalho**. Os sindicatos e as outras organizações de massa devem unir aqueles que têm trabalho àqueles que não o têm por meio dos mútuos compromissos da solidariedade. O trabalho disponível deve ser repartido entre todos os operários existentes, e essa repartição deve determinar a duração da semana de trabalho. O salário médio de cada operário continua o mesmo da antiga semana de trabalho. O salário, com um mínimo estritamente assegurado, segue o movimento dos preços. Nenhum outro programa pode ser aceito para o atual período de catástrofes.

Os proprietários e seus advogados demonstrarão a “impossibilidade de realizar” estas reivindicações. Os pequenos

capitalistas, sobretudo aqueles que caminham para a ruína, invocarão, além do mais, seus livros de contabilidade. Os operários rejeitarão categoricamente esses argumentos e essas referências. Não se trata do “choque normal” de interesses materiais opostos. Trata-se de preservar o proletariado da decadência, da desmoralização e da ruína. Trata-se da vida e da morte da única classe criadora e progressista, e, por isso mesmo, do futuro da humanidade. Se o capitalismo é incapaz de satisfazer às reivindicações que surgem infalivelmente dos males que ele mesmo engendrou, que morra! A “possibilidade” ou “impossibilidade” de realizar as reivindicações é, no caso presente, uma questão de relação de forças, que só pode ser resolvida pela luta. Sobre a base desta luta, quaisquer que sejam seus sucessos práticos imediatos, os operários compreenderão melhor toda a necessidade de liquidar a escravidão capitalista.

Os sindicatos na época de transição

Na luta pelas reivindicações parciais e transitórias, os operários têm atualmente mais necessidades do que nunca de organizações de massas, antes de tudo de sindicatos. A poderosa ascensão dos sindicatos na França e nos Estados Unidos é a melhor resposta aos doutrinários esquerdistas que pregavam que os sindicatos estavam “fora de moda”.

Os bolcheviques-leninistas encontram-se nas primeiras fileiras de todas as formas de luta, mesmo naquelas onde se trata somente de interesses materiais ou dos direitos democráticos mais modestos da classe operária. Tomam parte ativa na vida dos sindicatos de massa, preocupando-se em reforçá-los, em aumentar seu espírito de luta. Lutam implacavelmente contra todas as tentativas de submeter os sindicatos ao Estado burguês e de subjugar o proletariado pela “arbitragem obrigatória” e todas as outras formas de intervenção policial

não somente fascistas, mas também “democráticas”. Somente tendo como base este trabalho é possível lutar com sucesso no interior dos sindicatos contra a burocracia reformista e, em particular, contra a burocracia stalinista. As tentativas sectárias de criar ou manter pequenos sindicatos “revolucionários”, como uma segunda edição do partido, significam, de fato, a renúncia à luta pela direção da classe operária. É necessário colocar aqui como um princípio inquebrantável: o autoisolamento capitulador fora dos sindicatos de massa equivale à traição da revolução e é, portanto, incompatível com a militância na IV Internacional.

Ao mesmo tempo, a IV Internacional rejeita e condena absolutamente todo fetichismo próprio aos sindicalistas:

a) Os sindicatos não têm e não podem ter programa revolucionário acabado, em virtude de suas tarefas, de sua composição e do caráter de seu recrutamento, e por isso eles não podem substituir o Partido. A edificação de partidos revolucionários em cada país, seções da IV Internacional, é a tarefa central da época de transição.

b) Os sindicatos, mesmo os mais poderosos, não congregam mais de 20 a 25% da classe operária que, aliás, é sua camada mais bem qualificada e mais bem paga. A maioria mais oprimida da classe operária só é levada à luta em momentos especiais: os de um excepcional ascenso do movimento operário. Nesses momentos, é necessário criar organizações ad hoc que congreguem toda a massa em luta: **os comitês de greve, os comitês de fábrica e, enfim, os soviets.**

c) Enquanto organização das camadas superiores do proletariado, os sindicatos, como testemunha toda a experiência histórica, compreendendo-se a recente experiência

dos sindicatos anarcossindicalistas da Espanha, desenvolvem poderosas tendências à conciliação com o regime democrático burguês. Nos períodos agudos das lutas de classes, os aparelhos dirigentes dos sindicatos esforçam-se para se tornarem senhores do movimento de massas com o fim de neutralizá-lo. Isto já acontece em simples greves, sobretudo quando há greves de massas com ocupação de fábricas que abalam os princípios da sociedade burguesa. Em tempo de guerra ou de revolução, quando a situação da burguesia se torna particularmente difícil, os dirigentes sindicais tornam-se, de ordinário, ministros burgueses.

É por essas razões que as seções da IV Internacional devem se esforçar constantemente, não só em renovar o aparelho dos sindicatos, propondo audaciosamente e resolutamente nos momentos críticos novos líderes prontos à luta no lugar dos funcionários rotineiros e carreiristas, mas inclusive criar, em todos os casos em que for possível, organizações de combate autônomas que respondam melhor às tarefas da luta de massas contra a sociedade burguesa, sem vacilar mesmo, caso seja necessário, em romper abertamente com o aparelho conservador dos sindicatos. Se é criminoso voltar as costas às organizações de massa para se contentar com facções sectárias, não é menos criminoso tolerar passivamente a subordinação do movimento revolucionário das massas ao controle de camarilhas burocráticas declaradamente reacionárias ou conservadoras disfarçadas (“progressistas”). O sindicato não é um fim em si, mas somente um dos meios da marcha para a revolução proletária.

Os comitês de fábricas

O movimento operário da época de transição não tem um caráter regular e igual, mas febril e explosivo. As palavras de

ordem, assim como as formas de organização, devem estar subordinadas a este caráter do movimento. Fugindo da rotina como da peste, a direção deve estar de ouvido atento à iniciativa das próprias massas.

As greves com ocupação de fábricas, uma das mais recentes manifestações desta iniciativa, escapam aos limites do regime capitalista “anormal”. Independentemente das reivindicações dos grevistas, a ocupação temporária das empresas golpeia no cerne a propriedade capitalista. Toda greve com ocupação coloca na prática a questão de saber quem é o dono da fábrica: o capitalista ou os operários.

Se a greve com ocupação suscita esta questão episodicamente, o **comitê de fábrica** confere a esta mesma questão uma expressão organizada. Eleito por todos os operários e empregados da empresa, o comitê da fábrica cria de uma só vez um contrapeso à vontade da administração.

À crítica que os reformistas fazem aos patrões de tipo antigo – os que se chamam “patrões pelo direito divino”, do gênero Ford –, para favorecer os “bons” exploradores “democráticos”, nós opomos a palavra de ordem de comitês de fábrica como centros de luta contra uns e outros.

Os burocratas dos sindicatos opor-se-ão, regra geral, à criação de comitês de fábrica, assim como se opõem a todo passo audacioso no caminho da mobilização das massas. Será, entretanto, tão mais fácil quebrar sua oposição quanto mais amplo for o movimento. Onde os operários da empresa, nos períodos “calmos”, já pertencem ao sindicato (closed shop), o comitê coincidirá, formalmente, com o órgão do sindicato, mas lhe renovará a composição e ampliará suas funções. Entretanto, o principal significado dos comitês é o de se tornarem estados maiores de combate para as camadas operárias que o sindicato não é, geralmente, capaz de atingir. É, aliás, precisamente dessas camadas mais exploradas que sairão os destacamentos mais devotados à revolução.

A partir do momento em que o comitê aparece, estabelece-se de fato uma **dualidade de poder** na fábrica. Por sua própria essência, esta dualidade de poder é transitória, porque encerra em si própria dois regimes inconciliáveis: o regime capitalista e o regime proletário. A importância principal dos comitês de fábrica consiste, precisamente, no fato de abrir senão um período diretamente revolucionário, ao menos um período pré-revolucionário entre o regime burguês e o regime proletário. As ondas de ocupação de fábricas que irrompeu em certo número de países demonstra amplamente que a propaganda sobre os comitês de fábrica não é nem prematura nem artificial. Movimentos desse gênero são inevitáveis num futuro próximo. É necessário abrir a tempo uma campanha em favor dos comitês de fábrica para não mais ser tomado de surpresa.

O “segredo comercial” e o controle operário sobre a indústria

O capitalismo liberal, baseado na livre concorrência e na liberdade de comércio, já desapareceu. O capitalismo monopolista, que o substituiu, não somente foi incapaz de controlar a anarquia do mercado, como também, ao contrário, conferiu a esta última um caráter particularmente convulsivo. A necessidade de um “controle” sobre a economia, de uma “direção” estatal, de uma “planificação” é atualmente reconhecida, pelo menos em palavras, por quase todas as correntes do pensamento burguês e pequeno-burguês, do fascismo à social-democracia. Para os fascistas, trata-se, sobretudo, de uma pilhagem “planificada” do povo com fins militares. Os social-democratas procuram esvaziar o oceano da anarquia com a colher de uma “planificação” burocrática. Os engenheiros e os professores escrevem artigos sobre a “tecnocracia”. Os governos democráticos chocam-se, nas

suas mesquinhas tentativas de “regulamentação”, à sabotagem intransponível do grande capital.

A verdadeira relação entre exploradores e controladores “democráticos” é caracterizada do melhor modo pelo fato de que os senhores “reformadores”, tomados de santa emoção, param ao limiar dos trustes com seus “segredos” industriais e comerciais. Nesse terreno reina o princípio da “não intervenção”. As contas entre o capitalista isolado e a sociedade constituem um segredo do capitalista: a sociedade nada tem que ver com isto. O “segredo comercial” é sempre justificado, como na época do capitalismo liberal pelas “exigências da concorrência”. Os trustes, porém, não guardam segredos entre si. O segredo comercial, na época atual, é um complô constante do capital monopolista contra a sociedade. Os projetos de limitação do absolutismo dos patrões “pelo direito divino” permanecerão lamentáveis farsas, enquanto os proprietários privados dos meios sociais de produção puderem esconder aos produtores e aos consumidores as maquinações da exploração, da pilhagem, do engano. A abolição do “segredo comercial” é o primeiro passo em direção a um verdadeiro controle da indústria.

Os operários não possuem menos direitos que os capitalistas de conhecer os “segredos” da empresa, do truste, do ramo de indústria, de toda a economia nacional em seu conjunto. Os bancos, a indústria pesada e os transportes centralizados devem ser os primeiros a serem submetidos à observação.

As primeiras tarefas do controle operário consistem em esclarecer quais são as rendas e as despesas da sociedade, a começar pela empresa isolada; em determinar a verdadeira quota do capitalista individual e de todos os exploradores em conjunto na renda nacional; em desmascarar as combinações de bastidores e as trapaças dos bancos e trustes; em revelar, enfim, diante de toda a sociedade, o assustador desperdício de trabalho humano que resulta da anarquia capitalista e da pura caça ao lucro.

Nenhum funcionário do Estado burguês pode levar a bom termo este trabalho, quaisquer que sejam os poderes de que se veja investido. O mundo inteiro observou a impotência do presidente Roosevelt e do presidente do Conselho, Leon Blum, em face do complô das “60” ou das “200 famílias”. Para vencer a resistência dos exploradores é necessário a pressão do proletariado. Os comitês de fábrica, e somente eles, podem assegurar um verdadeiro controle sobre a produção, fazendo apelo aos especialistas, enquanto conselheiros e não como tecnocratas, honestos e devotados ao povo: contadores, estatísticos, engenheiros, sábios, etc.

A luta contra o desemprego, em particular, é inconcebível sem uma ampla e ousada organização de **grandes obras públicas**. Mas as grandes obras só podem ter uma importância durável e progressista, tanto para a sociedade quanto para os próprios desempregados, se fizerem parte de um plano geral, concebido para certo número de anos. Nos limites de tal plano, os operários reivindicarão a retomada do trabalho, por conta da sociedade, nas empresas privadas, que forem fechadas em consequência da crise. O controle operário em tais casos ocupará o lugar de uma administração direta dos operários.

A elaboração de um plano econômico, mesmo elementar – do ponto de vista do interesse dos trabalhadores e não dos exploradores – é inconcebível sem controle operário, sem que os operários voltem seus olhos para todas as energias aparentes e veladas da economia capitalista. Os comitês de diversas empresas devem eleger, em oportunas conferências, comitês de trustes, de ramos de indústrias, de regiões econômicas, enfim, de toda a indústria nacional em seu conjunto. Assim, o controle operário tornar-se-á a **Escola da Economia Planificada**. Pelas experiências do controle, o proletariado preparar-se-á para dirigir diretamente a indústria nacionalizada quando tiver chegado a hora.

Aos capitalistas, principalmente os de pequena e média envergadura, que às vezes propõem abrir seus livros de contas diante dos operários – sobretudo para lhes mostrar a necessidade de diminuir os salários – os operários devem responder que o que lhes interessa não é a contabilidade de falidos ou semifalidos isolados, mas a contabilidade de todos os exploradores. Os operários não podem nem querem adaptar seu nível de vida aos interesses de capitalistas isolados e vítimas de seu próprio regime. A tarefa consiste em reconstruir todo o sistema de produção e distribuição sobre princípios mais racionais e mais dignos. Se a abolição do segredo comercial é a condição necessária ao controle operário, este controle é o primeiro passo no caminho da direção socialista da economia.

A expropriação de certos grupos capitalistas

O programa socialista da expropriação, isto é, da derrubada política da burguesia e da liquidação de seu domínio econômico não deve, de nenhuma maneira, impedir-nos no presente período de transição de reivindicar, apresentando-se a ocasião, a expropriação de certos ramos da indústria entre os mais importantes para a existência nacional ou de certos grupos da burguesia entre os mais parasitários. Assim, às lamentações dos senhores democratas sobre a ditadura das “60 famílias” nos EUA, ou das “4200 famílias” na França, opomos a reivindicação de expropriação desses 60 ou 200 feudais capitalistas.

Exatamente da mesma forma reivindicamos a expropriação das companhias monopolistas da indústria da guerra, das estradas de ferro, das mais importantes fontes de matérias-primas etc.

A diferença entre essas reivindicações e a vaga palavra de ordem reformista de “nacionalização” consiste em:

- 1) Rejeitarmos a indenização;
- 2) Prevenirmos as massas contra os charlatães da Frente Popular que, propondo a nacionalização em palavras, continuam de fato agentes do capital;
- 3) Conclamarmos as massas a contar apenas com sua própria força revolucionária;
- 4) Ligarmos o problema da expropriação à questão do poder dos operários e camponeses.

A necessidade de lançar a palavra de ordem de expropriação na agitação quotidiana, de maneira fracionada, portanto, e não apenas do ponto de vista propagandístico, isto é, sob sua forma geral, decorre do fato de que os diversos ramos da indústria passam por diversos estágios de desenvolvimento, ocupam várias funções na vida da sociedade e passam por diferentes graus da luta de classes. Apenas o ascenso revolucionário geral do proletariado pode colocar a expropriação geral da burguesia na ordem do dia. O objetivo das reivindicações transitórias é preparar o proletariado para resolver esse problema.

A expropriação dos bancos privados e a estatização do sistema de crédito

O imperialismo significa o domínio do capital financeiro. Ao lado dos consórcios e dos trustes, frequentemente acima deles, os bancos concentram em suas mãos o comando real da economia. Na sua estrutura, os bancos refletem, sob forma concentrada, toda a estrutura do capitalismo contemporâneo: combinam tendências de monopólio com tendências de anarquia. Organizam milagres de técnica, empresas gigantescas,

trustes poderosos; organizam também, a carestia, as crises, o desemprego. Impossível dar um só passo sério na luta contra o despotismo dos monopólios e a anarquia capitalista, que se completam um ao outro em sua obra de destruição, se deixamos as alavancas dos comandos dos bancos nas mãos dos bandidos capitalistas.

A fim de realizar um sistema único de investimento e de crédito, segundo um plano racional que corresponda aos interesses do povo inteiro, é necessário fundir todos os bancos numa instituição única. Somente a expropriação dos bancos privados e a concentração de todo o sistema de crédito nas mãos do Estado colocarão à disposição deste os meios reais necessários, quer dizer, materiais e não apenas fictícios e burocráticos, para a planificação econômica.

A expropriação dos bancos não significa de nenhum modo a expropriação dos pequenos depósitos bancários. Pelo contrário: para os pequenos depositantes o **Banco Único do Estado** poderá criar condições mais favoráveis que os bancos privados. Da mesma maneira, apenas o banco do Estado poderá estabelecer para os pequenos agricultores, artesãos e pequenos comerciantes condições de crédito privilegiadas, isto é, baratas. Entretanto, mais importante ainda é o fato de que toda a economia, sobretudo a indústria pesada e os transportes, dirigida por um único estado-maior financeiro, servirá aos vitais interesses dos operários e de todos os outros trabalhadores.

A **estatização dos bancos** não dará, entretanto, esses resultados favoráveis, a não ser que o poder do próprio Estado passe inteiramente das mãos dos exploradores às mãos dos trabalhadores.

Os piquetes de greve, os destacamentos de combate, a milícia operária, o armamento do proletariado

As greves com ocupação de fábricas são uma advertência muito séria, da parte das massas, endereçada não apenas à

burguesia, como também às organizações operárias, inclusive à IV Internacional. Em 1919-1920, os operários italianos apoderaram-se, por iniciativa própria, das empresas, assinalando assim a seus próprios “chefes”, a chegada da revolução social. Os “chefes” não levaram em conta a advertência. O resultado foi a vitória do fascismo.

As greves com ocupação não são ainda a tomada das fábricas à maneira italiana, mas constituem um passo decisivo nesse caminho. A crise atual pode exasperar ao máximo o ritmo da luta de classes e precipitar o desenlace. Não se deve, entretanto, acreditar que uma situação revolucionária apareça de uma só vez. Na realidade, sua aproximação é marcada por toda uma série de convulsões. A onda de greves com ocupação de fábricas é, precisamente, uma delas. A tarefa das seções da IV Internacional é ajudar a vanguarda proletária a compreender o caráter geral e os ritmos de nossa época e de fecundar a tempo a luta das massas por intermédio de palavras de ordem cada vez mais resolutas e por medidas organizacionais de combate.

O aguçamento da luta do proletariado provoca a exacerbação dos métodos de contra-ataque por parte do capital. As novas ondas de greve com ocupação de fábricas podem provocar, e provocarão infalivelmente, como reação, enérgicas medidas por parte da burguesia. O trabalho preparatório já está em curso nos estados-maiores dos trustes. Infelizes as organizações revolucionárias e o proletariado que, de novo, forem pegos de improviso.

Em parte alguma a burguesia se contenta em utilizar apenas a polícia e o exército oficiais. Nos Estados Unidos, mesmo nos períodos “calmos”, mantêm destacamentos militarizados e bandos armados particulares nas fábricas. É necessário acrescentar a isto, atualmente, os bandos de nazistas americanos. A burguesia francesa, à primeira aproximação do perigo, mobilizou os destacamentos fascistas semilegais

e ilegais até no interior do exército oficial. Bastará que os operários ingleses aumentem de novo seu ascenso para que imediatamente os bandos de Mosley dobrem, triplique, decupliquem em número e iniciem uma cruzada sangrenta contra os operários. A burguesia se dá claramente conta de que, na época atual, a luta de classes tende infalivelmente a se transformar em guerra civil. Os magnatas e os lacaios do capital aprenderam com os exemplos da Itália, da Alemanha, da Áustria, da Espanha e de outros países muito mais do que os chefes oficiais do proletariado.

Os políticos das II e III Internacionais, assim como os burocratas do sindicato, fecham conscientemente os olhos para o exército privado da burguesia; de outro modo não poderiam manter vinte e quatro horas sua aliança com ela. Os reformistas incutem sistematicamente nos operários a ideia de que a sacrossanta democracia está assegurada da melhor maneira quando a burguesia está armada até os dentes e os operários desarmados.

O dever da IV Internacional é acabar, de uma vez por todas, com esta política servil. Os democratas pequeno-burgueses – inclusive os social-democratas, os stalinistas e os anarquistas – tão mais fortemente gritam a respeito da luta contra o fascismo quanto mais covardemente capitulam diante dele. Aos bandos do fascismo somente podem opor-se com sucesso destacamentos de operários armados que sintam atrás de si o apoio de dezenas de milhões de trabalhadores. A luta contra o fascismo começa não na redação de um jornal liberal, mas na fábrica e termina na rua. Os pelegos e os guardas particulares nas fábricas são as células fundamentais do exército do fascismo. Os **piquetes de greve** são as células fundamentais do exército do proletariado. É de lá que é necessário partir. Por ocasião de cada greve e de cada manifestação de rua, é necessário propagar a ideia da necessidade da criação de **destacamentos operários de autodefesa**. É necessário inscrever

esta palavra de ordem no programa da ala revolucionária dos sindicatos. É necessário formar os destacamentos de autodefesa praticamente em todo o lugar onde for possível, a começar pelas organizações de jovens e conduzi-los ao manejo das armas.

A nova onda do movimento de massas deve servir não somente para aumentar o número de destacamentos, mas ainda para unificá-los por bairros, cidades, regiões. É necessário dar uma expressão organizada ao ódio legítimo dos operários pelos pelegos e bandos de gangsteres e de fascistas. É necessário lançar a palavra de ordem de **milícia operária** como única garantia séria para a inviolabilidade das organizações, reuniões e imprensa operárias.

É somente graças a um trabalho sistemático, constante, infatigável e corajoso na agitação e propaganda, sempre em relação com a experiência das próprias massas, que se podem extirpar de sua consciência as tradições de docilidade e passividade; educar destacamentos de combates heroicos, capazes de dar o exemplo a todos os trabalhadores; infringir uma série de derrotas táticas aos bandos da contrarrevolução; aumentar a confiança em si mesmos dos explorados e oprimidos; desacreditar o fascismo aos olhos da pequena burguesia e abrir o caminho da conquista do poder pelo proletariado.

Engels definia o Estado como “destacamentos de pessoas armadas”. **O armamento do proletariado** é o elemento constituinte indispensável de sua luta emancipadora. Quando o proletariado o quiser, encontrará os caminhos e os meios de armar-se. A direção, também neste domínio, incumbe naturalmente às seções da IV Internacional.

A aliança dos operários e camponeses

O operário agrícola é, no campo, o irmão de armas e o equivalente do operário da indústria. São duas partes de uma

só e mesma classe. Seus interesses são inseparáveis. O programa das reivindicações transitórias dos operários industriais é também, com tais ou quais mudanças, o programa do proletariado agrícola.

Os camponeses (sitiantes, pequenos proprietários) representam outra classe: é a pequena-burguesia do campo. A pequena-burguesia compõe-se de camadas diversas, desde os semiproletários até os exploradores. É por isso que a tarefa política do proletariado industrial consiste em fazer penetrar a luta de classes no campo. Somente assim poderá separar seus aliados de seus inimigos.

As particularidades do desenvolvimento nacional de cada país encontram sua expressão mais aguda na situação dos camponeses e, parcialmente, da pequena-burguesia urbana (artesãos e comerciantes), porque estas classes, por numerosos que sejam aqueles que a compõem, representam, no fundo, sobrevivências de formas pré-capitalistas de produção. As seções da IV Internacional devem, sob a forma mais concreta possível, elaborar programas de reivindicações transitórias para os camponeses (pequenos proprietários) e a pequena burguesia urbana,

correspondentes às condições de cada país. Os operários de vanguarda devem aprender a dar respostas claras e concretas às questões de seus futuros aliados.

Enquanto o camponês for um pequeno produtor “independente”, terá necessidade de crédito barato, de preços acessíveis para as máquinas agrícolas e adubos, de condições favoráveis de transporte e de uma organização honesta de escoamento dos produtos agrícolas. Entretanto, os bancos, os negociantes e trustes pilham o camponês de todos os lados. Somente os próprios camponeses podem reprimir esta pilhagem, com a ajuda dos operários. É necessário que entrem em cena os **comitês de pequenos lavradores** que, junto com os comitês operários e os comitês de empregados de banco, de-

vem tomar nas mãos o controle das operações de transporte, de crédito e de comércio que interessam à agricultura.

Invocando mentirosamente as exigências “excessivas” dos operários, a grande burguesia transforma oficialmente a questão dos preços das mercadorias numa cunha, que difunde em seguida entre os operários e os camponeses, e entre os operários e a pequena-burguesia das cidades. O camponês, o artesão e o pequeno comerciante – diferentemente do operário, do empregado e do pequeno funcionário – não podem reivindicar um aumento de salário paralelo ao aumento dos preços. A luta burocrática oficial contra a carestia serve apenas para enganar as massas. Os camponeses, os artesãos e os comerciantes devem, entretanto, enquanto consumidores, imiscuírem-se ativamente, de mãos dadas com os operários, na política de preços. Às lamentações dos capitalistas sobre os custos da produção, do transporte e do comércio, os consumidores responderão: “mostrem-nos seus livros; nós exigimos o controle sobre a política dos preços”. Os órgãos deste controle devem ser os **comitês de vigilância dos preços**, formados por delegados de fábricas, de sindicatos, de cooperativas, de organizações de camponeses, da “gente miúda” das cidades, de donas de casa etc.

Neste caminho, os operários saberão mostrar aos camponeses que a causa dos preços elevados não reside nos altos salários, mas nos lucros desmedidos dos capitalistas e nos desperdícios da anarquia capitalista.

O programa de **nacionalização da terra e de coletivização da agricultura** deve ser elaborado de modo que exclua radicalmente a ideia de expropriação dos pequenos camponeses ou de sua coletivização forçada. O camponês continuará proprietário de seu lote de terra enquanto ele próprio achar necessário e possível. Para reabilitar o programa socialista aos olhos dos camponeses é necessário denunciar, impiedosamente, os métodos stalinistas de coletivização, ditados pe-

los interesses da burocracia e não pelos interesses dos camponeses ou dos operários.

A expropriação dos expropriadores não significa, também, o confisco forçado da propriedade dos **pequenos artesãos e dos pequenos lojistas**. Ao contrário, o controle operário sobre os bancos e os trustes e, com maior razão, a nacionalização dessas empresas podem criar para a pequena-burguesia urbana condições de crédito, de compra e venda incomparavelmente mais favoráveis que sob a dominação ilimitada nos monopólios. A dependência em face do capital privado dará lugar à dependência em face do Estado, que dará tanto mais atenção a seus pequenos colaboradores e agentes quanto mais firmemente os trabalhadores controlarem tal Estado.

A participação prática dos camponeses explorados no controle dos diversos campos da economia permitirá aos próprios camponeses decidir sobre a questão de se saber se convém ou não passar ao trabalho coletivo da terra, em que prazos e em que escala. Os operários da indústria comprometem-se a darem nesse sentido, toda sua colaboração aos camponeses: por intermédio dos sindicatos, dos comitês de fábrica e, sobretudo, do governo operário e camponês.

A aliança que o proletariado propõe, não às “classes médias” em geral, mas às camadas exploradas da cidade e do campo, contra todos os exploradores, incluindo os exploradores “médios”, não pode ser fundamentada sobre a coação, mas somente sobre um acordo voluntário, que deve ser consolidado em um “pacto” especial. Este “pacto” é, precisamente, o programa das reivindicações transitórias, livremente aceito pelas duas partes.

A luta contra o imperialismo e contra a guerra

Toda situação mundial e, conseqüentemente, também a vida política interna dos diversos países se encontram sob a

ameaça da guerra mundial. A catástrofe iminente já angustia as massas mais profundas da humanidade.

A II Interacional repete sua política de traição de 1914 com tanto maior segurança quanto a Internacional “Comunista” ocupa, atualmente, o papel de primeiro violino do patriotismo. Desde que o perigo da guerra tomou um aspecto concreto, os stalinistas, sobrepujando de longe os pacifistas burgueses e pequeno-burgueses, tornaram-se os campeões da pretensa “defesa nacional”. Eles fazem exceção apenas nos países fascistas, quer dizer, naqueles onde não representam nenhum papel. A luta revolucionária contra a guerra recai inteiramente sobre os ombros da IV Internacional.

A política dos bolcheviques-leninistas sobre esta questão foi formulada nas teses programáticas do Secretariado Internacional, que guardam ainda hoje todo seu valor (“A IV Internacional e a guerra”, 1º de maio de 1934). O sucesso do partido revolucionário no próximo período dependerá, antes de tudo, de sua política com respeito à questão da guerra. Uma política correta compreende dois elementos: uma atitude intransigente quanto ao imperialismo e suas guerras e uma aptidão em se apoiar sobre a experiência das próprias massas.

Na questão da guerra, mais do que em qualquer outra, a burguesia e seus agentes enganam o povo com abstrações, fórmulas gerais, frases patéticas: “neutralidade”, “segurança coletiva”, “armamento para a defesa da paz”, “defesa nacional”, “luta contra o fascismo” etc. Todas estas fórmulas se reduzem no final das contas à questão de que a guerra, quer dizer, a sorte dos povos, deve continuar nas mãos dos imperialistas, de seus governos, de sua diplomacia, de seus estados- maiores, com todas as suas intrigas e todos os seus complôs contra os povos.

A IV Internacional rejeita com indignação todas as abstrações que representam, para os democratas, o mesmo papel

que para os fascistas, a “honra”, o “sangue”, a “graça”. Mas a indignação não basta. É necessário ajudar as massas por intermédio de critérios, de palavras de ordem, de reivindicações transitórias, a distinguir entre a realidade concreta e essas abstrações fraudulentas.

“Desarmamento”? Mas todo o problema se resume em saber quem desarmará e quem será desarmado. O único desarmamento que possa prevenir ou pôr um fim à guerra é o desarmamento da burguesia pelos operários. Mas para desarmar a burguesia, é necessário que os próprios operários estejam armados.

“Neutralidade”? Mas o proletariado não é absolutamente neutro numa guerra entre o Japão e a China ou entre a Alemanha e a URSS. Isto significa a defesa da China e da URSS? Evidentemente, mas não por intermédio dos imperialistas que estrangularam a China e a URSS.

“Defesa da pátria”? Mas por esta abstração a burguesia entende a defesa de seus lucros e de suas pilhagens. Estamos prontos a defender a pátria contra os capitalistas estrangeiros, se antes imobilizarmos nossos próprios capitalistas e os impedirmos de atacar a pátria de outrem; se os operários e camponeses de nosso país se tornam seus verdadeiros senhores; se as riquezas do país passam das mãos de ínfima minoria para as mãos do povo; se o exército, de instrumento dos exploradores, se torna o instrumento dos explorados.

É necessário saber traduzir essas ideias fundamentais em ideias mais particulares e mais concretas, segundo o avanço dos acontecimentos e a orientação do estado de espírito das massas. É necessário, além disso, distinguir rigorosamente entre o pacifismo do diplomata, do professor, do jornalista e o pacifismo do carpinteiro, do operário agrícola ou da lavadeira. No primeiro desse caso, o pacifismo é a cobertura do imperialismo. No segundo, a expressão confusa da desconfiança diante do imperialismo.

Quando o pequeno camponês ou o operário falam de defesa da pátria, falam da defesa de sua casa, de sua família e da família de outrem contra a invasão, contra as bombas, contra os gases asfixiantes. O capitalista e seu jornalista entendem por defesa da pátria a conquista de colônias e mercados, a extensão, pela pilhagem, da parte “nacional” da renda mundial. O pacifismo e o patriotismo burgueses são mentiras completas. No pacifismo e no patriotismo dos oprimidos há um germe progressista que é necessário saber compreender para daí tirar as conclusões revolucionárias necessárias. É necessário saber dirigir estas duas formas de pacifismo e de patriotismo, uma contra a outra.

Partindo dessas considerações, a IV Internacional apoia toda reivindicação, mesmo parcial, que for capaz de conduzir as massas, ainda que insuficientemente, à política ativa, despertar sua crítica e reforçar seu controle sobre as maquinções da burguesia.

É deste ponto de vista que nossa seção americana, por exemplo, apoia criticamente a proposta de um referendo sobre a questão de declaração de guerra. Nenhuma reforma democrática, bem entendido, impedirá por si mesma os governos de provocar a guerra quando o queiram. É necessário explicar isso abertamente. Mas quaisquer que sejam as ilusões das massas em relação ao referendo, esta reivindicação reflete a desconfiança dos operários e camponeses em relação ao governo e ao parlamento da burguesia. Sem apoiar ou ser indulgente com as ilusões, é necessário apoiar, com todas as nossas forças a desconfiança progressista dos oprimidos com respeito aos opressores. Quanto mais crescer o movimento pelo referendo, mais cedo os pacifistas burgueses dele se separarão, mais profundamente se encontrarão desacreditados os traidores da Internacional “Comunista”, mais viva se tomará a desconfiança dos trabalhadores em relação aos imperialistas.

É deste mesmo ponto de vista que é necessário lançar a reivindicação do direito de voto aos 18 anos para os homens e mulheres. Aquele que amanhã será chamado a morrer pela “pátria” deve ter o direito de se fazer ouvir hoje. A luta contra a guerra deve começar, antes de tudo, pela **mobilização revolucionária da juventude**.

É preciso esclarecer, sob todos os aspectos, o problema da guerra, levando-se em conta, ao mesmo tempo, o sentido com que se apresenta às massas em dado momento.

A guerra é uma gigantesca empresa comercial, sobretudo para a indústria de guerra. É por isso que as “200 famílias” são as primeiras patriotas e as principais provocadoras da guerra. O controle operário sobre a indústria da guerra é o primeiro passo na luta contra os fabricantes de guerras

À palavra de ordem dos reformistas – imposto sobre os benefícios da guerra – nós opomos as palavras de ordem: **confisco dos benefícios de guerra e expropriação das empresas que trabalham para a guerra**. No país em que a indústria de guerra está “nacionalizada”, como na França, a palavra de ordem de controle operário conserva todo seu valor: O proletariado deve ter tão pouca confiança no Estado burguês, quanto no burguês individualmente. Nenhum homem, nenhum centavo para o governo burguês!

Nenhum programa de armamentos, mas um programa de trabalhos de utilidade pública! Independência completa das organizações operárias com respeito ao controle militar e policial!

É necessário arrancar, de uma vez por todas, a livre disposição do destino dos povos das mãos das corjas imperialistas, ávidas e impiedosas, que agem por detrás das costas dos povos. De acordo com isso reivindicamos:

- 1) Abolição completa da diplomacia secreta, todos os tratados e acordos devem ser acessíveis a cada operário e a cada camponês;

- 2) Instrução militar e armamento dos operários e camponeses sob o controle imediato dos comitês de operários e camponeses;
- 3) Criação de escolas militares para a formação de oficiais vindos das fileiras dos trabalhadores, escolhidos pelas organizações operárias;
- 4) Substituição do exército permanente, isto é, de quartel, por uma milícia popular em união indissolúvel com as fábricas, minas, fazendas, etc.

A guerra imperialista é a continuação e a exacerbação da política de pilhagem da burguesia; a luta do proletariado contra a guerra é a continuação e aprofundamento de sua luta de classe. O advento da guerra muda a situação e, parcialmente, os processos de luta entre as classes, mas não muda nem seus fins, nem sua direção fundamental.

A burguesia imperialista domina o mundo. É por isso que a próxima guerra, no que tem de fundamental, será uma guerra imperialista. O conteúdo decisivo da política do proletariado internacional será, conseqüentemente, a luta contra o imperialismo e sua guerra. O princípio básico desta luta será: “o inimigo principal está em nosso próprio país” ou “a derrota de nosso próprio governo (imperialista) é o mal menor”.

Mas nem todos os países do mundo são países imperialistas. Ao contrário; a maioria dos países são vítimas do imperialismo. Certos países coloniais ou semicoloniais tentarão, indubitavelmente, usar a guerra para se livrar do jugo da escravidão. No que lhes concerne, a guerra não será imperialista, mas emancipadora. O dever do proletariado internacional será ajudar os países oprimidos em guerra contra seus opressores. Este mesmo dever se estende também à URSS ou a outro Estado operário que possa surgir antes da guerra ou

durante. A derrota de todo governo imperialista na luta contra um Estado operário ou um país colonial é o mal menor.

Os operários de um país imperialista não podem, entretanto, ajudar um país anti-imperialista por intermédio de seu governo, quaisquer que sejam em dado momento as relações diplomáticas e militares entre os dois países. Se os governos estabelecem uma aliança temporária e, no fundo, incerta, o proletariado do país imperialista deve continuar em oposição de classe a seu governo e apoiar o “aliado” não imperialista deste por seus próprios meios, quer dizer, pelos métodos da luta de classes internacional (agitação em favor do Estado operário e do país colonial, não somente contra seus inimigos, mas também contra seus pérfidos aliados: boicote e greve em certos casos, denúncia ao boicote e à greve em outros etc.).

Ao mesmo tempo em que sustenta um país colonial ou a URSS na guerra, o proletariado não deve se solidarizar no que quer que seja com o governo burguês do país colonial nem com a burocracia termidoriana da URSS. Ao contrário, deve manter sua completa independência política em relação a ambos. Ajudando uma guerra justa e progressiva, o proletariado revolucionário conquista as simpatias dos trabalhadores das colônias e da URSS e, deste modo, torna mais firme a autoridade e a influência da IV Internacional, podendo colaborar melhor na derrubada do governo burguês do país colonial, da burocracia reacionária da URSS.

No início da guerra, as seções da IV Internacional sentir-se-ão inevitavelmente isoladas: cada guerra pega as massas populares de imprevisto e as leva para o lado do aparelho governamental. Os internacionalistas deverão nadar contra a corrente.

Entretanto, as devastações e os males da nova guerra, que desde os primeiros meses ultrapassarão de longe os horrores sangrentos de 1914-1918, farão logo as massas perderem as

ilusões. Seu descontentamento e revolta crescerão aos saltos. As seções da IV Internacional encontrar-se-ão à cabeça do fluxo revolucionário. O programa de reivindicações transitórias adquirirá uma candente atualidade. O problema da conquista do poder pelo proletariado far-se-á sentir em toda sua plenitude.

Antes de sufocar ou afundar no sangue da humanidade, o capitalismo envenena a atmosfera mundial com os vapores deletérios do ódio nacional e racial. O antissemitismo é atualmente uma das convulsões mais malignas da agonia do capitalismo.

A denúncia intransigente dos preconceitos de raça e de todas as formas e nuances da arrogância e do patriotismo nacionais, em particular do antissemitismo, deve fazer da IV Internacional, como o principal trabalho de educação na luta contra o imperialismo e contra a guerra. Nossa palavra de ordem fundamental continua sendo “Proletários de todos os países, uni-vos”.

O governo operário e camponês

A fórmula de “governo operário e camponês” apareceu, pela primeira vez, em 1917, na agitação dos bolcheviques e foi definitivamente admitida após a insurreição de Outubro. Ela representava, neste caso, apenas uma denominação popular da ditadura do proletariado já estabelecida. A importância desta denominação consistia, sobretudo, no fato de que colocava em primeiro plano a ideia da **aliança do proletariado e da classe camponesa**, como base do poder soviético.

Quando a Internacional Comunista dos epígonos tentou reviver a fórmula de “ditadura democrática dos operários e camponeses”, enterrada pela História, ela conferiu à reivindicação de “governo operário e camponês” um conteúdo completamente diverso, puramente “democrático”, quer di-

zer, burguês, opondo-a à ditadura do proletariado. Os bolcheviques-leninistas rejeitaram resolutamente tal palavra de ordem de “governo operário e camponês” em sua interpretação democrático-burguesa. Afirmaram, e afirmam, que se o partido do proletariado renuncia a transpor os limites da democracia burguesa, sua aliança com o campesinato levará simplesmente a sustentar o capital, como foi o caso dos mencheviques e socialistas-revolucionários em 1917, como foi o caso do Partido Comunista Chinês, em 1925-27, como se passa atualmente com as “Frentes Populares” da Espanha, da França e de outros países.

De abril a setembro de 1917, os bolcheviques reclamaram dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques que rompessem com a burguesia liberal e tomassem o poder em suas próprias mãos. Sob esta condição, os bolcheviques prometiam aos mencheviques e aos socialistas-revolucionários, representantes pequeno-burgueses dos operários e dos camponeses, sua ajuda revolucionária contra a burguesia, recusando-se, entretanto, categoricamente, tanto a entrar no governo dos mencheviques e dos socialistas-revolucionários como a serem responsáveis politicamente por sua atividade. Se os mencheviques e os socialistas-revolucionários tivessem realmente rompido com os cadetes (liberais) e com o imperialismo estrangeiro, o “governo operário-camponês” criado por eles só teria facilitado e acelerado a instauração da ditadura do proletariado. Mas é precisamente por esta razão que as cúpulas da democracia pequeno-burguesa se opuseram com todas as suas forças à instauração de seu próprio governo. A experiência da Rússia demonstrou e a experiência da Espanha e da França confirma-o novamente que, mesmo em condições muito favoráveis, os partidos da democracia pequeno-burguesa (socialistas-revolucionários, social-democratas, stalinistas, anarquistas etc.) são incapazes de criar um governo operário e camponês, quer dizer, um governo independente da burguesia.

Entretanto, a reivindicação dos bolcheviques endereçada aos mencheviques e socialistas- revolucionários - “rompam com a burguesia, tomem em suas mãos o poder”- tinha, para as massas, um enorme valor educativo. A recusa obstinada dos mencheviques e socialistas-revolucionários de tomar o poder, que se revelou tão tragicamente nas jornadas de julho, perdeu-os definitivamente no espírito do povo e preparou a vitória dos bolcheviques.

A tarefa central da IV Internacional consiste em libertar o proletariado da velha direção, cujo conservantismo se encontra em contradição completa com a situação catastrófica do capitalismo em seu declínio, e constitui o principal obstáculo ao progresso histórico. A acusação capital que a IV Internacional lança contra as organizações tradicionais do proletariado é a de que elas não querem se separar do semicadáver da burguesia.

Nessas condições, a reivindicação endereçada sistematicamente à velha direção – “Rompam com a burguesia, tomem o poder” – é um instrumento extremamente importante para desvendar o caráter traidor dos partidos e organizações da II e III Internacionais, assim como da Internacional de Amsterdã. A palavra de ordem de “governo operário-camponês” é empregada por nós unicamente no sentido que teve em 1917 na boca dos bolcheviques, quer dizer, como uma palavra de ordem antiburguesa e anticapitalista, mas de nenhum modo no sentido “democrático” que lhe deram mais tarde os epígonos, fazendo dela, que era uma ponte em direção à revolução socialista, a principal barreira neste caminho.

De todos os partidos e organizações que se apoiam nos operários e nos camponeses falando em seu nome, nós exigimos que rompam politicamente com a burguesia e entrem no caminho da luta pelo governo operário e camponês. Nesse caminho, prometemos-lhe um apoio completo contra a reação capitalista.

Paralelamente, desenvolvemos uma incansável agitação em torno das reivindicações transitórias que deverão, do nosso ponto de vista, constituir o programa do “governo operário e camponês”.

É possível a criação de tal governo pelas organizações operárias tradicionais. A experiência anterior mostra-nos, como já vimos, que isto é, pelo menos, pouco provável. É, entretanto, impossível negar categórica e antecipadamente a possibilidade teórica de que, sob a influência de uma combinação de circunstâncias excepcionais (guerra, derrota, quebra financeira, ofensiva revolucionária das massas etc.), os partidos pequeno-burgueses, incluídos aí os stalinistas, possam ir mais longe do que queriam no caminho da ruptura com a burguesia. Em todo caso, uma coisa está fora de dúvida: se mesmo esta variante pouco provável se realizasse um dia em algum lugar, e um “governo operário e camponês”, no sentido acima indicado, se estabelecesse de fato, ele somente representaria um curto episódio em direção à ditadura do proletariado.

É, entretanto, inútil perder-se em conjecturas. A agitação sob a palavra de ordem de “governo operário e camponês” guarda, em todas as condições, um enorme valor educativo. E não é por acaso: esta palavra de ordem generalizadora segue absolutamente a linha do desenvolvimento político de nossa época (banarrota e desagregação dos velhos partidos burgueses, falência da democracia, ascensão do fascismo, aspiração crescente dos trabalhadores a uma política mais ativa e mais ofensiva). É por isso que cada uma de nossas reivindicações transitórias deve conduzir sempre à mesma conclusão política: os operários devem romper com todos os partidos tradicionais da burguesia para estabelecer, em comum com os camponeses, seu próprio poder.

É impossível prever quais serão as etapas concretas da mobilização revolucionária das massas. As seções da IV In-

ternacional devem orientar-se de maneira crítica a cada nova etapa e lançar as palavras de ordem que impulsionem a tendência dos operários a uma política independente, aprofundando o caráter de classe desta política, destruindo as ilusões reformistas e pacifistas, reforçando a união da vanguarda com as massas e preparando a tomada revolucionária do poder.

Os soviets

Os comitês de fábrica são, como foi dito, um elemento de dualidade de poder na fábrica. É por isso que sua existência só é concebível quando há uma pressão crescente das massas. O mesmo acontece com os agrupamentos especiais de massa para a luta contra a guerra, com os comitês de vigilância de preços e com todos os outros centros do movimento cuja própria aparição testemunha que a luta de classes ultrapassou os limites das organizações tradicionais do proletariado.

Entretanto, esses novos órgãos e centros sentirão logo sua falta de coesão e sua insuficiência. Nenhuma das reivindicações transitória pode ser completamente realizada com a manutenção do regime burguês. Ora, o aprofundamento da crise social aumentará não somente os sofrimentos das massas, mas também sua impaciência, sua firmeza, seu espírito de ofensiva. Camadas sempre renovadas de oprimidos sempre levantarão a cabeça e lançarão suas reivindicações. Milhões de trabalhadores em quem os chefes reformistas nunca pensam começarão a bater às portas das organizações operárias. Os desempregados entrarão no movimento. Os operários agrícolas, os camponeses arruinados ou semiarruinados, as camadas proletarizadas da intelligentsia, as camadas inferiores da cidade, as trabalhadoras, as domésticas, todos procurarão um agrupamento e uma direção.

Como harmonizar as diversas reivindicações e formas de

luta, mesmo se apenas nos limites de uma cidade. A história Já respondeu a esta pergunta: graças aos conselhos (soviéticos), que reúnem todos os grupos em luta. Ninguém propôs, até agora, alguma outra forma de organização, e é duvidoso que se possa inventá-la. Os conselhos não estão unidos por nenhum programa a priori. Abrem suas portas a todos os explorados. Por esta porta passam os representantes de todas as camadas que são levadas na torrente geral da luta. A organização amplia-se com o movimento e nele encontra continuamente sua renovação. Todas as tendências políticas do proletariado podem lutar pela direção dos conselhos à base da mais ampla democracia. Essa é a razão pela qual a palavra de ordem de soviéticos é o coroamento do programa de reivindicações transitórias.

Os conselhos só podem nascer onde o movimento das massas entra em um estágio abertamente revolucionário. Como pivô em torno do qual se unem milhões de trabalhadores na luta contra os exploradores, os conselhos, desde o momento de sua aparição, tornam-se os rivais e os adversários das autoridades locais e, em seguida, do próprio governo central. Se o comitê de fábrica cria elementos de dualidade de poder na fábrica, os conselhos abrem um período de dualidade de poder no país.

A dualidade de poder é, por sua vez, o ponto culminante do período de transição. Dois regimes, o regime burguês e o regime proletário, opõem-se irreconciliavelmente um ao outro. O choque entre eles é inevitável. Do resultado desse choque depende a sorte da sociedade. No caso de derrota da revolução, a ditadura fascista da burguesia. No caso de vitória, o poder dos conselhos, isto é, a ditadura do proletariado e a reconstrução socialista da sociedade.

Os países atrasados e o programa das reivindicações transitórias

Os países coloniais e semicoloniais, por sua própria natureza, são países atrasados. Mas esses países atrasados vivem em condições do domínio mundial do imperialismo. É por isso que seu desenvolvimento tem um caráter combinado: reúne em si as formas econômicas mais primitivas e a última palavra de técnica e da civilização capitalista. É isto que determina a política do proletariado dos países atrasados: ele é obrigado a combinar a luta pelas tarefas mais elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta socialista contra o imperialismo mundial. Nessa luta, as palavras de ordem democráticas, as reivindicações transitórias e as tarefas da revolução socialista não estão separadas em épocas históricas distintas, mas decorrem umas das outras. Apenas havia se iniciado a organização de sindicatos, o proletariado chinês foi obrigado a pensar nos conselhos. É neste sentido que o presente programa é plenamente aplicável aos países coloniais e semicoloniais; pelo menos àqueles onde o proletariado já é capaz de possuir uma política independente.

Os problemas centrais desses países coloniais e semicoloniais são: a **revolução agrária**, isto é, a liquidação da herança feudal, e a **independência nacional**, isto é, a derrubada do jugo imperialista. Estas duas tarefas estão estreitamente ligadas uma à outra.

É impossível rejeitar pura e simplesmente o programa democrático: é necessário que as próprias massas ultrapassem este programa na luta. A palavra de ordem de **Assembleia Nacional (ou Constituinte)** conserva todo seu valor em países como a China ou a Índia. É necessário ligar, indissolivelmente, esta palavra de ordem às tarefas de emancipação nacional e da reforma agrária. É necessário, antes de mais nada, armar os operários com esse programa democrático.

Somente eles poderão sublevar e reunir os camponeses. Baseados no programa democrático e revolucionário, é necessário opor os operários à burguesia “nacional”.

Em certa etapa da mobilização das massas sob as palavras de ordem da democracia revolucionária, os conselhos podem e devem aparecer. Seu papel histórico em determinado período, em particular suas relações com a Assembleia Constituinte, é definido pelo nível político do proletariado, pela união entre eles e a classe camponesa e pelo caráter da política do partido proletário. Cedo ou tarde os conselhos devem derubar a democracia burguesa. Somente eles são capazes de levar a revolução democrática até o fim e, assim, abrir a era da revolução socialista.

O peso específico das diversas reivindicações democráticas na luta do proletariado, suas mútuas relações e sua ordem de sucessão estão determinados pelas particularidades e pelas condições próprias a cada país atrasado, em particular pelo grau de seu atraso. Entretanto, a direção geral do desenvolvimento revolucionário pode ser determinado pela fórmula da **revolução permanente**, no sentido que lhe foi definitivamente dado pelas três revoluções na Rússia (1905, fevereiro de 1917, outubro de 1917).

A Internacional “Comunista” ofereceu aos países atrasados o exemplo clássico da maneira pela qual se pode causar a ruína de uma revolução cheia de forças e promessas. Quando da impetuosa ascensão do movimento de massas na China, em 1925-1927, a Internacional Comunista não lançou a palavra de ordem de Assembleia Nacional e, ao mesmo tempo, proibiu a formação de conselhos. O partido burguês Kuomintang deveria, segundo o plano de Stálin, “tomar o lugar” da Assembleia Nacional e dos Sovietes ao mesmo tempo. Após o esmagamento das massas pelo Kuomintang, a Internacional Comunista organizou, em Cantão, uma caricatura de conselho. Após o fracasso inevitável da insurreição de Cantão, a

I. C. encaminhou-se para a guerra de guerrilhas e para os conselhos camponeses com uma completa passividade do proletariado industrial. Chegando deste modo a um impasse, a I. C. aproveitou a ocasião da guerra sino-japonesa para liquidar de uma só vez com a “China soviética”, subordinando não apenas o “Exército Vermelho” camponês, mas também o partido supostamente “comunista” ao próprio Kuomintang, isto é, à burguesia.

Após ter traído a revolução proletária internacional, em nome da amizade com os escravistas “democráticos”, a I. C. não podia deixar de trair igualmente a luta emancipadora dos povos coloniais com um cinismo, aliás, ainda maior do que já havia feito antes dela a II Internacional. Uma das tarefas da política das frentes populares e da “defesa nacional” é transformar centenas de milhões de homens da população colonial em carne de canhão para o imperialismo “democrático”. A bandeira da luta emancipadora dos povos coloniais e semi-coloniais, isto é, de mais da metade da humanidade, passou definitivamente para as mãos da IV Internacional.

Programa de reivindicações transitórias nos países fascistas

Os dias em que os estrategistas da I. C. proclamaram que a vitória de Hitler era apenas um passo em direção à vitória de Thaelmann estão bem distantes. Thaelmann está nas prisões de Hitler há cinco anos. Mussolini mantém a Itália aprisionado ao fascismo há mais de dezesseis anos. Durante todo esse tempo, os partidos da II e III Internacional foram impotentes não apenas para provocar um movimento de massas, mas inclusive para criar uma organização ilegal séria, comparável, mesmo que de longe, aos partidos revolucionários russos da época do tsarismo.

Não há a menor razão para ver a causa dessas derrotas no

poderio da ideologia fascista. Mussolini, na verdade, nunca teve a menor ideologia. A “ideologia” de Hitler nunca influenciou seriamente os operários. As camadas da população que o fascismo, em certo momento ganhou, antes de mais nada as classes médias, já tiveram tempo de perder as ilusões a seu respeito. Se, apesar de tudo, uma oposição, mesmo que pouco notável, se limita aos meios clericais, protestantes e católicos, a causa não se encontra na força das teorias semidelirantes, semicharlatanescas da “raça” e do “sangue”, mas na falência estarrecedora das ideologias da democracia, da social-democracia e da Internacional Comunista.

Depois do esmagamento da Comuna de Paris, uma reação sufocante durou cerca de oito anos. Após a derrota da Revolução Russa de 1905, as massas operárias mantiveram-se presas de estupor por quase o mesmo período de tempo. Entretanto, nesses dois casos, tratava-se apenas de derrotas físicas, determinadas pela relação de forças. Na Rússia tratava-se, além disso, de um proletariado quase virgem. A fração dos bolcheviques contava, então, com apenas 3 anos de idade. A situação era completamente diferente da Alemanha, onde a direção pertencia a poderosos partidos, contando um deles com 70 anos de existência e o outro com cerca de 15. Esses dois partidos, que possuíam milhões de eleitores, encontraram-se moralmente paralisados antes da luta e renderam-se sem combater. Jamais houve na História semelhante catástrofe. O proletariado alemão não foi derrotado pelo inimigo em um combate: foi abatido pela covardia, abjeção e traição de seus próprios partidos. Não é de espantar que tenha perdido a fé em tudo o que estava habituado a crer há quase três gerações. A vitória de Hitler, por sua vez, reforçou Mussolini.

O insucesso real do trabalho revolucionário na Itália e na Alemanha é apenas o resultado da política criminoso da social-democracia e da I. C.. Para se levar a cabo um trabalho ilegal não basta simplesmente a simpatia das massas, é ne-

cessário também o entusiasmo consciente de suas camadas avançadas. Pode-se, porém, esperar entusiasmo por organizações historicamente falidas. Os chefes emigrados são na maioria agentes do Kremlin e da GPU desmoralizados até a medula dos ossos, ou antigos ministros social-democratas da burguesia que esperam, por algum milagre, que os operários lhes devolvam seus postos perdidos. Pode-se imaginar, um só instante, esses senhores no papel de chefes da futura revolução “antifascista”?

Os acontecimentos na arena mundial não puderam também favorecer até agora um ascenso revolucionário na Itália e na Alemanha: esmagamento dos operários austríacos, fracasso da Revolução espanhola, degenerescência do Estado soviético. Como, numa larga medida, os operários italianos e alemães dependem, para informações políticas, do rádio, pode-se dizer, com segurança, que as emissões de Moscou, combinando a mentira termidoriana à estupidez e à falta de pudor, tornaram-se um potente fator de desmoralização dos operários dos Estados totalitários. Tanto desse ponto de vista, como de outros, Stálin é apenas um auxiliar de Goebbels!

Entretanto, os antagonismos de classe que conduziram à vitória do fascismo continuam sua obra, mesmo sob o domínio do fascismo, e corroem-no pouco a pouco. As massas estão cada vez mais descontentes. Centenas de milhares de operários devotados continuam, apesar de tudo, a realizar um trabalho prudente de formigas revolucionárias. Jovens gerações, que não viveram diretamente o desmoronamento das grandes tradições e das grandes esperanças, levantam-se. A preparação molecular da revolução está caminhando sob o pesado fardo do regime totalitário. Mas para que a energia escondida se transforme em revolta operária, é necessário que a vanguarda do proletariado tenha encontrado uma perspectiva, um novo programa, uma nova bandeira que não esteja maculada.

Aqui esta a principal dificuldade. É extremamente difícil para os operários dos países fascistas orientarem-se através dos novos programas. A verificação de um programa faz-se pela experiência. Ora, é precisamente a experiência do movimento de massas que falta nos países de despotismo totalitário. É bem possível que seja necessário um grande sucesso do proletariado em um dos países “democráticos” para dar um impulso ao movimento revolucionário no território do fascismo. Uma catástrofe financeira ou militar pode ter o mesmo efeito. É necessário levar a cabo atualmente um trabalho preparatório, sobretudo de propaganda, que só dará frutos abundantes no futuro.

Desde agora se pode afirmar com toda a certeza: uma vez irrompido abertamente o movimento revolucionário nos países fascistas, ele tomará, de uma só vez, uma envergadura grandiosa e, em caso algum deter-se-á em tentativas de fazer reviver qualquer cadáver de Weimar.

É sobre esse ponto que se inicia a irredutível divergência entre a IV Internacional e os velhos partidos que sobrevivem fisicamente à sua falência. A “Frente Popular” na emigração é uma das variedades mais nefastas e mais traidoras de todas as frentes populares possíveis. Significa, no fundo, a nostalgia impotente de uma coalizão com uma burguesia liberal inexistente. Se ela tivesse algum sucesso, apenas prepararia uma série de novas derrotas do proletariado à maneira espanhola. É por isso que a impiedosa crítica da teoria e da prática da “Frente Popular” é a primeira condição de uma luta revolucionária contra o fascismo.

Isto não significa, evidentemente, que a IV Internacional rejeite as palavras de ordem democráticas. Ao contrário, elas podem em certos momentos ter um enorme papel. Mas as fórmulas da democracia (liberdade de reunião, de associação, de imprensa etc.) são, para nós, palavras de ordem passageiras ou episódicas no movimento independente do proletariado, e

não um laço correção democrático passado em torno do pescoço do proletariado pelos agentes da burguesia (Espanha). A partir do momento em que o movimento tomar qualquer caráter de massas, as palavras de ordem transitórias misturar-se-ão às palavras de ordem democráticas: os comitês de fábrica aparecerão, e é preciso ver isso antes que os velhos pelegos se tenham lançado de seus escritórios à edificação de sindicatos; os conselhos cobrirão a Alemanha antes que se tenha reunido em Weimar uma nova Assembleia Constituinte. O mesmo se dará na Itália e em outros países totalitários ou semitotalitários.

O fascismo lançou esses países no campo da barbárie política. Mas não modificou seu caráter social. O fascismo é um instrumento do capital financeiro e não da propriedade latifundiária feudal. O programa revolucionário deve apoiar-se sobre a dialética da luta de classes, que é válida também para os países fascistas e não sobre a psicologia dos falidos ame-drontados. A IV Internacional rejeita com asco os métodos de mascarada política aos quais recorrem os stalinistas, antigos heróis do “terceiro período”, para aparecer ora com máscaras de católicos, de protestantes, ora de judeus, de nacionalistas alemães, de liberais unicamente com o fim de esconder seu próprio rosto pouco atraente. A IV Internacional aparece sempre e em todos os lugares sob sua própria bandeira. Ela propõe abertamente seu programa ao proletariado dos países fascistas. Desde agora os operários avançados do mundo inteiro estão firmemente convencidos de que a derrubada de Mussolini, de Hitler, de seus agentes e imitadores produzir-se-á sob a direção da IV Internacional.

A União Soviética e as tarefas da época de transição

A URSS saiu da Revolução de Outubro como um Estado operário. A estatização dos meios de produção, condição

necessária ao desenvolvimento socialista, abriu a possibilidade de um crescimento rápido das forças produtivas. Mas o aparelho de Estado soviético sofreu, neste meio tempo, uma degenerescência completa, transformando-se de um instrumento da classe operária e, cada vez mais, em instrumentos de sabotagem da economia. A burocratização de um Estado operário atrasado e isolado e a transformação da burocracia em casta privilegiada todo-poderosa é a refutação mais convincente, não somente teórica, mas também prática, da teoria do socialismo num só país.

Assim, o regime da URSS traz em si contradições ameaçadoras. Mas permanece um regime de **Estado operário degenerado**. Tal é o diagnóstico social.

O prognóstico político tem um caráter alternativo: ou a burocracia, tornando-se cada vez mais o órgão da burguesia mundial no Estado operário, derrubará as novas formas de propriedade e lançará o país de volta ao capitalismo ou a classe operária destruirá a burocracia e abrirá uma saída em direção ao socialismo.

Para as seções da IV Internacional, os processos de Moscou não foram uma surpresa, nem o resultado da demência pessoal do ditador do Kremlin, mas os produtos legítimos do Termidor. Nasceram das fricções intoleráveis no seio da burocracia soviética que, por sua vez, refletem as contradições entre a burocracia e o povo e, também, os antagonismos que se aprofundam no interior do próprio “povo”. O “fantástico” ensanguentamento dos processos de Moscou mostra qual é a força de tensão das contradições e anuncia, assim, a aproximação do desfecho.

As declarações públicas de antigos agentes do Kremlin no estrangeiro, que se recusaram a voltar a Moscou, confirmaram, irrefutavelmente, à sua maneira, que no seio da burocracia existem todas as gamas do pensamento político: desde o verdadeiro bolchevismo (L. Reiss) até o fascismo declarado

(Th. Butenko). Os elementos revolucionários da burocracia, que constituem uma ínfima minoria, refletem, passivamente é bem verdade, os interesses socialistas do proletariado. Os elementos fascistas e em geral contrarrevolucionários, cujo número aumenta sem cessar, exprimem, cada vez mais consequentemente, os interesses do imperialismo mundial. Estes candidatos ao papel de compradores pensam, não sem razão, que a nova camada dirigente, só pode assegurar suas posições privilegiadas renunciando à nacionalização, à coletivização e ao monopólio do comércio exterior em nome da assimilação com a “civilização ocidental”, isto é, com o capitalismo. Entre esses dois polos se dividem as tendências intermediárias e fluidas, de caráter menchevique, socialista-revolucionário ou liberal que gravitam em direção à democracia burguesa.

Na própria sociedade dita “sem classes” há, sem dúvida alguma, os mesmos agrupamentos que na burocrática, mas com uma expressão menos clara e numa perspectiva inversa: as tendências capitalistas conscientes, próprias sobretudo à camada próspera das fazendas coletivas (kolkhozes), caracterizam apenas uma ínfima minoria da população. Mas encontram uma ampla base nas tendências pequeno-burguesas à acumulação privada que nascem da miséria geral e que a burocracia encoraja conscientemente.

Sobre a base desse sistema de antagonismos crescentes, que destroem cada vez mais o equilíbrio social, mantém-se uma oligarquia termidoriana por métodos de terror que, agora, se reduz sobretudo à camarilha bonapartista de Stálin.

Os últimos processos foram um golpe contra a esquerda. Isto é verdade também quanto à repressão contra os chefes da oposição de direita, pois, do ponto de vista dos interesses e das tendências da burocracia, o grupo de direita do velho partido bolchevique representava um perigo de esquerda. O fato de a camarilha bonapartista, que teme também seus aliados de direita do gênero Butenko, ter-se visto obrigada, para

assegurar sua manutenção, a recorrer ao extermínio quase geral da geração dos velhos bolcheviques é a indiscutível prova da vitalidade das tradições revolucionárias entre as massas como de seu descontentamento crescente.

Os democratas pequeno-burgueses do Ocidente, que aceitavam ainda ontem os processos de Moscou tal como eram vendidos, repetem hoje, com insistência, que na URSS não existe nem trotskismo, nem trotskistas. Não explicam, entretanto, por que todo o expurgo se realizou sob o signo da luta contra este perigo. Se tomamos o trotskismo como um programa acabado e, sobretudo, como uma organização, ele é, sem dúvida, extremamente fraco na URSS. Entretanto, sua força invencível advém do fato de exprimir não apenas a tradição revolucionária, mas também a atual oposição da própria classe operária. O ódio social dos operários pela burocracia – eis precisamente o que, aos olhos do Kremlin constitui o “trotskismo”. Ele teme mortalmente, e com razão, a junção da surda revolta dos operários e da organização da IV Internacional.

O extermínio da geração dos velhos bolcheviques e dos representantes revolucionários da geração intermediária e da jovem geração destruiu ainda mais o equilíbrio político em favor da ala direita, burguesa, da burocracia e de seus aliados no país. É de lá, isto é, da direita, que podemos esperar, no próximo período, tentativas cada vez mais resolutas de revisar o regime social da URSS aproximando-o da “civilização ocidental” e, antes de mais nada, de sua forma fascista.

Esta perspectiva torna bastante concreta a “defesa da URSS”. Se amanhã a tendência burguesa-fascista, isto é, “fração Butenko”, entra em luta pela conquista do poder, a “fração Reiss” tomará, inevitavelmente, lugar no outro lado da barricada. Encontrando-se momentaneamente como aliada de Stálin, ela defenderá, é claro, não a camarilha bonapartista deste, mas as bases sociais da URSS, isto é, a propriedade

arrancada aos capitalistas e estatizada. Se a “fração Butenko” se achar em aliança militar com Hitler, a “fração Reiss” defenderá a URSS contra a intervenção militar no interior da URSS tanto quanto na arena mundial. Qualquer outro comportamento seria uma traição.

Assim, se não é possível negar, antecipadamente, a possibilidade, em casos estritamente determinados, de uma frente única com a parte termidoriana da burocracia contra a ofensiva aberta da contrarrevolução capitalista, a principal tarefa política na URSS continua sendo, apesar de tudo, **a derrubada da própria burocracia termidoriana**. O prolongamento de seu domínio abala, cada dia mais, os elementos socialistas da economia e aumenta as chances de restauração capitalista. É nesse mesmo sentido que a I.C., agente e cúmplice da camarilha stalinista, no estrangulamento da Revolução Espanhola e na desmoralização do proletariado internacional, também gravita.

Assim como nos países fascistas, a principal força da burocracia não se encontra em si mesma, mas no desencorajamento das massas, na falta de nova perspectiva. Do mesmo modo que nos países fascistas, a respeito dos quais o aparelho político de Stálin em nada se diferencia, senão por um maior frenesi, somente um trabalho preparatório de propaganda é possível na URSS. Do mesmo modo que nos países fascistas serão os acontecimentos exteriores que darão verdadeiramente impulso ao movimento revolucionário dos operários soviéticos. A luta contra a I.C. na arena mundial é atualmente a parte mais importante da luta contra a ditadura stalinista. Muitos sintomas permitem acreditar que a desagregação da I.C., que só encontra apoio direto na GPU precederá a queda da camarilha bonapartista e de toda a burocracia termidoriana em geral.

O novo ascenso da revolução na URSS começará, sem dúvida alguma, sob a bandeira da **luta contra a desigualdade**

social e a opressão política. Abaixo os privilégios da burocracia. Abaixo o stakhanovismo!”!

Abaixo a aristocracia soviética com sua hierarquia e suas condecorações. Maior igualdade no salário de todas as formas de trabalho!

A luta pela liberdade dos comitês de fábrica e dos sindicatos, pela liberdade de reunião e de imprensa transformar-se-á em luta pelo renascimento e pelo desabrochar da **democracia soviética.**

A burocracia substituiu os sovietes, como órgãos de classe, pela ficção do sufrágio universal à maneira de Hitler-Goebbels. É necessário devolver os conselhos não apenas sua livre forma democrática, mas também seu conteúdo de classe. Assim como antigamente a burguesia e os kulaks (camponeses ricos) não eram admitidos nos conselhos, também, agora a burocracia e a nova aristocracia devem ser expulsas dos Sovietes. Nos Sovietes só existe lugar para os representantes dos operários, dos trabalhadores dos kolkhoses, dos camponeses e dos soldados vermelhos.

A democratização dos sovietes é inconcebível sem a **legalização dos partidos soviéticos.** Os próprios operários e camponeses, mediante votação livre, mostrarão quais partidos são soviéticos.

Revisão da economia planificada de alto a baixo no interesse dos produtores e dos consumidores! Os comitês de fábrica devem retomar o direito de controle sobre a produção. As cooperativas de consumo democraticamente organizadas devem controlar a qualidade dos produtos e seus preços.

Reorganização das fazendas coletivas de acordo com a vontade dos trabalhadores deste setor e segundo seus interesses.

A política internacional conservadora da burocracia deve ceder lugar à política do internacionalismo proletário. Toda a correspondência diplomática do Kremlin deve ser publicada. **Abaixo a diplomacia secreta!**

Todos os processos políticos montados pela burocracia termidoriana devem ser revistos mediante ampla publicidade e livre-exame. Os organizadores das falsificações devem sofrer o merecido castigo.

É impossível realizar este programa sem a derrubada da burocracia, que se mantém pela violência e pela falsificação. Somente o levantamento revolucionário vitorioso das massas oprimidas pode regenerar o regime soviético e assegurar sua marcha para a frente em direção ao socialismo. Apenas o partido da IV Internacional é capaz de conduzir as massas soviéticas à insurreição.

Abaixo a camarilha bonapartista de Caim-Stálin!

Viva a democracia soviética!

Viva a revolução socialista internacional!

Contra o oportunismo e o revisionismo sem princípios

A política do partido de Leon Blum na França, demonstra que os reformistas são incapazes de aprender qualquer coisa com as trágicas lições da História. A social-democracia francesa copia servilmente a política da social-democracia alemã e caminha para a mesma catástrofe. Durante dezenas de anos a II Internacional cresceu nos limites da democracia burguesa tornando-se dela parte inseparável e com ela apodrecendo.

A III Internacional entrou no caminho do reformismo na época em que a crise do capitalismo havia definitivamente colocado na ordem do dia a revolução proletária. A política atual de I.C. na Espanha e na China – política que consiste em rastejar diante da burguesia “democrática” e “nacional” – demonstra que a I.C. também não é capaz de aprender coisa alguma ou de mudar. A burocracia, que se tornou uma força reacionária na URSS, não pode ter papel revolucionário algum na área mundial.

O anarcossindicalismo conheceu, no geral, uma evolução do mesmo gênero. Na França a burocracia de Leon Jouhaux tornou-se, há muito, uma agência da burguesia na classe operária. Na Espanha, o anarcossindicalismo desembarçou-se de seu revolucionarismo de fachada desde que a revolução começou e transformou-se na quinta roda do carro da democracia burguesa.

As organizações intermediárias centristas que se agrupam em torno do Bureau de Londres são apenas acessórios de “esquerda” da social-democracia e da I.C. mostraram sua completa incapacidade para orientar-se em uma situação histórica e tirar delas conclusões revolucionárias. Seu ponto culminante foi alcançado pelo POUM espanhol que, nas condições da revolução, se encontrou absolutamente incapacitado de ter uma política revolucionária.

As trágicas derrotas sofridas pelo proletariado mundial durante uma longa série de anos levaram as organizações oficiais a um conservadorismo ainda maior e conduziram, paralelamente, os “revolucionários” pequeno-burgueses decepcionados a procurar “novos caminhos”. Como sempre, em épocas de reação e de declínio, aparecem em todas as partes mágicos charlatães. Querem revisar toda a marcha do pensamento revolucionário. Em lugar de aprender com o passado, eles o “corrigem”. Uns descobrem a inconsistência do marxismo, outros proclamam a falência do bolchevismo. Uns fazem recair sobre a doutrina revolucionária a responsabilidade dos erros e dos crimes daqueles que a traíram; outros maldizem a medicina porque não assegura uma cura imediata e miraculosa. Os mais audazes prometem descobrir uma panaceia e, na espera, recomendam parar a luta de classes. Numerosos profetas da nova moral dispõem-se a regenerar o movimento operário com a ajuda de uma homeopática ética. A maioria desses apóstolos conseguiu tornar a si próprios inválidos morais antes mesmo de descer ao campo de batalha. Assim, sob

a aparência de novos caminhos, só se propõe ao proletariado velhas receitas enterradas há muito tempo nos arquivos do socialismo anterior a Marx.

A IV Internacional declara guerra implacável às burocracias da II e III Internacionais, da Internacional de Amsterdã e da Internacional anarcossindicalista, da mesma maneira que a seus satélites centristas, ao reformismo sem reformas, ao democratismo aliado à GPU, ao pacifismo sem paz, ao anarquismo a serviço da burguesia, aos “revolucionários” que temem mortalmente a revolução. Todas essas organizações não são a garantia do futuro, mas sobrevivências em estado de putrefação do passado. A época das revoluções não deixará delas pedra sobre pedra. A IV Internacional não procura inventar nenhuma panaceia. Ela mantém-se inteiramente no terreno do marxismo, única doutrina revolucionária que permite compreender o que existe; descobrir as causas das derrotas e preparar conscientemente a vitória. A IV Internacional continua a tradição do bolchevismo, que mostrou pela primeira vez ao proletariado como conquistar o poder. A IV Internacional afasta os mágicos, os charlatães e os importunos professores de moral. Em uma sociedade fundamentada sobre a exploração, a moral suprema é a moral da revolução socialista. Bons são os métodos e os meios que elevam a consciência de classe dos operários, sua confiança em suas próprias forças, sua disposição à abnegação na luta. Inadmissíveis são os métodos que inspiram nos oprimidos o medo e a docilidade diante dos opressores; sufocam o espírito de protesto e revolta e substituem a vontade das massas pela vontade dos chefes, a persuasão pela pressão, a análise da realidade pela demagogia e a falsificação. Eis por que a social-democracia, que prostituiu o marxismo, e o stalinismo, antítese do bolchevismo, são os inimigos mortais da revolução proletária e de sua moral.

Olhar a realidade de frente; não procurar a linha de menor

resistência; chamar as coisas pelo seu nome; dizer a verdade às massas, por mais amarga que seja; não temer obstáculos; ser rigoroso nas pequenas como nas grandes coisas; ousar quando chegar a hora da ação: tais são as regras da IV Internacional. Ela mostrou que sabe ir contra a corrente. A próxima onda histórica a conduzirá a seu cume.

Contra o sectarismo

Sob a influência da traição e da degenerescência das organizações do proletariado nascem ou se regeneram, na periferia da IV Internacional, grupos e posições sectárias de diferentes gêneros que possuem em comum a recusa de lutar pelas reivindicações parciais ou transitórias, isto é, pelos interesses e necessidades elementares das massas tais como são. Preparar-se para a revolução significa, para os sectários, convencerem-se a si mesmos das vantagens do socialismo. Propõem voltar as costas aos “velhos sindicatos”, isto é, às dezenas de milhões de operários organizados, como se as massas pudessem viver fora das condições da luta de classes real! Permanecem indiferentes à luta que se desenvolve no seio das organizações reformistas, como se pudessemos conquistar as massas sem intervir nesta luta! Recusam-se a distinguir, na prática, a democracia burguesa do fascismo, como se as massas pudessem deixar de sentir essa diferença a cada passo!

Os sectários só são capazes de distinguir duas cores: o branco e o preto. Para não se expor à tentação, simplificam a realidade. Recusam-se a estabelecer uma diferença entre os campos em luta na Espanha pela razão de que os dois campos têm um caráter burguês. Pensam, pela mesma razão, que é necessário ficar neutro na guerra entre o Japão e a China. Negam a diferença de princípio entre a URSS e os países burgueses e se recusam, tendo em vista a política reacionária

da burocracia soviética, a defender contra o imperialismo as formas de propriedade criadas pela Revolução de Outubro.

Incapazes de encontrar acesso às massas, estão sempre dispostos a acusá-las de serem incapazes de se elevar até as ideias revolucionárias.

Uma ponte, sob a forma de reivindicações transitórias, não é absolutamente necessária a esses profetas estéreis, pois não se dispõem, absolutamente, a passar para o outro lado do rio. Não saem do lugar, contentando-se em repetir as mesmas abstrações vazias. Os acontecimentos políticos são para eles ocasião de tecer comentários, mas não de agir. Como sectários, os confusionistas e os fazedores de milagres de toda espécie recebem a cada momento chicotadas da realidade, vivem em estado de continua irritação, queixando-se sem cessar, do “regime” e dos “métodos” e entregando-se a intrigazinhas. Em seus próprios meios exercem ordinariamente, um regime de despotismo. A prostração política do sectarismo apenas completa, como sua sombra, a prostração do oportunismo, sem abrir perspectivas revolucionárias. Na política prática, os sectários unem-se a todo instante aos oportunistas, sobretudo aos centristas, para lutar contra o marxismo.

A maioria dos grupos e grupelhos sectários desse gênero, que se alimentam das migalhas caídas da mesa da IV Internacional, levam uma existência organizativa “independente”, com grandes pretensões, mas sem a menor chance de sucesso. Os bolcheviques-leninistas podem, sem perder seu tempo, abandonar tranquilamente estes grupos à sua própria sorte.

Entretanto, as tendências sectárias encontram-se também em nossas próprias fileiras e exercem uma funesta influência sobre o trabalho de certas seções. É uma coisa que é impossível suportar um único dia a mais. Uma política justa quanto aos sindicatos é uma questão fundamental para pertencer à IV Internacional. Aquele que não procura nem encontra o caminho do movimento de massas não é um combatente, mas

um peso morto para o Partido. Um programa não é criado para uma redação, uma sala de leitura ou um clube de discussão, mas para a ação revolucionária de milhões de homens. O expurgo das fileiras da IV Internacional do sectarismo e dos sectários incorrigíveis é a mais importante condição dos sucessos revolucionários.

Lugar à juventude!

Lugar às mulheres trabalhadoras!

A derrota da revolução espanhola provocada por seus “chefes”, a falência vergonhosa da Frente Popular na França e o conhecimento das falsificações dos processos de Moscou – estes três fatos aplicam, em seu conjunto, um golpe irremediável da I.C. e, de passagem, causam graves prejuízos a seus aliados, os sociais-democratas e os anarcossindicalistas. Isto não significa, é claro, que os membros destas organizações se voltarão unicamente em direção à IV Internacional. A geração mais idosa, que sofreu terríveis derrotas, abandonará, em grande parte, o combate. Aliás, a IV Internacional não quer, absolutamente, tornar-se um refúgio para inválidos revolucionários, burocratas e carreiristas decepcionados. Ao contrário, estritas medidas preventivas são necessárias contra o afluxo, entre nós, de elementos pequeno-burgueses que dominam, atualmente, os aparelhos das velhas organizações: uma longa prova anterior para os candidatos que não são operários, sobretudo se são antigos burocratas; a proibição para eles de ocupar cargos responsáveis no Partido durante os três primeiros anos etc. Na IV Internacional não há e não haverá lugar para o carreirismo, este câncer das velhas internacionais. Somente encontrarão acesso a nós aqueles que quiserem viver para o movimento e não viver dele. Os operários revolucionários devem sentir-se mestres. A eles as portas de nossa organização estão amplamente abertas.

Claro, mesmo entre os operários que estiveram antes nas primeiras filas existe atualmente um bom número que está fatigado e decepcionado. Ficarão, ao menos no próximo período, afastados. Quando se gasta um programa ou uma organização, gasta-se a geração que os carregou sobre seus ombros. A renovação do movimento faz-se pela juventude, livre de toda responsabilidade pelo passado. A IV Internacional dá uma excepcional atenção à jovem geração do proletariado. Por toda sua política ela se esforça em inspirar à juventude confiança em suas próprias forças e em seu futuro. Apenas o fresco entusiasmo e o espírito ofensivo da juventude podem assegurar os primeiros sucessos na luta; apenas esses sucessos podem fazer voltar ao caminho da revolução os melhores elementos da velha geração. Sempre foi assim. Continuará sendo assim.

Todas as organizações oportunistas, por sua própria natureza, concentram sua atenção principalmente nas camadas superiores da classe operária e, conseqüentemente, ignoram igualmente a juventude e as mulheres trabalhadoras. Ora, a época do declino capitalista atinge cada vez mais

duramente a mulher, tanto como assalariada quanto como dona de casa. As seções da IV Internacional devem procurar apoio nas camadas mais oprimidas da classe operária e, conseqüentemente, entre as mulheres trabalhadoras. Encontrarão as inesgotáveis fontes de devoção, abnegação e espírito de sacrifício.

Abaixo o burocratismo e o carreirismo! Lugar à juventude e às mulheres trabalhadoras! Estas são as palavras de ordem inscritas na bandeira da IV Internacional.

Sob a bandeira da IV Internacional

Os céticos perguntam: mas chegou o momento de criar uma nova Internacional? É impossível, dizem, criar uma

Internacional “artificialmente”; apenas os grandes acontecimentos podem fazê-la surgir, etc. Todas essas objeções demonstram apenas que os céticos não servem para criar uma nova Internacional. Em geral não servem para nada.

A IV Internacional já surgiu de grandes acontecimentos: as maiores derrotas do proletariado na História. A causa dessas derrotas é a degenerescência e a traição de velha direção. A luta de classes não tolera interrupção. A III Internacional, após a II, está morta para a revolução. Viva a IV Internacional!

Mas os céticos não se calam: “Já é momento de proclamá-la?”, “A IV Internacional”, responderemos, “não tem necessidade de ser proclamada”. Ela existe e luta. É fraca? Sim, suas fileiras são, até agora, pouco numerosas, pois ainda é jovem. Elas compõem-se, sobretudo, de quadros dirigentes. Mas esses quadros são a única garantia do futuro. Fora desses quadros não existe, neste planeta, uma só corrente revolucionária que realmente mereça este nome. Se nossa Internacional é ainda fraca em número, ela é forte pela doutrina, pela tradição, pelo programa, pela têmpera incomparável de seus quadros. Aquele que não vê isto hoje que continue afastado. Amanhã isto será mais visível.

A IV Internacional goza desde já do ódio merecido dos stalinistas, dos social-democratas, dos liberais burgueses e dos fascistas. Ela não tem nem pode ter lugar em nenhuma das frentes populares. Opõe-se irredutivelmente a todos os agrupamentos políticos ligados à burguesia. Sua tarefa é acabar com a dominação capitalista. Sua finalidade é o socialismo. Seu método é a revolução proletária. Sem democracia interna não existe educação revolucionária. Sem disciplina não há ação revolucionária. O regime interno da IV Internacional está fundamentado sobre os princípios do centralismo democrático: completa liberdade na discussão, total unidade na ação.

A crise atual da civilização humana é a crise da direção do proletariado. Os operários avançados, reunidos no seio da IV Internacional, mostram à sua classe o caminho para sair da crise. Propõem-lhe um programa baseado na experiência internacional da luta emancipadora do proletariado e de todos os oprimidos do mundo. Propõem-lhe uma bandeira sem mácula alguma.

Operários e operárias de todos os países, organizem-se sob a bandeira da IV Internacional! É a bandeira de sua próxima vitória.

Périgny (França), 3 de setembro de 1938.

Ser trotskista hoje ¹

Nahuel Moreno ²

Começemos por entender o que significa ser verdadeiramente marxista. Não podemos fazer um culto, como se fez de Mao ou de Stalin. Ser trotskista hoje não significa estar de acordo com tudo aquilo que escreveu ou o que disse Trotsky, mas sim saber fazer-lhe críticas ou superá-lo, como a Marx, a Engels ou Lenin, porque o marxismo pretende ser científico e a ciência ensina que não há verdades absolutas. Em primeiro lugar, ser trotskista é ser crítico, inclusive ao próprio trotskismo.

No aspecto positivo, ser trotskista é responder a três análises e posições programáticas claras. A primeira, que enquanto existir o capitalismo no mundo ou em um país, não há solução de fundo para absolutamente nenhum problema: começando pela educação, a arte, e chegando aos problemas mais gerais da fome, da miséria crescente, etc.

Junto a isso, ainda que não seja exatamente o mesmo, o critério de que é necessária uma luta sem piedade contra o capitalismo até derrotá-lo, para impor uma nova ordem econômica e social no mundo, que não pode ser outra que não o socialismo.

Segundo problema, naqueles lugares onde se expropriou a burguesia (falo da URSS e de todos os países que se reivindicam socialistas), não há saída se não se impuser a democracia operária. O grande mal, a sífilis do movimento operário mundial, é a burocracia, os métodos totalitários que existem nesses países e nas organizações operárias, os sindicatos,

¹ Artigo escrito em 1985.

² (1924 - 1987). Dirigente político de inúmeras organizações revolucionárias argentinas e internacionais, como o MAS e a LIT-QI.

os partidos que se reivindicam da classe trabalhadora e que se corromperam pela burocracia. E esse é um grande acerto de Trotsky, que foi o primeiro que empregou essa terminologia, que hoje é universalmente aceita. Todos falam de burocracia, às vezes até os próprios governantes desses estados que nós chamamos de operários. Enquanto não houver a mais ampla democracia, não se começará a construir o socialismo. O socialismo não é só uma construção econômica. O único que fez essa análise é o trotskismo, e também foi o único que chegou à conclusão de que era necessário fazer uma revolução em todos esses Estados e também nos sindicatos para alcançar a democracia operária.

E a terceira questão, decisiva, é que é o único conseqüente com a realidade econômica e social mundial atual, quando um grupo de companhias transnacionais domina praticamente toda a economia mundial, a este fenômeno socioeconômico é preciso responder com uma organização e uma política internacional.

Nessa era de movimentos nacionalistas que opinam que tudo se soluciona no próprio país, o trotskismo é o único que diz que só há solução ao nível da economia mundial inaugurando a nova ordem, que é o socialismo. Para isso, é necessário retomar a tradição socialista da existência de uma internacional socialista, que encare a estratégia e a tática para alcançar a derrota das grandes transnacionais que dominam o mundo inteiro, para inaugurar o socialismo mundial, que será mundial ou não será.

Se a economia é mundial, tem que haver uma política mundial e uma organização mundial dos trabalhadores para que toda revolução, todo país que faça sua revolução, a estenda à escala mundial, por um lado; e, por outro lado, cada vez mais dê direitos democráticos à classe operária, para que seja ela a que tome seu destino em suas mãos por via da democracia.

O socialismo não pode ser nada mais que mundial. Todas as tentativas de se fazer um socialismo nacional fracassaram, porque a economia é mundial e não pode haver solução socioeconômica dos problemas dentro das estreitas fronteiras nacionais de um país.

A quem se deve derrotar é às transnacionais à escala mundial para abrir espaço à organização socialista mundial.

Por isso, a síntese do trotskismo hoje é que os trotskistas são os únicos no mundo inteiro que têm uma organização mundial (pequena, débil, tudo o que se queira dizer), porém a única internacional existente, a Quarta Internacional, que retoma toda a tradição das internacionais anteriores e a atualiza frente aos novos fenômenos, porém com a visão marxista de que é necessária uma luta internacional.

O que é ser trotskista no século XXI? ¹

Pedro Fuentes ²

Estamos no 75º aniversário da sua morte produzida pelo ataque de Mercader, um agente da KGB, sob ordens diretas de Stalin. Muito tempo e muitas coisas ocorreram no mundo desde então. Entre as mais importantes está que seu acirrado inimigo contra quem teve que lutar, Stalin, e o aparato burocrático que ele criou e que se prolongou muitos anos depois de sua morte, também caíram; morreu com as revoluções democráticas que derrubaram o Muro de Berlim e todos os regimes burocráticos herdeiros.

O papel de Leon Trotsky, a fundação da IV Internacional e do movimento trotskista merecem muito mais que uma nota. Mas não podemos deixar passar esta data porque ela também coincide com um fato notável. Fala-se e conhece-se muito mais de Trotsky nesta última década do que em muitas anteriores. Comenta-se e simpatiza-se com sua figura. Há alguns dias a TV Brasil fez um excelente documentário sobre sua vida e um livro do cubano Leonardo Padura que toca a tragédia de sua vida em paralelo à de seu assassino, *O homem que amava os cachorros*, se converteu em um dos mais comentados nos últimos tempos. Agora que o mundo é movimentado por muitas lutas democráticas, compreende-se melhor sua luta incansável e em condições totalmente desiguais que levou adiante contra Stálin e seu aparelho. Os jovens querem conhecer Trotsky e nós, mais velhos, temos que tentar ajudar para que se entenda o que é ser trotskista hoje.

É indiscutível que Trotsky foi um herói da revolução russa, junto com Lenin, seu outro grande protagonista.

¹ Artigo originalmente publicado em 2015.

² Dirigente do MES/PSOL.

Preso muito jovem e logo deportado para a Sibéria, fugiu de lá de trenó, deixando sua primeira companheira e duas filhas. Em 1905 foi presidente e o principal orador do Soviete de Petrogrado. Em 1917 presidiu o Comitê Militar Revolucionário que dirigiu a operação da tomada do poder. Logo, durante a guerra civil, tornou-se o chefe do Exército Vermelho que teve que enfrentar 21 exércitos que invadiram a Rússia e o Exército Branco. Teve a audácia de convocar generais do exército czarista para fazer parte do exército revolucionário. O trem blindado de onde comandava as tropas se converteu em uma lenda viva. Contam os historiadores que Trotsky antes de decidir as operações militares em determinada frente reunia-se com as células do Partido Bolchevique dessas cidades.

Em 1923, com Lenin já gravemente doente e terminada a guerra civil, Trotsky pediu para ir à Alemanha para colaborar com o Partido Comunista na direção da revolução. Era sabido que este partido novo não havia passado pela forja de Lenin, nem tinha uma direção e quadros experientes, ainda mais inexperientes com a morte de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Nos anos de plena efervescência da revolução – de 1919 a 1923 – o partido alemão perdeu três grandes oportunidades de tomar o poder, o que teria mudado a história mundial. Mas o triunvirato que dirigia, Stalin com Kamenev e Zinoviev, não aceitou; o perigo de perder o aparato que ia construindo, no caso de Stalin, e os ciúmes de prestígio de Kamenev e Zinoviev, seguramente motivavam a decisão do triunvirato. Pensar que Trotsky – que tinha se somado ao Partido Bolchevique ainda em 17 de abril – poderia voltar à Rússia como o novo herói da revolução alemã, era o que estava por trás da negativa de todos eles.

Não podemos, em poucas linhas, deter-nos em sua história de militante apaixonado, brilhante orador e escritor. Existem historiadores como Isaac Deutscher que o fizeram muito bem. É importante ler seus livros para conhecer Trotsky,

bem como as obras mais importantes do revolucionário russo. Fez aportes imprescindíveis para incorporar à política revolucionária e manter vivo o programa revolucionário logo depois da morte de Lenin e da degeneração da III Internacional.

A Revolução Traída (1937), no qual Trotsky explica a degeneração do estado operário soviético e faz o prognóstico alternativo que foi corroborado pela realidade posterior: ou uma nova revolução, desta vez política para derrotar o aparato burocrático do estado, ou a dinâmica até a restauração capitalista, muito provavelmente conduzida por esta própria burocracia. O conceito de revolução política que nasceu de Trotsky é uma ferramenta imprescindível para entender muitas das revoluções que aconteceram no século XX e XXI, e vão continuar acontecendo, ou seja, revoluções que mudam o regime político e não o estado e o sistema, ou seja, o modo de produção.

Revolução e contrarrevolução na Alemanha (1931), obra mestra para compreender o caráter instável ou oscilante da pequena burguesia, seu desespero como base do fascismo; traz a definição do fascismo, assim como a política da frente única para derrotá-lo. A Alemanha foi, junto com a Rússia, o palco fundamental da polêmica com Stálin e, uma vez mais, como havia acontecido na Rússia, faltou a Trotsky contar com uma grande corrente, um partido ou organização de militantes revolucionários para poder impulsionar esta linha e derrotar o nefasto ultra esquerdismo do terceiro período de Stalin. Depois da Alemanha, Trotsky compreendeu que a III estava totalmente degenerada e começou os passos para a fundação de uma nova Internacional.

O Programa de Transição (1938) que foi a base para construir a IV Internacional (e seu antecessor, o *Programa de urgência para a Europa*), peça fundamental – sempre que não for retirado do contexto e do momento histórico em que foi escrito – antes da Segunda Guerra Mundial. Não se trata de repe-

tir suas caracterizações, seus prognósticos e consignas como fazem muitos grupos trotskistas, mas, como dizia Moreno, pegar sua essência: sua estrutura e seu método transitório de ligação entre as orientações de transição e as máximas, ou seja, a ruptura com o regime e o sistema.

A Teoria da Revolução Permanente (1929) à qual o programa de transição está vinculado como método para levar adiante a mobilização permanente das massas tem duas formulações, a de 1905 e a de 1927, esta última de forma mais acabada descreve a utopia da doutrina stalinista do “socialismo em um só país”. É uma contribuição decisiva para compreender a combinação de tarefas democráticas com as socialistas nos países de desenvolvimento burguês atrasado. Esta teoria foi transformada em um programa por Trotsky e o trotskismo. Neste sentido, tem pontos fracos, demonstrou ser muito normativo e por isso suas formulações, se forem usadas esquematicamente, não permitem compreender a realidade das revoluções do pós-guerra e a dinâmica de muitos fenômenos novos que ocorrem agora. Como dizia Moreno em seu texto citado, a primeira condição de um trotskista é ser crítico inclusive ao próprio Trotsky, já que a realidade sempre é mais rica que a teoria. Sem dúvida, em sua essência mais profunda, o caráter internacional da revolução (ponto em que não diferia de Lenin, nem da Rosa Luxemburgo), foi Trotsky que teve que formular em sua luta contra a nefasta teoria stalinista do “socialismo de um só país”, na realidade, tragicamente pela negativa, corroborado pelo colapso do chamado “socialismo real”. No texto já citado, Moreno diz que “o trotskismo é o único consequente com a realidade mundial quando um grupo de multinacionais dominam o mundo, a este fenômeno sócio econômico é necessário responder com uma política internacional”. E por isso a necessidade de retomar, contra as ideias nacionalistas, a concepção internacionalista, já que o socialismo será mundial ou não será.

A lei do desenvolvimento desigual e combinado devemos também incorporar como uma contribuição fundamental da dialética marxista. Trotsky elaborou esta lei a partir da análise da Rússia e ela foi a base da teoria da revolução permanente. A interpretação dominante até então era que os países atrasados deveriam seguir o caminho dos mais adiantados e então passar por uma revolução burguesa para cumprir uma etapa de desenvolvimento burguês, para então se buscar uma revolução socialista. Trotsky deduziu que na etapa do imperialismo não era assim, já que o capitalismo converteu o mundo inteiro em um só organismo, pelo que os países atrasados se veem obrigados a pular etapas e que portanto havia uma combinação. No caso da Rússia a formação econômica-social-feudal do campo se combina com o desenvolvimento da grande indústria capitalista.

O privilégio dos países historicamente defasados – que realmente o são – está em poder assimilar as coisas, ou melhor dizendo, em obrigar-se a assimilar antes do prazo previsto, saltando por cima de toda uma série de etapas intermediárias.

Os trotskistas George Novack e Nahuel Moreno têm o mérito de ter desenvolvido esta lei de Trotsky em seus escritos sobre *Lógica Marxista*. Para ambos, a lei de Trotsky é a lei mais geral que explica não apenas o desenvolvimento histórico mas também a origem do novo. Moreno em seu ensaio *Lógica Marxista e Ciências Modernas* esboça que é a lei mais importante para compreender todos os fenômenos novos e a relação entre a gênese (ou seja o movimento) e estrutura.

É impossível compreender os processos do desenvolvimento do capitalismo nesta nova fase se não for a partir da lei do desenvolvimento desigual e combinado, como tão pouco algum fenômeno político que ocorra no sistema-mundo e sua fase imperialista da mundialização neoliberal, onde dominam as desigualdades e suas diferentes combinações.

Perguntas difíceis, mas que devemos responder

Chegado a este ponto, surgem algumas perguntas, sobretudo na juventude e na esquerda que se separa do reformismo. Se o trotskismo é a corrente revolucionária em continuação ao leninismo, por que teve pouca incidência nas revoluções ocorridas depois da russa? E se tem uma teoria e programa essencialmente corretos, por que existem tantas divisões no movimento trotskista? A verdade é que ambas são difíceis de responder.

É muito necessária esta resposta para aprender com nossos erros. Se tem algo que precisamos destacar no mundo é que, diferente de outras épocas das quais a falaremos a seguir, nós trotskistas estamos atuando muito. Estamos presentes na Grécia em Syriza, na Espanha em Podemos e outras formações. Nos EUA, o trotskismo tem uma vereadora em uma grande cidade, Seattle, e setores fazem parte da campanha de Bernie Sanders. Há trotskistas atuando na África do Sul, na Turquia, na Bielorrússia e muitos outros países do leste europeu e da Rússia. Aqui no Brasil, somos muitos no PSOL, na Argentina é praticamente toda a esquerda. O mesmo ocorre no Peru e na Venezuela, só para falar de alguns lugares.

Leninismo e trotskismo

Um primeiro passo para tentar opinar sobre tais perguntas é inserir num contexto geral, dar um parâmetro à afirmação de que o trotskismo é a continuidade do leninismo. Isto é algo indispensável que muitos trotskistas ou simpatizantes da causa levem em conta. É verdade que Trotsky é um continuador de Lenin e pode ser também que em alguma das tantas polêmicas que teve com Lenin tivesse razão em algumas. Mas como bem explica Roberto Robaina em seu folheto *Notas à teoria de Lenin sobre a revolução de 1905*, no capítulo *Trotskismo*

e *Leninismo*, há um conceito importante que é parte da elaboração que nossa corrente MES vem fazendo desde os finais dos anos 90. Trotsky é um continuador em um contexto mundial diferente, marcado pelo triunfo da contrarrevolução na Rússia. (Ver também *O Internacionalismo e a construção de uma organização internacional*). Neste sentido o trotskismo foi um movimento mais defensivo e, portanto, mais parcial, menos universal que o leninismo.

Lukács em seu livro escrito quando jovem, diz que “Lenin é o formulador da teoria geral da revolução” e o via na dimensão teórica, programática e concreta da mesma. Ou seja, graças a esta compreensão foi capaz de levar a teoria ao concreto e à ação e, também por isso, construir o partido bolchevique. Trotsky também terminou vendo-o assim e daí sua leal entrada ao partido bolchevique como mostra também Roberto no texto citado. Moreno considerava também que Lenin e todas as elaborações da III Internacional eram mais universais e creio que o mesmo se poderia dizer de Daniel Bensaïd lendo seus trabalhos sobre Lenin.

Nahuel Moreno sempre comentava em seus cursos que o pensamento de Lenin era de uma totalização mais aberta e portanto também mais concreta. Quando se discutia em seus cursos a revolução permanente, Moreno dizia que a fórmula algébrica de Lenin “ditadura democrática de trabalhadores do campo” resultou historicamente mais real que a de Trotsky que subordinava (para todo momento e lugar) o campesinato à direção trabalhadora. E que Trotsky tinha uma tendência a generalizações teóricas e formulações de leis que terminavam sendo mais esquemáticas, como foi demonstrado na revolução chinesa.

No texto citado, Roberto afirma que parte dos militantes trotskistas, ao considerar Trotsky como o continuador de Lenin, “dão por entendido que a formulação revolucionária se faz essencialmente estudando e seguindo o que Trotsky escreveu, esquecendo-se de Lenin e suas obras”.

Trotsky cumpriu um papel histórico como continuador de Lenin. Não haveria hoje revolucionários internacionalistas sem Trotsky, que defendeu e sustentou o legado do programa revolucionário (não houve outro que o fizesse independente de seus aportes; Gramsci não o fez, por exemplo) e tem o grande mérito de construir uma organização, a IV internacional, para defendê-la, uma bandeira sem máculas. Mas o fez em uma situação defensiva.

O auge do stalinismo encurralou o trotskismo numa tarefa essencialmente de defesa do programa

Trotsky apostava que a situação revolucionária que se abria com a Segunda Guerra Mundial iria permitir que a IV Internacional se transformasse em uma organização de massas como foi a terceira depois da primeira guerra mundial. (Ver *O internacionalismo e a construção de uma organização internacional*) Mas a realidade não foi assim. O stalinismo, que foi quem levou adiante a derrota do fascismo, saiu deste período com muito prestígio sobre os trabalhadores em todo mundo e as revoluções que ocorreram no pós-guerra terminaram sendo controladas na política de coexistência pacífica surgida dos acordos de Yalta e Postdam e da divisão do mundo em zonas de influência entre Stalin, Churchill e Roosevelt.

Os revolucionários que seguiam Trotsky já tinham sido enfraquecidos com a perseguição encarniçada que fez o stalinismo antes da guerra. Stalin assassinou 90% do velho Comitê Central Bolchevique e suas mortes alcançaram dezenas de milhares. Dez milhões morreram na Rússia sob a ditadura stalinista. A morte não chegou apenas a Trotsky, mas antes tinha também dizimado a sua família. Na luta contra o fascismo, o trotskismo perdeu também uma grande quantidade de militantes, entre eles o brilhante Abraham León, dirigente em Varsóvia. No Vietnã, onde o trotskismo era forte, seu dirigente

Ta Thu Thâu foi assassinado pelo Partido Comunista do Vietnã, sob a influência de Stalin. O mesmo aconteceu na China.

A IV, como lembrava Mandel na nota enviada ao MAS, quando na morte de Moreno, dizia que “ele (Moreno) tinha defendido o programa em momentos difíceis” e isso é extensivo a esta geração dos anos 40, como a outras que seguiram e se formaram neste meio.

Daí que ante o auge stalinista, tanto a IV como as organizações e partidos trotskistas que continuaram reivindicando-a e sendo parte dela, foram essencialmente de propaganda e defensivas. Isto significou também que nos últimos anos de sua vida Trotsky contou apenas com punhados de seguidores nos diferentes países, salvo possivelmente nos EUA com o SWP.

Muitos de seus escritos deste período, onde coloca suas opiniões para fortalecer seus grupos, estão influenciados por esta realidade. Em relação à revolução espanhola por exemplo, Trotsky escreveu textos brilhantes sobre a importância das reivindicações democráticas, mas se equivocou ao desqualificar aquele que era seu principal seguidor e principal dirigente, Andrés Nin, e fazer críticas fora de contexto quando este fundou o POUM com Maurin. Existem também outros debates exageradamente fracionários em todo este período, sobretudo, que teve que remar contra a corrente e intervir ante as disputas internas como as do trotskismo francês.

Existem dois temas que merecem um estudo especial e que neste texto só poderemos enunciar e que se referem ao defeito, já citado por Roberto Robaina, sobre a questão de levar em conta apenas as obras de Trotsky e, inclusive, tirá-las de seu contexto. Um deles são seus escritos sobre a França, onde Trotsky mais desenvolve a análise da política posterior ao terceiro período de Stálin das Frentes Populares. Nestes escritos Trotsky é brilhante em sua análise do bonapartismo e o protofascismo, das milícias armadas da direita e da polícia da autodefesa trabalhadora para combatê-las.

Trotsky, corretamente oposto à Frente Popular, ou seja, ao governo dos partidos de esquerda com setores da burguesia, inclusive chegou a sugerir, em algum momento, fazer os comitês de ação popular pela base. Sem dúvida, em suas análises de todo este período, repetia a mesma política dos soviets que se desenvolveu na Rússia.

Em relação à Catalunha também é discutível a crítica a Nin, quando o POUM entrou no governo (e logo saiu) já que não levava em conta, no caso da Espanha, a guerra civil que dividia o país. Cremos, modestamente, que perdeu de vista a análise concreta da situação concreta.

Muitos trotskistas latino-americanos também confundiram os governos anti-imperialistas radicais com a Frente Popular que existiu nos países adiantados. Assim, caracterizaram incorretamente o governo de Allende no Chile, esquecendo então que este governo era muito mais uma frente única anti-imperialista com traços kerenskistas. O mesmo aconteceu com os governos bolivarianos.

Propaganda e política

Os seguidores de Trotsky que continuaram a histórica tarefa de construir a IV Internacional viveram uma situação similar. Nos anos difíceis aos que se refere Mandel, tiveram que enfrentar uma série de pressões que terminaram dividindo a IV Internacional.

Ante à enorme pressão do reformismo e do stalinismo das décadas posteriores a Trotsky, o trotskismo se fez essencialmente na defesa do programa, foi inexperiente e cedeu a pressões na hora de fazer política. É sabido que a política não se faz com o programa. O programa parte das necessidades sugeridas pelas massas em determinada etapa ou período e as organiza em relação às necessidades históricas, ou seja, à luta pelo socialismo neste período. Enquanto a política tem que

responder às necessidades presentes, partindo da correlação concreta de forças que há entre as classes sociais neste momento, ou seja, se faz baseada em uma análise dos elementos presentes, que leva a uma caracterização concreta e dinâmica para, a partir desta, fazer a política que mobilize as massas por suas reivindicações, tentando que neste processo mudem as condições e haja um avanço em sua consciência, para que façam a experiência com o governo e seu regime político.

Fazer política com o programa é o que leva ao propagandismo, uma tendência que herdamos dos trotskistas. Daí também que quando muitos grupos trotskistas fazem política, se baseiam na busca da diferenciação programática com o centrismo ou o reformismo, e não na disputa da melhor política para mobilizar os trabalhadores.

Partido, fração ou seita:

A concepção de partido de Lenin

Uma das bases para que tantas divisões ocorressem estão bem explicadas em um artigo de John Ross, um trotskista inglês, em seu trabalho: *Partido ou Fração/Seita*, no qual reivindica o critério de partido de Lenin frente aos “partidos facções”.

Contra a ideia bastante generalizada no trotskismo de que Lenin desde 1903 dividiu a social-democracia russa em dois partidos (bolcheviques e mencheviques), Ross demonstra que Lenin era uma fração da social-democracia com a qual se reunificou organicamente em 1906 e se conservou como parte do partido social-democrata que existiu com suas diferentes alas, Trotsky inclusive era uma delas, até 1914, quando começa o novo auge revolucionário. Ou seja, o leninismo existiu como parte da social-democracia e, posteriormente, a partir de 1914, como partido bolchevique. Para o leninismo, o partido se sustentava sobre a base do programa geral e em suas normas organizativas, estes eram e devem ser os crité-

rios de partido e não a política. Logicamente este programa mudou no período revolucionário e sobre a base dessa nova situação se produziu a ruptura.

Este critério de partido é que permite que haja diferenças políticas em seu interior, e que estas se discutam democraticamente, inclusive de forma pública. Assim ocorreu no partido bolchevique.

Contra a ideia do hegemonismo ou totalitarismo que as correntes luxemburguistas ou espontaneístas atribuem ao leninismo, o partido bolchevique foi um partido de disputa permanente de posições políticas, de tendências e correntes de opinião. Lembremos as diferenças públicas entre Stalin e a maioria do CC do partido com Lenin em março de 1917 sobre apoiar ou não o governo menchevique, e posteriormente com Zinoviev e Kamenev sobre a tomada do poder. O bolchevismo foi um exemplo de democracia com tendências e correntes de opinião públicas. Foi o comunismo de guerra que obrigou a um regime mais estrito e a suprimir as tendências e facções.

Estes critérios do partido – programa geral e normas de organização – somado à inserção dos trabalhadores, foram transformados em seu contrário por Stálin, dito de maneira direta em um aparelho burocrático que terminou sendo contrarrevolucionário. Mas também foram deformados por correntes revolucionárias e pelo movimento trotskista. A etapa defensiva, de propaganda, de certo isolamento das massas, fez que primassem pelo caráter e os hábitos de fração aos de partido.

Uma fração ou tendência se organiza ao redor de uma luta política determinada e, portanto, requer e tem uma alta homogeneidade política. Mas essa homogeneidade política é difícil de conservar porque a política é dinâmica, muda e sempre existem diferenças, matizes, choques de opiniões. Daí que esse critério de partido fração com o qual se construíram numerosos grupos trotskistas leve às divisões por qual-

quer diferença política que rompem a unidade estabelecida. Definitivamente ocorre porque se perderam os verdadeiros critérios de partido: suas normas de organização e seu programa.

Ao mesmo tempo, para que essa unidade política se sustente, é necessário que o mesmo regime interno seja de uma disciplina estrita, necessário para acatar essa política. Por isso o partido-fração deixa de ser um organismo vivo no qual a política se nutre da discussão sadia dos militantes em organismos, em um contato direto sadio entre a base e a direção. Falamos de organismos de base intimamente vinculados e inseridos em uma base social que seja receptiva às necessidades dela, e de organismos de direção em estreito contato com seus militantes e seus organismos para fazer uma interação que permita procurar a melhor política e a unidade de ação para aplicá-la. Ao contrário, os partidos frações terminam tendo direções com traços aparatistas. Da fração à seita há um passo; essa política se transforma em um dogma que se repete e repete. E os laços políticos sadios da militância partidária são substituídos por laços criados ao redor da fé na política transformada em dogma.

Este tem sido um problema que arrasta o trotskismo e explica também, muitas vezes, as divisões. Cremos que na corrente morenista que nós reivindicamos não temos sido alheios a isto, daí a importância de reconhecê-lo para não repeti-lo.

O que é ser trotskista hoje? Um tema inconcluso...

Responder esta pergunta nos leva, em primeiro lugar, a afirmar a mesma resposta que Moreno deu em 1986, a qual é compartilhada por outros revolucionários de sua geração como Ernest Mandel: “(...) em primeiro lugar, ser trotskista significa ser crítico inclusive ao próprio trotskismo (...). Ser trotskista hoje não significa estar de acordo com tudo o que

foi escrito ou disse Trotsky, senão fazer-lhe as críticas para superá-lo (...). O marxismo pretende ser científico e a ciência ensina que não existem verdades absolutas”.

É preciso compreender que estamos ante um novo período histórico que nos tem colocado novas tarefas e novos desafios que só podemos compreender tendo uma visão internacionalista

A caracterização deste novo período é um tema aberto, cheio de incertezas. O século XXI nos trouxe um novo período histórico muito complexo, talvez seja o período mais difícil para ser explicado pelos leninistas trotskistas, embora tenhamos boas ferramentas para fazê-lo: a radiografia essencial do capitalismo que nos deixou Marx, a teoria revolucionária de Lenin, Trotsky e os novos marxistas que têm surgido, em particular as elaborações trazidas por muitos trotskistas formados na década de 60.

Mais que em nenhum outro período, a nova realidade responde à lei do desenvolvimento desigual e combinado. Vivemos em um período de decadência do sistema e da maior crise do capitalismo; dizemos a maior porque é na qual se reúnem mais elementos sistêmicos, onde se apresentam diferentes crises (econômica, ambiental, política, social) em meio a uma nova fase do imperialismo que podemos chamar da “mundialização neoliberal”, na qual se tem produzido a maior concentração de capital em mãos de grandes corporações, onde também se tem produzido o mais alto grau de financeirização do mesmo e a maior e mais aguda desigualdade.

Neste período ocorreu o fim do chamado “socialismo real”, que significou também o fim do stalinismo como aparato mundial, do qual já falamos sobre o papel de freio que cumpria. Foram revoluções democráticas que terminaram com as ditaduras burocráticas, mas que não abriram o caminho até um socialismo com democracia, senão à restauração do capitalismo.

A crise do capitalismo, de seu domínio e de seus regimes tem degenerado as conquistas de liberdades democráticas das próprias revoluções burguesas. A democracia burguesa e suas instituições têm convertido os partidos políticos do regime em agentes do grande capital dominante, das grandes corporações e dos bancos. Nos partidos políticos do regime surgiu uma casta política que atua como classe burguesa *sui-generis*, unida organicamente a essa neo-oligarquia mundial participando de seus benefícios, o que tem dado lugar a um período onde a corrupção permanente se transformou em uma forma de “gerenciar” o Estado.

Ser internacionalista hoje é defender a bandeira sem máculas da IV Internacional e, ao mesmo tempo, lutar por uma nova internacional onde, como dizia seu criador, os trotskistas sejamos minoria. Isto significa uma nova organização internacional na qual se possa organizar todos os internacionalistas que necessitam unir-se para enfrentar o imperialismo e as grandes corporações donas do grande capital.

A grande contradição deste momento histórico é que vivemos uma grande desigualdade (mais que desigualdade, é uma contradição) entre a crise global do capitalismo e a ausência de um modelo alternativo de sociedade, uma ausência ideológica de um novo paradigma provocado pelo fracasso do “socialismo real”.

Ao mesmo tempo, esta nova fase da mundialização neoliberal terminou com a desigualdade norte/sul (não no sentido de países imperialistas e países dependentes que se aprofundou), mas no terreno social; a pobreza deixou de ser propriedade dos países atrasados para expandir-se em todo o mundo, basta ver o nível de pobreza nos EUA. Ser internacionalista hoje é confiar também na classe operária e os setores explorados dos países mais adiantados como destacamentos insubstituíveis para derrotar o capitalismo e

terminar com a exploração a nível mundial.

Estar na primeira fila nas mobilizações dos trabalhadores e todos os setores explorados e oprimidos, especialmente da juventude, sem deixar de confiar nos trabalhadores como o sujeito social principal da revolução.

Os trabalhadores e os povos não deixaram de lutar. Neste novo período ocorreram as revoluções árabes que logo evoluíram, e os grandes levantes populares e juvenis dos indignados, grandes mobilizações democráticas populares que seguem se espalhando, reclamando democracia real, enfrentando a corrupção, lutando por mais direitos, enfrentando o capitalismo. Assim sendo, sem um programa anticapitalista acabado, as massas estão longe de ser derrotadas. É só rever o que ocorre nestes dias (Guatemala, Honduras, Índia, Indonésia). Não somos da opinião de que haja uma ofensiva da direita em escala mundial.

É um período onde ao sujeito social revolucionário da classe trabalhadora se somam numerosos novos setores da classe média despojada dos direitos democráticos e, por sua vez, relativamente empobrecida pela minoria que domina a economia mundial. Onde também se mobilizam por seus direitos e logram conquistas setores oprimidos, em primeiro lugar as mulheres, em sua luta por liberdade e igualdade de direitos, os negros que são os setores mais explorados em numerosos países e a comunidade LGBT.

Temos que reconhecer que a mundialização do capital tem permitido ao capitalismo mundializar a produção das multinacionais, fazendo cadeia de produção em diferentes países, criando um exército mundial de reserva e, desta maneira, fragmentando também a nossa classe que não pode responder com uma organização a nível mundial. A precarização do trabalho também é um problema. Esta situação tem levado marxistas a posições pós-modernistas que negam as classes e os sujeitos sociais. Sem dúvida, a classe trabalhadora cresce

em número, e seguirá representando o papel estratégico principal para a derrota do capital.

Ser parte dos novos processos políticos e construí-los lealmente sem ocultar por isso nossas ideias e nosso programa, mas construindo-os essencialmente baseado em uma política de ruptura com o capitalismo.

Da crise que não para e das mobilizações e, em particular, dos indignados, tem se nutrido também novos processos políticos que de forma intermediária, no entanto, assumem posições confrontadas com a globalização neoliberal. Syriza na Grécia, Podemos na Espanha e as plataformas de unidade com movimentos sociais em Madri e Catalunha, o PSOL no Brasil, à que também se tem que somar a revitalização de esquerda no trabalhismo inglês e o fenômeno de Bernie Sanders, candidato independente socialista nas primárias do Partido Democrático.

Adiantando-se a este processo tivemos o surgimento do bolivarianismo em países latino-americanos. Precisamente estes foram uma experiência e uma prova que tiveram que fazer os trotskistas latino-americanos. Contra o propagandismo que fechou a porta a este processo de nacionalismo radical progressivo, o que terminou isolando-os deles mesmos e das massas, fomos os que intervimos nos mesmos com a linha da frente única anti-imperialista.

O processo de esgotamento dos mesmos por seu processo de aburguesamento e burocratização é o que nos permite agora disputar as massas para levantar suas bandeiras progressistas e construir novas alternativas. Algo similar ao que agora ocorre com Syriza e a Plataforma de Esquerda.

Ser trotskista significa ter o leninismo como a base metodológica mais consciente e provada para a formação dos quadros revolucionários.

A crise ideológica que vivem as massas tem sido campo fecundo para o desenvolvimento de ideias pós-modernistas

e a teorização equivocada do horizontalismo, o neo-anarquismo em setores de vanguarda e em especial na juventude. O movimento trotskista é o que melhor resistiu e resiste a estas pressões ainda que, como já o dizíamos neste texto, tendo setores que o fazem com respostas propagandistas ou de sectarismo. Lenin sustentava que as formas de organização mudam de acordo ao período da luta de classes, mas nem por isso deixava de sustentar princípios centrais sobre os quais já falamos neste texto. Esses pilares são os que tem que nos dar a confiança para saber, como Lenin, adaptar a organização do partido aos determinados momentos da luta de classes.

Um aspecto importante da luta de Lenin e Trotsky foi o combate ao terrorismo individual, o qual consideravam uma forma negativa e distorcida da luta de classes que favorecia definitivamente à repressão e, por outro lado, substituía o papel dos trabalhadores e seus aliados. Ambos não o faziam de uma posição pacifista, já que ambos defendiam a necessidade da luta armada como método de luta para enfrentar ao estado burguês. É importante retomar esta tradição e suas consequências já que são novamente um elemento da realidade. No Brasil apareceu de maneira incipiente através das ações de black blocks, mas no mundo árabe e islâmico são uma realidade que não apenas atua nesses países em organizações reacionárias e retrógradas como o Estado Islâmico e Al Qaeda, mas que estendem seus braços até a Europa, onde uma juventude de origem islâmica se soma a estas organizações. A formação no leninismo-trotskismo é o que nos permite combater politicamente estes setores e afastar os setores de vanguarda desta concepção extremamente equivocada.

Formular um programa de transição que incorpore as novas tarefas e em particular as tarefas democráticas, levando em conta a nova relação que existe entre a democracia e o anticapitalismo neste período.

Esta nova fase da mundialização neoliberal, que definitivamente colocou as contradições e a crise do capitalismo a olhos vivos, colocou também uma importante quantidade de novas reivindicações e novas tarefas que sempre tem estado presentes mas que agora são contradições muito mais notáveis.

Uma primeira e talvez mais importante questão seja a que o movimento dos indignados tem denominado como “democracia real”, que contém uma crítica frontal aos atuais regimes políticos da “democracia” burguesa para os 1%. O tema de sustentar uma reforma política radical de participação popular e de novas assembleias constituintes soberanas que reorganizem o país sobre outras bases igualitárias se transformou em uma consigna relevante que surge como uma necessidade na medida que aparecem as fortes crises políticas vinculadas também à corrupção em numerosos países. No sentido de consigna de democracia real ou ‘democracia para todos’ vai tomando um caráter mais transicional, deixa de ser a bandeira com a qual a burguesia dominou o movimento de massas para começar a voltar-se contra ela neste novo período histórico.

Está também como uma tarefa presente a questão ecológica, de caráter anticapitalista já que o capitalismo não pode resolver. Frente ao extrativismo como prática das grandes multinacionais do imperialismo há uma resistência campesina e popular em todo o altiplano e os Andes latino-americanos. O mundo vai tomando consciência dos perigos que representa para a humanidade o ataque à natureza e o aquecimento global.

O título deste capítulo diz que o tema está inconcluso e é assim que está. É uma tarefa que precisa de muitas cabeças, muitas organizações e muitas mãos para ser formulada. É um desafio a mais que colocamos nós, os revolucionários.

A vida como fio de continuidade da revolução – *Entrevista com Esteban Volkov, neto de Trotsky*

Israel Dutra¹

Com uma postura impecável, olhos grandes e claros, “Don Esteban Volkov” é a única testemunha viva dos últimos dias do fundador da IV Internacional. Pude encontrar o neto de Trotsky, com seus atuais 92 anos de vida, no Museu Casa de Leon Trotsky na Cidade do México.

Para além da minha própria emoção, incontida, pude dialogar sobre o acontecimento que condicionaria o final de uma das vidas mais importantes do século XX. Na entrevista, Sieva, como era carinhosamente chamado por seus avós, contou como se sentiu naquela tarde, quando chegava da escola, sendo um adolescente de 14 anos em plena adaptação ao México.

Descreveu as cenas que ainda vivem em sua combatida memória, da fortaleza e carinho que era Natalia, organizando o legado de Leon Trotsky e cuidando do próprio Sieva, dando vida e força à frágil organização que era a IV de então. Do preparo que tinham homens como o posteriormente famoso matemático Jean Van Heijenoort, o dirigente Joseph Hansen, o pintor e guarda pessoal Harold Robbins. Da vida na casa às margens do rio Churubusco.

A força e o caráter de Esteban são arrebatadores. Sua vida, também membro de uma família que tinha um planeta sem passaporte para cruzar, saindo do grande inverno da Rússia para o calor picante do México, é um exemplo. Antes mesmo do assassinato do avô, o suicídio de sua mãe, Zina, filha mais querida de Trotsky, trouxe à sombra da morte para perto de seu convívio.

¹ Sociólogo, dirigente do MES e do PSOL.

Um jovem casal de trabalhadores costarriquenhos, também simpatizantes da nossa “causa”, param ao lado de “Don” Esteban e escutam o final de sua entrevista. Se algo Sieva guardou de seus avós foi a certeza de que, mesmo nas condições mais adversas, a vida merece ser bela. As gerações futuras saberão o que fazer.

Agradecemos a Ubaldo Uropeza e a equipe de direção da Casa Museu Leon Trotsky a oportunidade de realizar a entrevista a seguir para nossa *Revista Movimento*.

Estamos aqui no México para entrevistar Esteban Volkov, neto de Leon Trotsky, para a *Revista Movimento*. Muito obrigado, sr. Esteban. Queria começar perguntando de suas recordações de seu avô.

Esteban Volkov – Trotsky foi um dos maiores e mais completos revolucionários que já existiram, visto que ele teve a oportunidade de intervir em todas as etapas de um processo revolucionário, desde discutir formulação de bases ideológicas, participar da vitória de uma revolução, defendê-la do assédio dos inimigos estrangeiros e, posteriormente, quando surge o regime burocrático terrorista de Stalin, defender esses princípios e fundamentos que foram traídos e desviados por esse regime burocrático. E precisamente por seguir nesta luta, caiu assassinado.

Quais as recordações pessoais que tu guardas dele?

EV – Ao contrário da imagem de um sujeito rígido e bravo, ele era um indivíduo muito humano, caloroso, cordial e generoso com os camaradas, sempre interessado em saber sobre como estavam as pessoas. Um grande admirador do trabalhador, evidentemente, um grande admirador da classe trabalhadora, sobretudo, que produz todas as riquezas do plane-

ta. Ele não admitia distinções, nem privilégios, no trabalho. Ele mesmo intervinha nos trabalhos mais pesados quando era preciso fazê-los, por mais desagradáveis que fossem. Se quebrasse uma válvula de drenagem no banheiro, por exemplo, ele mesmo consertava. Bem, era um sujeito de uma inteligência extrema, sem dúvida alguma. Era um indivíduo de uma inteligência extraordinária, de agudeza mental, sempre esperto e muito atento a tudo que acontecia. Importava-se também com a educação e formação dos jovens camaradas. Nesta casa, nas tardes, durante as reuniões de trabalho, ficavam discutindo temas de toda índole, assuntos daqui e questões internacionais.

Segundo sua memória, como eram as relações de Trotsky com os colaboradores mais diretos? Uma equipe muito valorosa, não?

EV – Sim! Eram camaradas totalmente voluntários. Operários norte-americanos [enviados pelo *Socialist Workers Party*] que vinham fazer a vigilância e tiveram que aprender a manejar armas, pois antes não sabiam. Entre seus guardacostas, Harold Robbins era um pintor comercial e Charlie Cornell era professor. Joe Hansen, secretário de Trotsky, era ex-jornalista e também motorista. Jack Cooper era motorista de caminhões pesados. Nunca em sua vida haviam utilizado uma pistola e tiveram que aprender isto aqui.

O último trabalho de meu avô foi, precisamente, a biografia de Stalin. Digamos que não era a obra que mais lhe interessava escrever. Ele só aceitou esta encomenda da *Harper & Brothers*, editora importante dos EUA, por motivos econômicos, para se afastar da situação de penúria e escassez de recursos que havia nesta casa. Após assinar o contrato, Trotsky passou a se dedicar a este trabalho, mas antes de acabá-lo, teve sua vida interrompida. Stalin queria impedir a todo preço

que ele concluísse esta biografia. Tanto era assim que houve dois atentados. No primeiro, em 24 de maio [de 1940], o pintor Alfaro Siqueros com um grupo de stalinistas invadiu esta casa e metralhou o quarto dos meus avós. Milagrosamente, meus avós se salvaram. Depois dos primeiros disparos, Natália [Sedova, companheira de Trotsky] o acordou e rapidamente o colocou numa parte escura do quarto, salvando sua vida. Meu avô contaria depois que ouviu os primeiros barulhos e pensou se tratar de alguma festividade religiosa com foguetes. Meu avô, em sua vida, teve muita sorte... Numa ocasião, Trotsky deveria ter pegado um trem militar que [soube-se depois] estava cheio de dinamites, mas casualmente Trotsky precisou refazer seu trajeto, salvando-se.

Bem, acrescentando mais um dado, alguns meses antes desse 24 de maio, entrou nesta casa um jovem guarda-costas de 25, 26 anos, Sheldon Harte, que na verdade era um agente stalinista infiltrado. Foi precisamente ele quem abriu a porta para os assaltantes na madrugada de 24 de maio. O dado interessante é que ele frequentemente perguntava para a datilógrafa do meu avô “como ia a biografia, como ia a biografia”, certamente para depois informar ao Kremlin.

Fale-nos um pouco do secretário pessoal de Trotsky, Jan Van Heijenoort.

EV – Era um jovem muito capaz e muito inteligente. Muito devotado a meu avô, disposto a tudo, atento a tudo. E, possivelmente, se ele estivesse aqui no dia do assassinato, talvez ele tivesse impedido a tempo Ramon Mercader, mas ele já havia partido para os EUA.

Apaixonado por números, dedicou-se desde muito jovem à causa revolucionária. Deixou todo seu conforto e adotou a vida de um “militante profissional” quando tinha pouco mais de vinte anos. Atento, informado, tinha verdadeira confiança

em meu avô e no futuro comunista da humanidade. Heijenoort esteve com Trotsky em Prinkipo, França, México... Foi um de seus secretários mais leais. Posteriormente, dedicou-se à matemática nos EUA e foi um brilhante lógico matemático.

E como foi o trágico dia da morte de seu avô para você?

EV – Foi um acontecimento totalmente inesperado. Soube quando voltava da escola. Normalmente, as tardes eram muito tranquilas aqui. Todas as atividades aconteciam pela manhã e as tardes eram um remanso de paz. Neste dia, não. De longe, percebi que algo estranho estava se passando na rua Viena. Havia alguns policiais em frente, um carro mal estacionado, muita movimentação, a porta estava aberta. Conforme me aproximava, fui sentindo uma enorme angústia, pois algo de grave estava ocorrendo. Um mau pressentimento de que seria impossível termos a mesma sorte das outras vezes que sobrevivemos. Fiquei com um sentimento de temor. O primeiro camarada que encontrei aqui dentro foi Harold Robbins, muito exaltado, com a pistola na mão. Perguntei-lhe: “O que está acontecendo?”. Ele só vociferou “Jacson, Jacson”. Prossegui para dentro da casa e vi, detido por dois policiais um rapaz ensanguentado que fazia ruídos e olhava como se não fosse um ser humano. Entrando na biblioteca pela porta entreaberta, vi o piso todo ensanguentado e meu avô deitado em cima da mesa com a cabeça machucada, rodeado por Natalia e outras pessoas. Segundo me disseram, moribundo entre espasmos, Trotsky pediu a seus camaradas: “mantenham o menino afastado, ele não deve ver esta cena”. Este detalhe retrata com precisão a qualidade humana deste personagem, preocupado nos momentos finais de sua vida em não causar um trauma maior a seu neto pequeno. Outra coisa que me contaram ter falado Trotsky neste momento foi: “Não matem o assassino. É preciso que ele revele quem o mandou”.

Até o trágico dia 21 de agosto, os fatos desta história são bastante conhecidos. Conte-nos um pouco agora sobre como sua avó e você lutaram posteriormente para manter este legado vivo.

EV – Aqui continuamos a viver. Dificilmente, a partir de então, pôde ter existido uma pessoa com maior dor e sofrimento na alma que minha avó. Recordo dela passeando por este jardim, cambaleando-se, com o olhar perdido, a expressão maior de dor e sofrimento dentro de uma pessoa. Para mim também foi doloroso, apesar de não se comparar com a situação de minha avó. Meu avô era minha figura paterna. E aqui seguimos... Natália viveu depois da morte de Trotsky mais uns vinte anos. Ocupava-se de cuidar do jardim, recolher as roupas secas do varal, cortar as roseiras.

E o senhor, quando jovem, passou seus anos aqui também? Como foi sua vida depois disso?

EV – Vivi com minha avó aqui por muitos anos. Casei-me com uma madrilenha, tive quatro filhas e continuei vivendo aqui por muitos anos.

E como foi seu trabalho e de sua avó para reorganizar os documentos e arquivos? Como foi a sua relação com a IV Internacional nos anos pós-II Guerra? Imagino que, além do sofrimento pessoal, tiveram que fazer um imenso trabalho.

EV – Um pouco antes de morrer, meu avô decidiu enviar os arquivos para a Universidade de Harvard, por uma questão de segurança. Quando houve o atentado de 24 de maio, na sala ao lado de seu quarto, havia dois armários, onde lançaram uma grande bomba incendiária, pois pensaram que ali

estavam os artigos de Trotsky. Foi quase como um cartão de visitas de Stalin, pois era o maior interessado em que se queimassem seus arquivos. Um detalhe curioso, por exemplo, é que nos arquivos de Harvard existem folhas em branco assinadas por Lenin, o que é uma mostra absoluta da imensa confiança que um tinha em relação ao outro. Num momento em que Trotsky precisasse baixar uma ordem urgente, contava com todo o apoio de Lenin, mesmo se este não se encontrasse presente.

Depois do assassinato, sua avó Natália e você ficaram aqui. Quando começa a organização do Museu?

EV – O Museu sempre existiu, mesmo quando não oficialmente, já que a família sempre deixou as portas da Casa abertas. Foi convertido em museu público em 21 de agosto de 1990 pelo governo, durante a gestão do regente Manuel Camacho Solís. Houve depois a ampliação com o *Instituto del Derecho de Asilo*, restituiu-se também o ambiente de museu, conseguiram coisas antigas para reconstituir os cômodos da época.

No Brasil e nos países de língua espanhola, foi feito recentemente o lançamento de uma nova versão do livro Stalin. Aqui estive com vocês, creio, o escritor cubano Leonardo Padura. Gostaria que você falasse disso, afinal, é muito importante a luta pela memória de seu avô, não só como uma personalidade histórica, mas também pelas suas ideias.

EV – Bem, é preciso reconhecer e felicitar a unidade e o trabalho de Alan Woods e sua equipe, que conseguiram resgatar boa parte dos artigos e manuscritos que não seriam publicados, pois a versão original foi uma versão mutilada, cheia

de anotações indevidas e muitas omissões que comprometiam 30, 40% do texto. Agora, graças ao trabalho dos companheiros, conseguiu-se reconstruir e dar vida a essa obra, uma das mais importantes dele, escrita já em sua etapa de maior amadurecimento político. É um estudo profundo de um indivíduo que participou ativamente deste momento histórico.

E o livro de Padura, *O homem que amava os cachorros*, você chegou a ler?

EV – Sim, li. Uma obra que teve extraordinário êxito, não conheço uma só opinião desfavorável. Uma obra admirável porque demonstra que, conhecendo-se a fundo um tema histórico, há possibilidade de reconstruir páginas históricas do passado com bastante certeza, como ele conseguiu. É um trabalho interessante.

Os aportes de Trotsky ao marxismo são de grande valia. Por exemplo, o estudo do processo de degeneração burocrática de uma revolução proletária, como foi o stalinismo. Sua análise se mostrou a mais completa neste quesito. É inegável o seu aporte para a teoria marxista, seus estudos são de grande valia.

Como você, agora, quase um século depois de toda essa história, de idas e vindas, tem a mesma fé no futuro?

EV – Bem, não sei... uma questão difícil, pois é difícil prever algo dessa natureza. A espécie humana pode desaparecer, como outras espécies animais. Também há esse perigo, não? Pois esperemos que a humanidade consiga alcançar estruturas sociais de justiça e equidade, uma sociedade onde o homem possa se realizar adequadamente em toda sua capacidade. Quanto ao marxismo, creio que não há outro método de análise mais competente para entender a dinâmica histórica e

de tudo o que diga respeito ao sistema capitalista. Uma teoria à qual é necessário agregar mais capítulos, como a mudança climática e outros problemas mais contemporâneos.

Muito obrigado pela entrevista, sr. Estevan. É um prazer enorme conhecê-lo pessoalmente e tenho certeza de que nossos leitores brasileiros gostarão de nossa conversa. No Brasil, saiba que você é muito querido pelas pessoas. Você tem alguma mensagem final para a esquerda brasileira?

EV – Que sigam lutando por um mundo melhor. Nós levamos uma partícula do maior desejo da humanidade. E se seguirmos com essa luta, nossas vidas não serão passadas em vão.

Internacional

“O feminismo é no momento a vanguarda da mobilização social a nível internacional”

Entrevista com Cinzia Arruzza

Giovanna Henrique Marcelino ¹

No dia 18 de julho, em ocasião do IX Colóquio Internacional Marx e Engels (Campinas/SP), tive a oportunidade de entrevistar a feminista italiana Cinzia Arruzza, autora do livro *Feminismo e marxismo - entre casamentos e divórcios*, atualmente professora de filosofia na *New School for Social Research* em Nova Iorque e signatária, ao lado de proeminentes figuras como Angela Davis e Nancy Fraser, das duas últimas convocatórias internacionais para uma greve de mulheres no 8 de março, que teve a adesão de diversos países no mundo.

Conversamos sobre o significado do que esse grupo de ativistas e intelectuais feministas têm chamado de “feminismo dos 99%”, bem como as contribuições do feminismo marxista, em especial do feminismo ligado à IV Internacional, organização da qual Arruzza foi membra formal durante anos. Além disso, pude perguntar sua opinião sobre os principais desafios que estão postos no horizonte da luta das mulheres nessa nova onda de atividade feminista internacional, que é sem dúvida valiosa para pensarmos os desdobramentos da Primavera Feminista aqui no Brasil. Confira a seguir a entrevista.

Nos últimos dois anos, o 8 de março tornou-se um poderoso dia de mobilização feminista, coordenado internacionalmente, com a participação de dezenas de países ao redor do mundo, como há anos não se via. Além de colocar em outro patamar a luta feminista, pode-se dizer que tais mobilizações representaram uma continuidade,

¹ Doutoranda em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP) e militante do coletivo Juntas!

ou mesmo um salto, no processo das lutas sociais que irromperam ao redor do mundo a partir da crise de 2008, do ponto de vista do fortalecimento de alternativas políticas de esquerda e da luta contra os governos neoliberais, machistas, racistas e xenófobos que retiram os direitos do povo. Você foi, ao lado de outras intelectuais e ativistas feministas, como Angela Davis e Nancy Fraser, uma das organizadoras do *International Women's Strike*. Como foi criada essa articulação? Como vocês chegaram a ideia de organizar uma greve de mulheres?

Cinzia Arruzza - Antes de mais nada, deixe-me fazer um esclarecimento, pois esta é uma questão que surgiu diversas vezes nos jornais, mídia, etc. Quando publicamos o chamado para a greve de mulheres, isso significava para nós uma convocação para os Estados Unidos, que estava aderindo ao chamado que já existia para a Greve Internacional de Mulheres. É claro que tudo o que acontece nos Estados Unidos, por conta de seu poder imperialista, imediatamente adquire relevância e proeminência internacional, então todos os meios de comunicação começaram a apresentar esse chamado como “o chamado” para a Greve Internacional de Mulheres. Mas acho que é absolutamente importante reconhecer que, na verdade, a ideia de uma greve de mulheres coordenada internacionalmente não foi criada por um grupo de intelectuais feministas, mas foi lançada com base em uma série de greves e lutas, em particular a primeira greve que havia acontecido em setembro na Polônia contra a proibição do aborto, mas também as greves que aconteceram em outubro na Argentina. E eu diria que, sem as enormes mobilizações na Argentina e na Polônia, não teríamos tido nenhuma greve internacional de mulheres. Em outras palavras, não é suficiente apenas ter um chamado em um jornal famoso, assinado por grandes nomes, senão faríamos isso todos os dias!

Então, eu acho importante reconhecer que o poder da greve de mulheres nesses dois últimos anos se baseia - como na Argentina, por exemplo - no resultado de décadas de trabalho e organização feminista, e na construção de relações comuns entre o movimento feminista e o movimento de trabalhadores. Também na Polônia, deve-se notar que havia uma tradição de organização, bem como a capacidade de realmente “aproveitar o momento”, e entender que era possível lançar uma greve de mulheres contra a proibição do aborto.

Assim, quando fizemos o chamado para uma greve de mulheres nos Estados Unidos, na verdade, nós estávamos atrasadas em relação a outros países que já estavam se mobilizando para a greve. Mas achamos que era relevante ter esse tipo de chamado, em primeiro lugar, porque era importante também organizar as mulheres nos Estados Unidos, devido ao papel que os EUA desempenham no mundo. Então, mesmo que soubéssemos que poderia ser menor do que na Argentina ou na Polônia, avaliamos que, politicamente, teríamos um certo tipo de relevância, precisamente porque iria acontecer nos Estados Unidos. Dessa forma, nós estaríamos contribuindo significativamente para o movimento internacionalmente. E essa é a razão pela qual também estabelecemos o chamado, porque queríamos realmente dar uma contribuição ao movimento, dando visibilidade e reconhecimento público.

Você poderia nos contar o que significa o “feminismo dos 99%”, um dos slogans principais da convocatória internacional para o 8M? Como feministas provenientes de diferentes linhagens do pensamento feminista chegaram a essa síntese/concepção?

CA – O termo “feminismo dos 99%” foi precisamente a fórmula que criamos para a primeira chamada da greve de mulheres nos Estados Unidos, e a ideia inicialmente era fazer

eco ao movimento do *Occupy*. Ou seja, queríamos basicamente apropriar e usar o famoso slogan dos 99% para esse novo movimento.

Por que achamos que isso seria uma boa ideia? Em primeiro lugar, porque, especialmente nos Estados Unidos, onde o feminismo liberal é muito hegemônico, proeminente e tem poder organizacional, é absolutamente necessário esclarecer imediatamente que se trata de uma forma alternativa de feminismo. Em outras palavras, que este não é o “feminismo *lean-in*” que Sheryl Sandberg fala em seu livro, que é baseado basicamente na ideia de que as mulheres devem apenas “fazer acontecer” nos locais de trabalho, que diz para as mulheres não serem tímidas, para lutar por seus próprios direitos, em busca de salários iguais, e assim por diante. Então, o que esse tipo de abordagem não leva em conta é que a grande maioria das mulheres não consegue fazer isso, porque em muitos casos elas trabalham em locais de trabalho extremamente precários, onde não há possibilidade de um “fazer acontecer” individual, mas sim a necessidade de uma luta coletiva.

Assim, o feminismo dos 99% indica o fato de que queríamos recuperar o radicalismo do feminismo, o sentido do feminismo como um projeto de libertação para todas as mulheres. E isso significa começar pelas mulheres da classe trabalhadora, pelas mulheres negras, pelas mulheres migrantes, etc. Em outras palavras, um feminismo que não toma como prioridade as necessidades, desejos e condições de vida dessas mulheres, é na verdade um feminismo da elite. É um feminismo de uma classe específica, no sentido de que é um feminismo que tenta alcançar a igualdade de gênero para uma determinada classe. Assim, nosso feminismo é uma alternativa a isso, de forma que esperamos que a fórmula do feminismo dos 99% expresse que não estamos pelo 1%.

Além disso, no momento, Tithi Bhattacharya, Nancy Fraser e eu estamos escrevendo um manifesto do feminismo dos

99% que deve sair na primavera (esperamos que em janeiro, antes do 8 de março)². Nesse manifesto, articulamos o que queremos dizer com o feminismo dos 99%. E o que queremos dizer, de forma sucinta, é, em primeiro lugar, um feminismo anticapitalista, de modo que estamos na realidade lutando precisamente contra o capitalismo, porque acreditamos que é impossível libertar as mulheres sem superar esse sistema. É também um feminismo que se coloca dentro do transfeminismo (ou seja, incluímos as mulheres trans como parte integrante da nossa mobilização); que luta pelos direitos das trabalhadoras do sexo; que luta contra as políticas imperialistas, sem o medo de nomeá-las imperialistas; e que leva a questão da crise ambiental muito a sério, conectando tudo isso à realidade do capitalismo, porque o que tentamos fazer no manifesto é mostrar como essas diferentes questões afetam a vida das mulheres. Dessa forma, mesmo a crise ecológica, por exemplo, é uma questão feminista. É suficiente pensar que, de acordo com algumas previsões, em meados do século, 80% dos refugiados do clima serão mulheres e crianças. E isso por uma série de razões, que tem a ver com o papel da mulher na reprodução social, que em alguns países será afetada pela mudança climática.

Então, em outras palavras, pensamos o feminismo dos 99% basicamente como um feminismo da luta de classes. Portanto, é um feminismo que se alia a outros movimentos sociais, ao movimento operário, para lutar dentro de uma perspectiva anticapitalista. É isso que dizemos no manifesto.

Frequentemente, periodizamos a história do feminismo em “ondas” como forma de identificar os momentos em que a luta das mulheres e suas demandas alcançaram

2 Ver <<https://movimentorevista.com.br/2018/08/o-feminismo-dos-99-e-a-alternativa-anticapitalista-ao-feminismo-liberal/>>.

peso social e político decisivos. Tendo em vista a recente efervescência de mobilizações feministas, na sua opinião, é possível dizer que estamos vivendo uma nova onda do feminismo? Ao seu ver, quais seriam as principais características desse novo momento de atividade feminista e de que forma ele difere dos momentos anteriores em relação a suas pautas, composição, formas de organização e ativismo?

CA – Comecei a falar sobre essa nova onda como a terceira onda feminista, e acho que devemos ser menos tímidas em dizer isso. Porque, se olharmos para os dois últimos anos, temos realmente uma mobilização massiva de mulheres em vários países (Argentina, Polônia, Turquia, Espanha, Itália, Chile, etc.), que são coordenadas internacionalmente (claro, em formas precárias, através do Facebook e das mídias sociais, então não é uma forma forte de coordenação, mas há claramente uma tentativa de produzir slogans, dias de ação, e assim por diante). Realmente existe uma grande participação, que tem mudado o discurso político geral. É claro que a greve de mulheres não é a única forma de mobilização feminista no momento; tivemos também o *Women's March* nos Estados Unidos, o movimento *#MeToo*, que foi mais um movimento de mídia social, mas que teve um impacto importante.

Então, tomando todos esses aspectos juntos, eu diria que essa onda que estamos vivendo no momento é ainda mais poderosa do que o feminismo da segunda onda, em termos de mobilização de massa. Nós ainda vamos ver, é claro, como isso se desenvolverá, mas é inquestionável como já está causando impacto. Na Argentina, por exemplo, com a luta pela legalização do aborto.

Nesse sentido, o que é diferente em comparação com a onda de mobilização feminista anterior é que, em primeiro lugar, ela adquire um caráter transnacional, igualmente gra-

ças ao avanço tecnológico e das mídias sociais, ultrapassando imediatamente as fronteiras nacionais. Em segundo lugar, a ideia de usar a greve não só como uma forma de luta, mas também de autoidentificação política do movimento (como no slogan *We Strike*). Eu acho que isso já produz algumas mudanças no movimento feminista. Em primeiro lugar, porque chama a atenção para o trabalho das mulheres (tanto o pago, como o não remunerado), e, ao fazer isso, supera a vitimização das mulheres pela violência de gênero, apresentando-as como empoderadas por seu próprio trabalho. Em outras palavras, *We Strike* é um tipo de slogan muito diferente dos slogans que enfatizam o fato das mulheres serem vítimas de violência; o mote *We Strike* expressa uma forma de poder. E, em terceiro lugar, o fato da greve ter se tornado tão dominante em vários países significava que o movimento feminista teve que, em muitos casos, lidar com o movimento de trabalhadores. É claro que isso significa tensões, conflitos, contradições (que são inevitáveis), mas significa também que o movimento feminista foi, especialmente em alguns países, realmente forçado, por um lado, a lidar com as organizações sindicais e a discutir que tipo de greve era possível organizar, e isso moveu o movimento em direção à luta de classes; ao mesmo tempo, acho que essas greves feministas também desempenharam um papel importante do ponto de vista do movimento operário. Em primeiro lugar, porque elas democratizaram as greves, mostrando que elas não são propriedade dos sindicatos, mas pertencem aos trabalhadores/as. E acho que isso ficou claro por meio do movimento feminista. E também, existe um processo de democratização dos próprios sindicatos, porque eles são pressionados pela base a serem mais combativos e a incluir slogans e demandas feministas, para superar uma abordagem “corporativista” ou “economicista”, para serem mais politizados.

Desse ponto de vista, existem realmente novidades em comparação aos movimentos feministas anteriores, novida-

des importantes. É claro que estas são potencialidades, e nós veremos como irão se desenvolver, pois não podemos prever o que vai acontecer. Uma das dificuldades que temos em relação à segunda onda é que, de alguma forma, a situação se inverteu: o movimento da segunda onda ocorreu em um momento caracterizado por imensas lutas sociais (libertação nacional, lutas da Nova Esquerda, movimentos de direitos civis, e assim por diante). Foi, portanto, um momento de ascenso, crescimento e radicalização do movimento de trabalhadores em várias formas. Agora, estamos na situação oposta, ou seja, o movimento feminista é o único movimento a nível internacional. Não há hoje outro movimento a nível internacional.

Isso, é claro, causa alguns desafios, pois o principal problema é como expandir esses movimentos feministas, em uma situação em que você não há uma mobilização geral da sociedade. Mas isso exige precisamente que o movimento feminista expanda também suas demandas, slogans, formas de organização, porque é no momento a vanguarda da mobilização social. Mas, para fazer isso, precisa de alguma maneira endossar uma forma de abordagem universalista; em outras palavras, lutar por todos. Caso contrário, o risco é que, por causa da dificuldade da situação, ele irá esmaecer.

Como você recupera em um de seus livros, ao longo da história, marxismo e feminismo possuíram uma relação controversa, de casamentos e divórcios. Na sua visão, como essa relação se dá hoje? Qual o papel da perspectiva materialista no interior do movimento feminista atualmente? Quais as contribuições das feministas marxistas diante dos desafios do momento econômico e político em que vivemos?

CA – A relação permanece controversa, mas devemos levar em conta que, quando falamos de marxismo, precisamos

falar sobre uma pluralidade de marxismos, da mesma forma em que há uma pluralidade de feminismos. Nenhum deles é, portanto, uma entidade homogênea. E é claro que ainda existem correntes marxistas reducionistas, que vêem o feminismo em oposição à luta de classes, que tendem a pensar que feminismo e o antirracismo dividem o movimento, como se a unidade da classe fosse algo que existe por si mesmo (ela não existe). Então, há muito trabalho a ser feito.

Mas, ao mesmo tempo, acho que há agora um crescimento do feminismo marxista, especialmente nos anos recentes, e especialmente no que se refere à teoria da reprodução social, que é a principal contribuição que o feminismo marxista deu ao marxismo. Então, sou otimista quanto à possibilidade de desenvolver essa perspectiva ainda mais.³ A teoria da reprodução social claramente precisa de muito desenvolvimento, mas acho que é uma maneira de permanecer dentro da tradição marxista, usando ferramentas marxistas para entender a relação estrutural entre o capitalismo e a opressão das mulheres.

É claro que essa é uma corrente dentre outras correntes feministas, e não é a majoritária, mas acho que existe, graças às características que os novos movimentos feministas têm hoje, algumas possibilidades de crescimento dessa perspectiva.

Além de professora de filosofia na *New School for Social Research* em Nova Iorque, você foi integrante da IV Internacional. Como esta organização está pensando e organizando a luta das mulheres? Como você está enxergando os rumos e desafios para o movimento feminista internacional daqui para frente?

CA – Eu fui membra da IV Internacional por vários anos.

³ Para saber mais sobre a teoria da reprodução social, ver ARRUZZA, C. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. *Cadernos CEMARX*, n. 10, 2017.

Não sou mais uma membra formal, porque não faço parte de nenhuma seção, então eu sou uma “amiga” da IV Internacional atualmente.

Mas posso dizer que os anos que passei como ativista da IV Internacional me abriram precisamente para a ideia de que não há nenhuma contradição fundamental entre feminismo e marxismo. É claro que algumas formas de feminismo estão em contradição. Mas penso que a relação entre marxismo e feminismo não é apenas necessária, como também expressa como faz todo o sentido apoiar a luta das mulheres como algo central para a luta de classes. E acho que isso acontece porque a IV Internacional desde o início, diferentemente de outras correntes internacionais, assumiu uma posição muito forte de apoio ao movimento feminista e às mobilizações feministas. Além disso, eu acho que, embora isso nem sempre tenha sido consistente ao longo dos anos, especialmente nos últimos dez anos, houve uma recuperação justamente desses debates feministas marxistas. De alguma forma eles foram abandonados por um certo tempo, mas agora estão se tornando centrais novamente.

Então, eu acho que a IV Internacional historicamente deu uma contribuição importante para o desenvolvimento de um feminismo da luta de classes, especialmente porque evitou o tipo de sectarismo que caracterizou certas correntes que viam no feminismo apenas um tipo de movimento liberal burguês, que estava de alguma forma em oposição ou em tensão com a luta de classes.

Com relação aos desafios do movimento feminista internacional, como disse anteriormente, penso que uma questão é justamente pensar como esses movimentos podem se tornar expansivos; como, a partir de uma posição parcial (nossas condições como mulheres, mulheres trabalhadoras), podemos falar para todo mundo. E o segundo desafio, eu diria, é que devemos pensar seriamente em fortalecer a coordenação internacional do movimento, e isso significa pensar seriamente sobre a possibi-

lidade de planejar reuniões internacionais. Verónica Gago, por exemplo, fala de uma “Internacional Feminista” e eu gosto da ideia. Em outras palavras, precisamos tentar realmente encontrar o caminho, os recursos e as ferramentas para tornar o feminismo internacional vivo. Eu acho que esse é um dos grandes desafios para o futuro.

Por fim, quais serão os próximos passos do grupo de ativistas e intelectuais feministas que se formou em torno da convocatória internacional do 8M? Vocês pretendem manter a organização do *Women’s Strike* para o ano que vem?

CA – Nos Estados Unidos, no momento, estamos trabalhando para criar alguns vínculos com os professores que entram em greve nos EUA (tivemos recentemente uma onda de greves de professores, dos quais a grande maioria são mulheres). E este é um momento histórico para os Estados Unidos, porque todas essas greves são ilegais, por conta da terrível lei trabalhista de vários estados. E é a primeira vez que isso acontece em décadas, que uma massa tão grande de trabalhadores entra em greve ilegalmente. Agora, claramente essas greves não estão diretamente ligadas às greves das mulheres, mas eu diria que o que elas mostram é o fato de que a esfera da reprodução social é uma das esferas nas quais temos atualmente mais chances de ter lutas acontecendo de várias formas. E isso tem a ver com o fato da reprodução social ter estado sob ataque nas últimas décadas.

Assim, no momento, estamos trabalhando com isso e esperamos organizar, com outras organizações, um evento público com alguns dos líderes das greves na *Bay Area* e na Costa Leste. Para abrir uma conversa que vá além do economicismo das demandas que normalmente caracterizam o sindicalismo norte-americano, e falar mais em geral sobre a conexão entre as greves sociais. E, claro, esperamos também mostrar a feminização do trabalho, e porque são as mulheres que trabalham constantemente nessas horríveis condições exploratórias.

A geopolítica da China: continuidades, inflexões e incertezas ¹

Pierre Rousset ²

Para Pequim, a época durante a qual as potências europeias dominaram o mundo não passou de um parêntese antes que a história recuperasse seu curso normal, sinocêntrico. A China se tornou a segunda potência mundial. A geopolítica chinesa, no entanto, entrou numa fase de adaptação a um mundo incerto. O conflito entre os Estados Unidos, um poder estabelecido, e a China, um poder ascendente, estrutura hoje, em grande medida, a geopolítica do mundo. A implantação do poder chinês ocorre em três espaços históricos e geoestratégicos diferentes e interdependentes:

• Extremo Oriente / Pacífico Norte

Uma área privilegiada para as ambições imperialistas dos Estados Unidos no século XIX, contra o Japão. O atual conflito coreano se encaixa neste espaço histórico, em particular com duas importantes diferenças: o desaparecimento das potências europeias e o papel da própria China.

• A marcha para o Oeste

Iniciada por Xi Jinping e materializada nas novas Rotas da Seda, seu horizonte está situado em toda a Euroásia, Oriente Médio e Norte e Nordeste da África. Simbolicamente, o novo imperialismo chinês vai contra os cami-

¹ Artigo originalmente publicado em 1 de julho de 2018 sob o título “Géopolitique chinoise : continuités, inflexions, incertitudes” (disponível em <<http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article45040>>). Tradução de Flavia Brancalion a partir da versão em espanhol publicada pela Viento Sur (disponível em: <<https://vientosur.info/spip.php?article14038>>).

² É dirigente da IV Internacional.

nhos da expansão inicial, desde o Velho Mundo, dos imperialismos europeus tradicionais.

- **O espaço do mundo**

Nos últimos anos, a China capitalista tornou-se um ator importante em todos os continentes e em (quase) todos os campos, diplomáticos ou econômicos. A ambição é global, incluindo a influência do modelo político e cultural do qual a China é, aos olhos de Xi Jinping, portadora.

Do ponto de vista da China, o tempo durante o qual as potências europeias dominaram o mundo foi apenas um breve parêntese antes que a história recuperasse seu curso normal, a saber, a centralidade chinesa. Esta visão sinocêntrica que prevalece na China constitui uma base cultural sólida para o expansionismo do novo imperialismo chinês, à imagem e semelhança da visão eurocêntrica para os imperialismos conquistadores de dois séculos atrás. Trata-se de projetar a civilização chinesa como a civilização europeia já fez. Para Xi Jinping, o século XXI será o século chinês.

I. A geopolítica da Ásia Oriental

Desde que chegou ao poder, Xi Jinping estabeleceu como objetivo fundamental afirmar a hegemonia da China na Ásia Oriental em todos os campos: econômico, financeiro, diplomático, político e militar. A expansão internacional deve se basear na consolidação de seu poder regional. A influência chinesa pode ser afirmada em sua fronteira setentrional (Mongólia), embora seja limitada pelo poder russo (Sibéria), enquanto a Oeste, a concorrência é da Índia, que é bastante dura em todo o subcontinente (especialmente no Sri Lanka).

Xi Jinping abandonou as concepções estratégicas defensivas que prevaleceram durante a era maoísta: qualquer in-

vasor enfrentaria uma guerra popular na vastidão do território chinês; então a chave estava no exército terrestre e na capacidade de mobilização popular. Agora eles se tornaram ofensivos: para garantir a expansão do novo imperialismo, a chave está na força naval, na marinha, tanto por razões gerais (toda grande potência precisa garantir sua presença marítima no mundo) quanto específica: a China tem uma imensa faixa marítima e precisa garantir acesso seguro aos Oceanos Pacífico e Índico, e este não é o caso atualmente. Da península da coreana à península malaia, uma série de arquipélagos (japoneses, filipinos, indonésios) constituem outros obstáculos. Os estreitos de saída para o oceano estão sob a estrita vigilância dos Estados Unidos.

O espaço marítimo chamado Mar da China (um termo rejeitado por outros países costeiros) é, desse ponto de vista, vital para Pequim. Uma das primeiras decisões estratégicas de Xi Jinping foi assumir o controle de sua parte meridional, declarando que se trata de um mar interior sob autoridade chinesa. Três fases podem ser distinguidas na batalha pelo controle do mar da China.

Em primeiro lugar, a fase da conquista, na qual Pequim se aproveitou da paralisia temporária de Washington. Barack Obama queria reorientar o poder americano transformando o espaço da Ásia-Pacífico em seu pilar, mas não conseguiu se livrar do atoleiro no Oriente Médio. Logo após a eleição de Donald Trump, Washington se retirou da associação transpacífica (TPP), um acordo multilateral em processo de constituição, deixando o campo ainda mais livre para as ambições chinesas. Nesta situação, Pequim conseguiu usar todos os recursos disponíveis para atrair e/ou neutralizar países que fazem fronteira com o mar do Sul da China: poder militar esmagador, dependência econômica objetiva, incentivos financeiros, influência política (o modelo de desenvolvimento capitalista dirigista e autoritário

convém a vários regimes da região).

Pequim construiu, peça por peça, sete ilhas artificiais que atualmente abrigam instalações importantes (pistas de pouso, baterias de mísseis terra-ar e antinavio, hangares fortificados, radares, sistema de distorção de comunicações...). Juntos, constituem um complexo coerente que controla todas as abordagens de todos os pontos cardeais. Ali já aterrissaram bombardeiros estratégicos H-6K (com capacidade nuclear), um gesto político em resposta aos B-52 dos EUA. A militarização do mar do Sul da China é uma realidade e se dá para o benefício da China. Sem dúvida, Pequim não pode proibir a passagem da Sétima Frota norte-americana e bloquear o trânsito internacional, mas Washington tampouco pode reverter a presença chinesa sem lançar um conflito de alta voltagem.

Pequim foi mais longe. O regime reivindicou posses históricas mais ao norte, contestando de maneira muito ativa o controle exercido pelo Japão sobre o pequeno arquipélago de Senkaku/Diaoyu (com o transporte para a área de navios e aviões, a criação de zonas de exclusão aérea ...), a fim de pôr à prova ao mesmo tempo os meios de resistência de Tóquio e a determinação dos EUA.

Trump finalmente elevou as apostas no terreno das forças armadas, usando a questão norte-coreana para este propósito: ameaça de intervenção (incluindo nuclear), implantação de baterias anti-míssil THAAD na Coreia do Sul (que neutralizam a parte principal do dispositivo nuclear implantado na China continental), reforço da Sétima Frota e uso da base de Jeju no sul da península... A China teve que efetivamente recuar no terreno militar dessa parte do Pacífico Norte. A China tem sido marginalizada por muito tempo, política e diplomaticamente, em relação à crise coreana, que foi administrada entre Washington, Pyongyang e Seul.

A nova configuração do conflito regional

Washington agora quer aproveitar sua superioridade. Para Jim Mattis, secretário de Estado de Defesa dos Estados Unidos, o conflito se cristaliza em torno de três questões: Taiwan, o mar do Sul da China e o comércio. Ao mencionar o comércio, manda uma mensagem aos países da região (das Filipinas à Tailândia): Washington não deixará sem resposta o desejo de Pequim pela hegemonia regional, econômica e financeira. Mas com que meios pretendem rechaçar essa hegemonia? Os EUA não pararam de repetir que o mar da China Meridional é uma rota de navegação internacional, enviando a Sétima Frota para navegar perto das áreas consideradas por Pequim particularmente sensíveis; mas o que mais podem fazer no contexto atual?

O embaixador de Pequim no Reino Unido, Liu Xiaoming, acaba de recordar a posição de seu governo.³ Penetrar o mar do Sul da China é equivalente, exceto nas margens, à penetração de águas territoriais chinesas. Os navios que o fizerem devem respeitar o Direito do Mar (o acordo da ONU) e as leis chinesas correspondentes, a saber, anunciar antecipadamente sua passagem ou obter permissão. No entanto, no âmbito internacional, o mar do Sul da China não é considerado território chinês; a passagem é livre e não depende da boa vontade de Xi Jinping.

Além dessa questão, parece provável que o próximo jogo do encontro entre China e EUA no leste da Ásia se concentre na questão de Taiwan. Por que Taiwan? A diplomacia internacional ainda é governada pelo princípio de uma só China. Quando Taipei (capital da República da China, Taiwan) estava no Conselho de Segurança da ONU, representava toda a

³ Ver artigo do jornal The Guardian disponível em <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/jun/27/china-not-tolerate-trump-military-muscle-south-china-sea>>.

China (incluindo o continente). Foi substituída por Pequim, em 1971, mas esse princípio foi mantido. Pequim considera Taiwan como uma província chinesa. Na verdade, a questão taiwanesa é complexa. A retirada em Taiwan (anteriormente chamada Formosa) das tropas de Guomindang (GMD) que fugiam do Exército Vermelho em 1949 foi, aos olhos da população da ilha (que havia sofrido a colonização japonesa), como uma invasão. A ditadura de Chiang Kai-shek foi exercida contra ela, em benefício daqueles vindos do continente. Desde então muita água passou.

O regime da República Popular tornou-se uma forma particular de capitalismo burocrático, como já era o caso da República da China. O Partido Comunista Chinês (PCC) e o GMD (uma vez que Mao e Chiang morreram) começaram a colaborar estreitamente, o que permitiu a Pequim influenciar profundamente o jogo político de Taiwan... e adicionar lenha ao fogo, desencadeando o movimento estudantil e cívico de Girassol e possibilitando a eleição, em janeiro de 2016, de uma presidente com convicções independentistas, Tsai Ing-wen. Para Pequim, o princípio de uma China única foi posto em questão, apesar da prudência da nova presidente.

Donald Trump imediatamente telefonou para Tsai para parabenizá-la por sua eleição, ato que a China denunciou como uma provocação. Washington rompera as relações diplomáticas oficiais com Taipé no início dos anos 1970, mas não parou de desenvolver relações informais, amparadas a partir de 1979 na *Taiwan Relations Act*. Em 16 de março, entrou em vigor, após aprovação do Congresso dos EUA, uma nova lei que provocou a ira de Pequim: o *Taiwan Travel Act*. Essa lei autoriza intercâmbios a um nível sem precedentes entre os membros de ambos os governos e estipula uma série de obrigações, incluindo o apoio militar dos Estados Unidos à ilha. Colocando um pouco mais de sal nas feridas de Xi Jinping, o falcão Mike Pompeo, um ex-diretor da CIA, muito favorável a Taiwan, foi nomeado

Secretário de Estado dos Estados Unidos (o equivalente a um ministro das Relações Exteriores).

O governo chinês está desenvolvendo uma campanha sustentada para isolar Taipé diplomaticamente, usando tanto a vara (ameaças de sanções econômicas) quanto a cenoura (promessa de investimentos). Pouco tempo atrás, Burkina Faso e a República Dominicana anunciaram a ruptura de suas relações diplomáticas com Taiwan. A Suazilândia é o único país africano que as mantêm, e em todo o mundo não há mais de dezoito países que o fazem, entre eles o Vaticano, os países do Pacífico e a América Latina (Honduras, Guatemala ou Kiribati). Além disso, em março, Pequim anunciou trinta e uma medidas para conceder aos taiwaneses estabelecidos na China um estatuto e vantagens similares às dos chineses do continente. Essa iniciativa provocou reações iradas em Taipé, onde o governo estuda suas próprias contra-medidas para impedir a fuga de cérebros.

Xi Jinping está atualmente tomando medidas sem precedentes contra Taipé. Por exemplo, as companhias aéreas que indicam Taiwan - como se fosse um país - na lista de seus destinos foram ameaçadas com a proibição de entrar no espaço chinês (a australiana Quantas cedeu). Em 23 de abril, a China realizou as mais amplas manobras navais de sua história⁴ com Liaoning, seu segundo porta-aviões (o primeiro fabricado na China) no Estreito de Formosa, um gesto espetacular “para proteger a soberania e a integridade territorial” da pátria. Taiwan também realizou seus próprios exercícios militares ao longo de sua costa leste, assistidos por sua presidente Tsai Ing-wen: “Temos total confiança e estamos determinados a defender nosso país e nossa democracia”, twittou, sem deixar de apontar à imprensa que aquilo não era uma resposta às manobras da República Popular.

4 Com quarenta e oito navios, setenta e seis aeronaves e mais de dez mil soldados.

Washington pretende fazer o mesmo, dando assim garantias à República da China de que irá protegê-la. Se isso acontecer, essa zona se tornará uma fonte permanente de tensão militar entre as duas potências, com todos os riscos de acidentes que ela contém. Ao contrário da crise coreana, neste caso o confronto é direto. No entanto, Xi Jinping não pode aceitar uma solução de compromisso sobre esta questão. O fundamento ideológico de seu poder é o nacionalismo de grande potência, que inclui a invocação do caráter sagrado da integridade territorial da China indivisa, sem esquecer que a ilha de Formosa está no centro do espaço estratégico marítimo cujo controle lhe parece vital.

Hong Kong

Taiwan é um país de fato independente, não como Hong Kong, mas de qualquer maneira o princípio de uma China única é um dos aspectos da crise a qual o território atravessa. Ex-colônia britânica, em 1997, foi devolvida pelo Reino Unido à China. Assim passou a ser (como Macau) uma Região Administrativa Especial (RAE). A declaração conjunta previa que, durante pelo menos cinquenta anos, Hong Kong gozaria de um estatuto especial de acordo com a fórmula de um país, dois sistemas. De acordo com a Declaração Conjunta, Hong Kong não pode ter uma política independente na defesa e assuntos externos, mas o sistema econômico e jurídico devem permanecer os mesmos, além de muitos outros recursos: condução à esquerda, própria equipe em torneios internacionais, próprio domínio de internet, etc. Deng Xiaoping provavelmente pensou que em cinquenta anos pelo menos os “dois sistemas” se fundiriam sem grandes armadilhas, uma vez que a República Popular completara sua mutação capitalista. O problema é que o capitalismo para Xi não é o que Deng imaginou.

Por ocasião do vigésimo aniversário da devolução, Xi deu a conhecer, através do Ministério das Relações Exteriores da China, que a Declaração Sino-Britânica de 1984, que estabeleceu as bases para a devolução de 1997, não era mais “relevante”. Para Pequim, nada mais era do que um “documento histórico” que carecia de “qualquer significado concreto” e “qualquer força obrigatória”.⁵ De acordo com os desejos de Xi, as leis chinesas serão aplicadas em Hong Kong no futuro. Uma perspectiva que encontra forte resistência entre a população de Hong Kong, cujos direitos civis e políticos (pluripartidarismo, independência da justiça e dos sindicatos...). Essas resistências não só têm de ser atribuídas à esquerda, mas também à direita (xenofobia contra a “imigração chinesa” vinda do continente).

Xi Jinping advertiu contra qualquer ataque “inaceitável” à sua autoridade, apelando para a segurança nacional: “Qualquer tentativa de questionar a soberania e a segurança da China, desafiar o poder do governo central e a autoridade da lei fundamental da Região Administrativa Especial de Hong Kong ou de usar Hong Kong para realizar atividades de infiltração e sabotagem contra o continente é um ato que transgride a linha vermelha”. São expressões contundentes que até agora nunca haviam sido usadas.⁶ Acusações de “infiltração” e “sabotagem” também são usadas contra Taiwan.

Em Hong Kong existem associações para a defesa das condições dos trabalhadores e dos direitos dos trabalhadores, de lá e também do continente, e existem redes na cidade que promovem atividades regionais de solidariedade. Agora, a repressão política é sentida: Edward Leung, 27, uma figura

5 ESSF (artigo 41487), Vinte anos após a devolução, Xi Jinping visa os democratas de Hong Kong (disponível em: <<http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article41487>>).

6 Ver artigo do jornal Les Échos disponível em <https://www.lesechos.fr/03/07/2017/LesEchos/22478-056-ECH_peekin-met-en-garde-les-jeunes-de-hong-kong.htm#t8TTsIu7aMeJhXFj.99>.

proeminente do movimento de independência (uma posição muito contestada à esquerda) acaba de ser condenado a seis anos de prisão. Uma única China significa, neste caso, que nem a ideia de independência nem o estado anterior de autonomia serão tolerados. Muitas liberdades estão ameaçadas, sem que o mundo dos negócios ou as multinacionais estabelecidas no território se sintam preocupadas, é claro.

Pequim e a crise coreana

De um ponto de vista geral, a Coreia do Sul é muito mais importante para a China do que a Coreia do Norte, e não apenas economicamente. No entanto, o destino do regime norte-coreano terá implicações consideráveis. Se ele desaparecer, os militares dos EUA poderão fazer campanha do outro lado da fronteira chinesa, uma perspectiva claramente inaceitável para Pequim. O resultado das negociações realizadas em 12 de junho de 2018 em Cingapura terá conseqüências estratégicas para Pequim. No auge da crise, em 2016-2017, o governo Xi não foi capaz de tomar iniciativas significativas, porquanto sempre pôde modular, de acordo com seus interesses, as sanções da ONU contra Pyongyang (em favor das quais tem votado), o que não é pouco.

O jogo foi jogado a três: as duas Coreias e os EUA, sem China, Rússia ou Japão. Em janeiro de 2018, Pyongyang e Seul lideraram a operação, mais do que Washington. O conteúdo do comunicado Kim-Trump de 12 de junho de 2018 atesta isso. Os falcões do governo dos EUA queriam uma rendição rápida e incondicional. O processo de negociação iniciado em Cingapura será longo, como Pyongyang queria, colocando um acordo de paz no horizonte e não mais uma mudança de regime pura e simples.

O futuro das negociações depende de uma multiplicidade de fatores e é aleatório, mas não é um *remake* das negociações

anteriores.⁷ Na Coreia do Norte, uma elite social nasceu com o desenvolvimento tolerado de uma economia de mercado; a ideia de uma transição capitalista para o estilo chinês não é absurda. Na Coreia do Sul, a extrema direita foi marginalizada. Ambos os regimes concordam em abrir um processo de aproximação progressista, rejeitando a brutalidade do modelo alemão. Não é mais uma questão de tudo (reunificação) ou nada (o estado de guerra). Por sua vez, Washington pode negociar – não foi à toa que se reafirmou a hegemonia militar dos EUA no Pacífico Norte.

Esta situação permite à China intervir novamente no jogo diplomático coreano. É uma boa notícia para Xi Jinping. Distorção na península coreana, tensão em torno de Taiwan? Por quanto tempo Washington e Pequim poderão incentivar o frio e o calor ao mesmo tempo na região?

II. A marcha ao Oeste

O novo projeto da Rota da Seda foi apresentado em 2005, mas começou a ser implementado apenas recentemente e, portanto, ainda é cedo para avaliar em que medida ele será realmente executado. É um projeto extremamente ambicioso. A via terrestre (a Rota) comunicará a China com a Europa através da Ásia continental. A via marítima (o Cinturão) começa no sudeste da Ásia para chegar à África Oriental e ao Magreb. Seis corredores regionais permitirão conectar mais países a esses dois eixos principais.⁸

Em primeiro lugar, trata-se de desenvolver coerentemente um conjunto de infraestruturas, multiplicar investimentos,

⁷ ESSF (artigo 44871), Península coreana: Uma frágil esperança de paz após o encontro Kim-Trump (disponível em: <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article44871>).

⁸ Laure Siegel, ESSF (artigo 44781), Uma rede conectada entre três continentes: com a Rota da Seda, a China almeja conquistar a economia mundial (disponível em: <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article44781>).

abrir mercados para setores industriais que experimentam superprodução em nível nacional (cimento, aço) e empregando mão-de-obra excedente (usado em canteiros de obras em todo o mundo), abrir e melhorar os canais de comunicação, bem como reforçar a influência política e cultural do poder chinês (inclusive na esfera social, com a construção de hospitais e escolas). Em última análise, a ambição é contribuir para tornar a China um centro mundial de referência civilizatória, alternativa aos Estados Unidos.

Considerações geoeconômicas e geoestratégicas estão na base dessa política de expansão multidimensional. Para Pequim se trata de assegurar seus suprimentos de matérias-primas e reduzir o custo de transporte, como mostra, no que diz respeito aos produtos petrolíferos no Médio Oriente, a construção do gigantesco porto sino-paquistanês de Gwadar; de penetrar melhor em mercados dominados, de acordo com o lugar, pelo Japão ou pela Coreia do Sul, pela Rússia ou pelos EUA; de multiplicar as passarelas que evitem o Estreito de Malaca, que poderia ser bloqueado em uma situação de crise aguda com Washington, para Bangladesh, Birmânia e Paquistão... Os investimentos cobrem todos os setores (do turismo à mineração, da eletrônica à energia solar), a criação de parques industriais e áreas portuárias, grandes obras públicas (ferrovias, pontes, túneis, barragens) ou equipamento de energia (oleodutos e gasodutos, usinas de energia, usinas eólicas...).

Do ponto de vista financeiro, o projeto custaria 800 bilhões de euros, que seriam auferidos graças à criação do Novo Banco de Desenvolvimento, do Fundo da Rota da Seda e do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII). A China coloca a mão no bolso para contribuir com o projeto, mas não deixa de convidar outros países a investir nele. Apesar da oposição declarada dos EUA, países como Alemanha, Austrália, França e Reino Unido, em particular, responderam

positivamente ao chamado. Os países ricos não querem perder o bolo, e os países pobres não têm escolha senão participar, porque para eles é uma oportunidade única de começar seu desenvolvimento (mesmo sob o risco de subordinação).

Se se incluem os corredores laterais, não há menos que cerca de 70 países abrangidos por esse projeto. Depois de ter investido em todos eles, diante das crescentes tensões com os EUA, Pequim está agora tentando consolidar sua influência em sua periferia asiática, dedicando metade de seus empréstimos concedidos à região no âmbito do projeto. A China é o primeiro parceiro comercial da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Sua influência é predominante no Laos e Camboja, considerável na bacia do Mekong, incluindo a Tailândia, onde a linha ferroviária que vai de Kunming (na província de Yunan) a Cingapura é construída. E efetivamente controla um número crescente de portos na Birmânia, Bangladesh, Sri Lanka, Paquistão, Maldivas, Omã...

Além disso, está previsto que a nova Rota da Seda chegará na Europa Ocidental, a Veneza e Roterdã; aquisições e implementações são realizadas até na França, Grã-Bretanha, Suíça, Itália, Portugal e Grécia (o porto de Pireu!)... Um trem de carga que parte de Yiwu, localizado no sul de Xangai, passa por mais de 12.000 quilômetros para ligar diretamente a China a 32 cidades europeias, incluindo Londres, Madrid, Kavala (Finlândia), Duisburg (Alemanha) e Lyon (França). É mais barato que o avião e mais rápido que o navio...

Na maioria dos países da Europa Oriental, grandes investimentos já foram feitos ou estão sendo negociados. Na Ásia Central, a rota terrestre passa pelo Cazaquistão, Turcomenistão, Uzbequistão e Azerbaijão. Uma associação, lançada em 2012, continua a ser reforçada: o formato 16 + 1 entre a China e 16 países da Europa Central e Oriental: Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Eslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária, Eslovênia, Croácia. Sérvia,

Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Albânia e Macedônia. No Oriente Médio e Norte da África, o cinturão leva a Djibuti, Etiópia, Egito, Argélia e Marrocos; atualmente, acordos reforçados estão sendo negociados com o Irã sob o embargo dos EUA. Em novembro de 2017, foi assinado um acordo entre a China e o Panamá, o último aderente a este projeto da Rota da Seda, criando formalmente o terceiro ramo marítimo dessa iniciativa.

Tal esforço de expansão mundial concentrado em um período tão limitado de tempo não tem precedentes. Seu custo social, cultural e ecológico será, como é temido, considerável, tanto quanto os riscos econômicos e financeiros, agravados pelas mudanças políticas: possíveis mudanças em alianças entre governos nacionais, operações realizadas em zonas de conflito, como as fronteiras do Himalaia (da Caxemira a Arunachal Pradesh) ou o Oriente Médio, contra-ofensiva de potências concorrentes (como na Birmânia). O caso do porto de Gwadar é emblemático. Ele está localizado na costa do Baluchistão, no sudoeste do Paquistão, onde uma luta pela independência ocorre com vários Estados interferindo (Índia, Afeganistão...). O exército paquistanês é incapaz de proteger eficazmente seus próprios quartéis dos ataques do Taleban; por mais que sua influência acabe predominando no Paquistão, Pequim não pode contar com um Estado falido para garantir a segurança de seus investimentos estratégicos...

III. A potência mundial

Considera-se que o exército chinês é o segundo mais poderoso do mundo, embora este julgamento seja amplamente baseado em dados quantitativos. A experiência real de seu pessoal e seu material são muito limitados. Países imperialistas menores, como a França, podem ter uma bagagem (operações de infiltração e comando) ou tecnologias de pon-

ta (como a projeção e a nave de comando da classe Mistral) que a China não possui. Em grande parte suplanta a Rússia em termos da frota oceânica estratégica de submarinos (que não é fácil de operar)...

Implantação militar

No entanto, apesar de ter começado do zero, o dispositivo militar internacional da China está progredindo em um ritmo acelerado. Sua capacidade naval é continuamente reforçada. Pequim multiplica os acordos pelos quais seus navios de guerra estão autorizados a atracar em portos estrangeiros (para fins de abastecimento, reparo, etc.). É um participante importante nas operações de manutenção da paz da ONU com 35.000 soldados (número de 2015), o que é uma implantação suave. Realiza suas próprias manobras para evacuar seus cidadãos em áreas de crise (como no Iêmen).

A cereja do bolo desta expansão militar é claramente a base do Djibuti, projetada para receber 10.000 soldados. Pequim obteve este contrato em troca do financiamento da construção de uma zona franca industrial e de uma linha férrea que liga o porto internacional de Doraleh a Adis Adeba, a capital etíope. A importância estratégica do Djibuti é considerável (razão pela qual este território também abriga outras duas bases, americana e francesa). Ela está localizado próximo a uma das rotas marítimas mais frequentadas do mundo e é uma plataforma comercial para promover a penetração de produtos chineses na África subsaariana, no Oriente Médio e no norte da África. Dizem que há planos de implementação de dezoito bases militares chinesas no exterior.

Conflitos de influência

A expansão global da China faz com que ela concorra dire-

tamente, em suas respectivas áreas de influência, com todas as potências existentes: a Rússia na Ásia Central e na Bielorrússia, a Índia no Sul da Ásia, os EUA na América Latina, os europeus em sua própria casa e o mundo todo na África.

Ártico: A China está procurando maneiras de participar da abertura das estradas polares, que são acessíveis devido às mudanças climáticas e à exploração de recursos que até agora eram inacessíveis.

África: A China colocou-se à frente da competição geral pelo controle das riquezas africanas (especialmente no Congo), a tal ponto que hoje já se fala em “Chináfrica”, parodiando o termo famoso “Françafrika”, embora com uma diferença de profundidade: sua influência não se limita a uma área tradicional de influência, como é o caso da França.

Ásia Central: Moscou e Pequim podem formar uma frente comum contra os EUA ou a União Europeia. A Organização de Cooperação de Xangai (OCX), fundada em 2001, oferece um quadro permanente de alianças em matéria de segurança, influente na Ásia Central, no Afeganistão e no Oriente Médio. Assim, em 8 de junho, uma cúpula aconteceu entre Moscou, Pequim e Teerã. No entanto, à medida que a penetração chinesa avança em direção à periferia da Rússia, o conflito latente se tornará estrutural. Hoje, ela está particularmente focada na construção de oleodutos e gasodutos e, portanto, no controle da riqueza petrolífera da região.

Região do Indo-Pacífico: novas alianças aparecem para contrabalançar a ascensão da China, como o Quad (Quadrilateral Security Dialogue), criado em novembro de 2017 pelos Estados Unidos, Austrália, Japão e Índia, que cobre o

teatro de operações indo-pacíficas (em sobreposição ao teatro de operações do Pacífico Norte).

América Latina: É provável que a China não considere alcançar na América Latina uma hegemonia semelhante à que busca na África ou em grande parte da Ásia. No entanto, desde meados dos anos 2000, visa alcançar objetivos muito importantes de ordem:

- **Política**

Consolidar a sua influência global, ser um meio de recurso (oferta de financiamento) contra a hegemonia dos EUA, isolar diplomaticamente Taiwan, integrar-se em organizações multilaterais - a China tem (como muitos outros países) um estatuto de observador na Organização dos Estados Americanos (OEA) e é membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento...

- **Geoeconômica**

Ampliar seu controle de recursos minerais, energéticos e agrícolas em todo o mundo, encontrar novos mercados para seus produtos industriais, investir em infraestruturas... O caso da Bolívia é neste sentido ilustrativo: a China instalou recentemente uma usina hidrelétrica na província de Cochabamba. Além disso, participa da construção de usinas de açúcar, minas de potássio, siderúrgicas, estradas, bem como na modernização do sistema de segurança pública e telecomunicações. Cobiça uma das maiores reservas de lítio do mundo.

- **Geoestratégica**

Quando a ocasião surge, a China também finca a bandeira neste continente, como quando enviou um contingente para o Haiti no âmbito das operações da ONU. Adquiriu uma base

extraterritorial na Patagônia (Argentina) cujo objetivo oficial (e real) consiste em preparar o envio de um módulo que ficará na face oculta da Lua - administrado pelo exército, permitirá a Pequim vigiar o Hemisfério Sul, uma valiosa primícia.

A China é atualmente o principal parceiro comercial das maiores economias da América do Sul: Argentina, Brasil, Chile, Peru e Venezuela. Esses países exportam para a China principalmente matérias-primas como cobre, minério de ferro, petróleo, soja e petróleo. Frequentemente concede a eles um crédito quase ilimitado para a importação de produtos chineses. Um dos maiores projetos em andamento (de US \$ 50 bilhões) é a construção na Nicarágua, por uma empresa chinesa, de um novo canal interoceânico que concorrerá diretamente com o do Panamá, nas proximidades do qual inúmeras empresas norte-americanas investiram (infraestruturas portuárias, etc.).

Sinal dos tempos, o então secretário de Estado dos EUA, Rex Tillerson, aconselhou os países latino-americanos, em fevereiro de 2018, a evitar a dependência excessiva das relações comerciais com a China, afirmando que a região não precisava se colocar nas mãos de um novo império (como se o império americano, por outro lado, fosse tomado como encerrado).

Trunfos chineses na guerra econômica

Trump prefere o bilateralismo (que ele espera que favoreça sempre os EUA) em vez do multilateralismo (o que implica a negociação de regras comuns entre os poderosos). Ele pode esvaziar o conteúdo das estruturas de coletivização interimprialista ou reduzir sua eficácia. Ele pode incitar os impulsos de outros, inclusive a lançar guerras comerciais, adotar medidas protecionistas e provocar outras respostas (pela UE

ou pela China). No entanto, ela se choca com um problema de calibre: a globalização capitalista, a organização mundial de cadeias de produção e de valor e a financeirização são um fato, não apenas uma política. Um fato ao qual grande parte da economia americana foi integrada.

A China tem suas próprias contradições, mas, nesse contexto, tem duas vantagens principais: seu modo de expansão internacional ao velho estilo, pilotado pelo Estado, e a grande importância que sua economia tem para os outros. Se a China fecha as portas do novo Império Central a algum país, este sofreria consequências desastrosas – e Xi Jinping pode efetivamente fechá-las.

Naturalmente, não é por isso que a China deixa de estar imersa no mundo capitalista tal como ele é e as fortunas chinesas saborearam alegremente as delícias da especulação e dos paraísos fiscais; muitas famílias chinesas de alta posição estabelecem-se em países ocidentais (inclusive adquirindo a nacionalidade dos mesmos, renegando um pouco do patriotismo). Xi Jinping responde a essas mudanças, reforçando o controle sobre todas as alavancas disponíveis, incluindo a determinação da taxa de câmbio do yuan ou a implementação de um sistema maciço de monitoramento e controle social que também cobre empresas estrangeiras, e não apenas para os nacionais... Pequim conta, portanto, com importantes meios de resposta nos conflitos comerciais em curso.

A primeira rodada do confronto comercial entre Trump e Xi parece ter favorecido a China, em maio,⁹ porque as concessões desta última foram muito modestas. Desde então, Pequim tem respondido ostensivamente, na mesma moeda, às medidas adotadas por Washington e usa suas relações com as bases eleitorais do presidente dos EUA. Em particular, Xi for-

⁹ ESSF (artigo 44480), Negociações: os chineses ganham o armistício comercial com Trump (disponível em: <<http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article44480>>).

taleceu os laços pessoais com os produtores de soja de Iowa, cujas exportações são afetadas pelas medidas de resposta chinesas. A UE também tenta definir instrumentos de defesa comercial que permitam lidar com o dumping de produtos chineses.

A China continua a depender de importações maciças de componentes eletrônicos. A empresa de telefonia ZTE teve que suspender a fabricação de linhas de produtos depois de ter sido sancionada por Washington por ter evitado embargos contra o Irã e a Coreia do Norte. No entanto, Pequim importa chips do Japão, Taiwan e da Coreia do Sul, não apenas dos Estados Unidos. A administração planeja fazer todo o possível para reduzir seu persistente atraso na alta tecnologia (não se sabe com que êxito). Declararam estratégica uma lista de setores de ponta, começando com a inteligência artificial e o ramo de semicondutores, também incluindo a robótica, materiais avançados e a farmácia. O número de patentes internacionais solicitadas pela China não para de aumentar. A concorrência nesse campo será provavelmente mais decisiva do que a manipulação de direitos aduaneiros.

Incertezas, riscos financeiros e políticos: uma fase de desconsolidação?

Após um período de grande implantação, pela direita e pela esquerda, do capitalismo chinês, a liderança de Xi Jinping parece ter que parar no caminho e redefinir as prioridades. A aquisição bulímica de empresas estrangeiras ocultou operações de especulação financeira. Para garantir o acesso a empréstimos preferenciais, há investidores que se inscreveram indevidamente no programa da Rota da Seda (um parque temático na Indonésia, uma cervejaria na República Tcheca...). Existem centros administrativos de decisão que se tornaram autônomos. Os riscos financeiros não foram avaliados seria-

mente em muitos casos. Acima de tudo, a situação internacional está evoluindo rapidamente e o fator Trump aumenta a incerteza. Diante do aumento da influência chinesa, em um número crescente de países se erguem resistências sociais e políticas.

A Venezuela é um exemplo dos perigos que Pequim pode enfrentar.¹⁰ As relações entre os dois países se desenvolveram rapidamente no tempo de Chávez, quando os investimentos e empréstimos chineses se tornaram os mais importantes em toda a América Latina. Esses acordos eram amplamente centrados e amparados na garantia da produção de petróleo. Ao se libertar da dependência dos Estados Unidos, a Venezuela assumiu enormes dívidas com a China. Depois veio a queda do preço do petróleo, a crise do regime venezuelano e a ameaça de inadimplência da dívida.

Os acordos entre China e Venezuela nunca redundaram em benefícios para os dois países, mas agora podem acabar sendo prejudiciais para ambos. Pequim suspendeu investimentos importantes, reduziu seus empréstimos e muitos trabalhadores chineses retornaram a seu país (chegaram a quatrocentos mil). Sendo o principal credor, bem à frente da Rússia, a China poderia um dia exigir o controle da produção de petróleo. Se ainda não o fez, é provavelmente por razões políticas, por se arriscar muito no caso de queda do regime. O fato é que a China não demonstrou tanta paciência assim com outros países.

No Sri Lanka, em 2017, a China obteve a concessão por noventa e nove anos para a exploração do porto de Hambantota, após a incapacidade do país devedor de devolver um empréstimo de um bilhão de dólares – algo que a população local encarou como uma verdadeira ameaça à soberania nacional. As concessões de noventa e nove anos tornaram-se uma questão

¹⁰ ESSF (artigo 43551), Liderança chinesa e a crise da Venezuela – Limites e problemas dos planos de expansão de Pequim (disponível em: <<http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article43551>>).

política muito sensível, como no caso da Nicarágua, onde a concessão concedida à China para a construção do canal interoceânico, com um custo econômico e social exorbitante, alimenta a ampla mobilização popular contra o regime de Ortega. Esse projeto anuncia a destruição de muitas comunidades rurais; também aqui há a percepção de desvio da soberania nacional.

Nos dias 9 e 10 de junho, ocorreram grandes manifestações no Vietnã contra dois projetos do governo:¹¹ uma lei liberticida sobre segurança cibernética e a criação de uma zona econômica especial para o benefício da China. Entre os principais slogans figurava o seguinte: “Não ceder terra à China nem por um dia”. Já houve muitas mobilizações populares na Ásia contra o *dumping* de produtos chineses (Tailândia, etc.), a compra de terras e minas, a expropriação de terras agrícolas para criar zonas industriais ou zonas montanhosas para o benefício de grupos florestais industriais ou mineiros (Filipinas, etc.). Que impacto político essas mobilizações terão em regimes favoráveis a Pequim (a junta militar tailandesa, o presidente Duterte, a ditadura de Hun Sen no Camboja...)?

É provável que Pequim não se preocupe muito hoje em dia (exceto talvez na Nicarágua, onde o futuro do regime está em questão), mas as coisas mudam em relação à incerteza geopolítica, ou às dificuldades da economia nacional, como a incrível bolha imobiliária, um mercado de ações com grandes oscilações e um setor bancário paralelo que cresce rapidamente. A situação social na China é controlada, apesar da proliferação de conflitos salariais e locais. O modo de governança hipercentralizado da administração Xi agora é útil, mas amanhã pode se tornar um obstáculo.

11 ESSF (artigo 44945), Protestos de massa eclodem no Vietnã pela primeira vez em décadas contra leis de segurança cibernética e a criação de novas zonas econômicas especiais (disponível em: <<http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article44945>>).

O acesso da China à posição de segunda potência mundial é um fato. No entanto, não se pode simplesmente projetar as tendências recentes no futuro. A geopolítica chinesa está em uma fase de adaptação cheia de incertezas, e não simplesmente de consolidação e expansão linear.

Teoria

Por que *O Capital* de Marx ainda importa – Entrevista com David Harvey ¹

Daniel Denvir ² | Introdução por Pedro Micussi

Os autores clássicos nas Ciências Humanas assim são denominados por suas obras conterem apontamentos teóricos que, mesmo décadas após serem desenvolvidos, seguem tendo validade na análise de fenômenos contemporâneos. Não é diferente com Karl Marx, o precursor do materialismo dialético que, ainda no século XIX, desenvolveu um arcabouço analítico que permitiu a sucessivas gerações de militantes, políticos e intelectuais compreenderem e agirem sobre a realidade social em que estavam inseridos.

Sendo assim, neste ano em que se celebra o bicentenário de nascimento de Karl Marx e mais de um século e meio depois da publicação do primeiro volume de seu *O Capital*, voltar à compreensão de alguns dos conceitos ali elaborados se mostra enormemente oportuno e necessário.

É a partir dessas constatações que o pensador britânico David Harvey³ vem dedicando os últimos anos de sua vida acadêmica a vídeoaulas e livros que se propõem a destrinchar as passagens dos inúmeros capítulos contidos nos três volumes dessa obra prima do marxismo.

Na entrevista a seguir, conduzida por Daniel Denvir para a revista estadunidense *Jacobin*, Harvey esboça uma leitura da contemporaneidade a partir de conceitos-chave d'*O Capital*. Avançando em uma análise que busca jogar luz à relação

¹ Artigo originalmente publicado no site da revista *Jacobin* sob o título *Why Marx's Capital Still Matters* <<https://www.jacobinmag.com/2018/07/karl-marx-capital-david-harvey>>. Tradução: Gustavo Rego e Pedro Micussi.

² Colaborador da revista *Jacobin*.

³ Geógrafo marxista britânico e professor na *City University of New York* (CUNY).

entre a política e a economia, o geógrafo nos fornece elementos ao esclarecimento de fenômenos que, se à primeira vista podem parecer enigmáticos, tornam-se mais compreensíveis uma vez analisados sob a ótica do marxismo. Em tempos de eleição de Jair Bolsonaro e suas posições reacionárias, finalmente, a entrevista a seguir pode servir à localização de tal acontecimento dentro de um movimento mais geral e abrangente, que diz respeito à dinâmica de acumulação do capital no capitalismo global pós-crise de 2008.

Daniel Denvir – O senhor tem dado aulas sobre *O Capital* há muitos anos. Trace um breve panorama sobre os três volumes.

David Harvey – Marx é muito detalhista de modo que às vezes parece difícil ter uma noção exata sobre o que é a concepção geral d'*O Capital*. Mas na verdade é simples. Capitalistas começam o seu dia com alguma quantidade de dinheiro, vão ao mercado e compram algumas mercadorias, como meios de produção e força de trabalho, e os colocam em movimento em um processo de trabalho que produz novas mercadorias. Essa nova mercadoria é vendida por dinheiro acrescida de lucro. Depois, o lucro é redistribuído por vários caminhos, na forma de juros e renda, e volta a ser aquele dinheiro que inicia o ciclo de produção novamente.

Trata-se de um processo de circulação. Os três volumes d'*O Capital* tratam dos diferentes aspectos desse processo.

O primeiro trata da produção. O segundo, da circulação e do que chamamos de “realização” – a maneira como a mercadoria volta a se converter em dinheiro. Já o terceiro trata da distribuição – quanto vai para o proprietário, para o financiador e para o comerciante antes que tudo isso volte para o processo de circulação.

Isso é o que eu tento ensinar, de modo que as pessoas entendam as relações entre os três volumes d'*O Capital* e não se percam completamente em algum dos volumes ou partes deles.

O senhor é diferente de outros acadêmicos marxistas em alguns aspectos. Uma das maiores diferenças é que você presta muita atenção aos volumes II e III, além do primeiro, enquanto muitos acadêmicos marxistas concentram seus interesses principalmente no primeiro volume. Por quê?

DH – Eles são importantes porque isso é o que diz Marx. No volume um, ele diz basicamente “no volume I eu trato disso, no volume II eu trato daquilo e no volume III eu trato daquela outra coisa.” É evidente que Marx concebia a totalidade do processo de circulação. Seu plano era destrinchar as três fases desse processo nos três volumes. Portanto, eu apenas sigo o que o próprio Marx dizia estar fazendo. No entanto, é claro, há o fato de que os volumes II e III não foram terminados por ele, de modo que não são tão satisfatórios quanto o volume I.

Outro problema é que o volume I é uma obra-prima, enquanto os volumes II e III são mais técnicos e difíceis de acompanhar. Portanto, eu entendo porque, se as pessoas quiserem ler Marx de certa forma por prazer ou diversão, elas preferem se concentrar no volume I. Mas eu digo “não, se vocês realmente querem entender qual a sua concepção sobre o capital, vocês não podem tratá-lo como se fosse apenas um processo de produção. É sobre circulação. É sobre levá-lo ao mercado, vendê-lo e então distribuir seus lucros”.

Uma das razões pelas quais isso é importante é que precisamos entender essa constante dinâmica de expansão que conduz o capitalismo – é o que chamamos de “mal infinito”, para citar Hegel.

O que é esse “mal infinito”?

DH – A ideia de “mal infinito” está no volume I. O sistema deve expandir-se, pois se trata de gerar lucro, de criar o que Marx chama de “mais-valia” e depois reinvestir essa mais-valia para que crie ainda mais mais-valia. Portanto o capital está em constante expansão.

E o que acontece é o seguinte: se se cresce 3% ao ano, para sempre, chega-se a um ponto em que a quantidade de expansão necessária é absolutamente gigantesca. Nos tempos de Marx, havia muito espaço no planeta para que o capital se expandisse, mas hoje estamos falando de uma taxa de crescimento de 3% com tudo que está ocorrendo na China, sul da Ásia e América Latina. O problema aumenta: para onde ir para continuar a expansão? É aí que surge o problema do mal infinito.

No volume III, Marx aponta que talvez o único meio para manter a expansão seja a expansão monetária. Porque com dinheiro não há limite. Se falarmos em usar cimento ou algo assim, há um limite físico sobre quanto você pode produzir. Mas com dinheiro você pode apenas acrescentar zeros às reservas mundiais.

Se você olhar o que foi feito depois da crise de 2008, verá que foram adicionados zeros à reserva de dinheiro por meio de algo chamado “flexibilização quantitativa”. O dinheiro voltou para o mercado de ações e transformou-se em bolhas de ativos, especialmente no mercado imobiliário. Agora nós nos encontramos em uma estranha situação na qual, em qualquer região metropolitana que visitei no mundo, há um grande *boom* na construção civil e nos preços dos ativos de propriedade – tudo isso alimentado pelo fato de que dinheiro tem sido criado e não se sabe para onde enviá-lo a não ser para especulação e ativos financeiros.

O senhor é formado em geografia, e para o senhor a descrição de Marx sobre o capitalismo é basicamente sobre questões de tempo e espaço. Mas para o dinheiro e para o crédito essas questões não existem. Explique então por que esses dois aspectos, tempo e espaço, são tão importantes.

DH – Por exemplo, a taxa de juros faz um desconto para o futuro. E o empréstimo é uma hipoteca para o futuro. A dívida é um crédito sobre a produção futura. Portanto o futuro está hipotecado já que precisamos pagar as nossas dívidas. Pergunte a qualquer estudante que deve US\$200 mil: seu futuro está empenhado porque eles precisam pagar suas dívidas. Essa hipoteca do futuro é uma parte muito importante d'*O Capital*.

O problema do espaço material vem à tona porque, quando se começa a expansão, há sempre a possibilidade de, se você não pode continuar crescendo em um dado espaço, levar seu capital para outro lugar. A Inglaterra, por exemplo, estava produzindo muita mais-valia no século XIX, de modo que boa parte dela ia para a América do Norte, uma parte para a América Latina e outra para a África do Sul. Portanto, há um aspecto geográfico nisso.

A expansão do sistema refere-se ao que eu chamo de “estabelecimentos espaciais”. Suponhamos que você tenha um problema: há capital em excesso. O que fazer com isso? Bem, você tem um estabelecimento espacial, o que significa que você pode sair e construir algo novo em outro lugar do mundo. Se há um continente “despovoado” como a América do Norte no século XIX, então existem vastas regiões para onde é possível expandir. Mas agora a América do Norte está bastante coberta.

A reorganização espacial não é simplesmente sobre expansão. É também sobre reconstrução. Houve desindustria-

lização nos Estados Unidos e na Europa e reconfiguração de algumas áreas por meio de desenvolvimento urbano, de modo que os moinhos de algodão de Massachusetts transformaram-se em condomínios.

Agora estamos ficando sem tempo e espaço. Esse é um dos grandes problemas do capitalismo contemporâneo.

Anteriormente o senhor falou sobre o futuro estar sendo hipotecado. Esse termo é muito aplicável quando se trata de dívidas imobiliárias, obviamente.

DH – Por isso eu acho o termo “hipotecado”⁴ tão interessante. Milhões de pessoas perderam suas casas na crise. Seu futuro foi encerrado [*foreclosed*]. Mas, ao mesmo tempo, a economia da dívida não acabou. Você poderia imaginar que depois de 2007-2008 houve uma pausa na criação de dívidas. Porém, houve na verdade um enorme crescimento da dívida.

O capitalismo tem nos levado cada vez mais às dívidas. Isso deveria nos preocupar. Como isso será pago? E por quais meios? E nós vamos parar de criar mais e mais dinheiro que agora não tem mais para onde ir a não ser especulação e ativos?

Isso é o que acontece quando passamos a construir coisas para as pessoas investirem e não realmente para morarem. Uma das coisas mais impressionantes da China contemporânea, por exemplo, é que há cidades inteiras que já foram construídas, mas ainda não foram habitadas. Mesmo assim, pessoas as compraram já que são um bom investimento.

É precisamente essa questão do crédito que o levou a emprestar a frase de Jacques Derrida “a loucura da razão econômica”. Coloquialmente, loucura e insanidade são

4 O termo original *foreclosure*, que ao significar simultaneamente “encerramento” ou “fechamento” e o ato de “executar uma hipoteca”, é usado como uma forma de trocadilho pelo entrevistado (N.T.)

invocadas para estigmatizar ou patologizar indivíduos com doenças mentais. Mas o que Marx nos mostra, e o que o seu livro nos mostra, é que o sistema está insano atualmente.

DH – A melhor medida disso é olhar para o que acontece em uma crise. O capital produz crises periodicamente. Uma das características de uma crise é que você tem excedentes de trabalho – pessoas desempregadas, sem saber como fazer para sobreviver – ao mesmo tempo em que você tem excedentes de capital que não parecem serem capazes de encontrar um lugar para ir de modo a terem uma taxa de retorno adequada. Você tem esses dois excedentes lado a lado, em uma situação onde a necessidade social é crônica.

Precisamos colocar capital e trabalho juntos para criar coisas atualmente. Mas você não pode fazer isso, porque o que você quer criar não é lucrável, e se não é lucrável então o capital não o fará. Ele faz uma greve. Então nós acabamos com excedentes de capital e excedentes de trabalho, lado a lado. Esse é o pico da irracionalidade.

Ensina-se que o sistema econômico capitalista é altamente racional. Mas ele não é. Ele atualmente produz irracionalidades inacreditáveis.

Você recentemente escreveu na revista *Jacobin* que Marx rompeu com socialistas moralistas tais como Proudhon, Fourier, Saint-Simon e Robert Owen. Quem eram esses socialistas, e como e por que Marx se inspira a partir deles?

DH – Nos estágios iniciais do desenvolvimento capitalista existiam obviamente problemas de condições de trabalho. Pessoas razoáveis, incluindo profissionais e a burguesia, começaram a olhar para isso com horror. Uma certa repugnância

moral contra o industrialismo desenvolvido. Muitos dos primeiros socialistas eram moralistas, no bom sentido do termo, e expressavam seu ultraje dizendo que poderíamos construir uma sociedade alternativa, baseada no bem-estar comum e em solidariedades sociais, e outras questões desse tipo.

Marx olhou para essa situação e disse que atualmente o problema com o capital não é que ele é imoral. O problema com o capital é que ele é quase amoral. Tentar confrontá-lo com a razão moral nunca chegaria muito longe, porque o sistema é auto-gerador e auto-reprodutor. Nós temos que lidar com a auto-reprodução do sistema.

Marx tomou uma visão muito mais científica do capital e disse: nós agora precisamos substituir o sistema inteiro. Não é apenas uma questão de limpar as fábricas – nós temos que lidar com o capital.

Você viu *O Jovem Karl Marx*?

DH – Eu vi o filme e a peça. Marx é um personagem de seu tempo, e eu acho que é interessante olhar para ele dessa perspectiva.

Mas a coisa que eu quero fazer é dizer: olha, nós ainda estamos em uma sociedade dirigida pela acumulação capitalista. Marx abstraiu das particularidades do seu tempo e falou sobre as dinâmicas da acumulação capitalista e apontou para o seu caráter contraditório – como, na sua força motriz, ele está aprisionando todos nós através de dívidas. Marx disse que nós precisamos ir além do protesto moral. Trata-se de descrever um processo sistemático que precisamos enfrentar e entender sua dinâmica. Porque de outra forma as pessoas tentam criar uma espécie de reforma moral, e a reforma moral então é cooptada pelo capital.

É realmente fantástico nós termos internet, que inicialmente todo mundo achou que era uma tecnologia libertadora

que permitiria um grande acordo de liberdade humana. Mas agora veja o que aconteceu com ela. Ela é dominada por alguns monopólios que coletam nossos dados e os dão a todos os tipos de personagens decadentes que os usam para fins políticos.

Algo que foi começado como uma tecnológica libertária de repente se transformou em um veículo de repressão e opressão. Se você perguntar “como isso aconteceu?”, você diria que algumas más pessoas aí de fora que fizeram isso, ou, com Marx, que é o caráter sistemático do capital que sempre faz isso.

Não existe isso de uma ideia boa e moral de que o capital não pode cooptar e se transformar em algo horrendo. Quase todo esquema utópico que rompeu no horizonte ao longo dos últimos cem anos se tornou numa distopia por conta da dinâmica capitalista. É para isso que Marx está apontando. Ele está dizendo “Você tem que lidar com esse processo. Se você não o fizer, você não vai criar um mundo alternativo que pode prover liberdade humana para todos”.

Vamos falar sobre as contradições do processo. Marx era um ferrenho crítico do capitalismo, mas ele também era um admirador dos seus poderes de destruição criadora. Ele pensava, por exemplo, que o capitalismo era uma grande melhora em relação ao feudalismo. Como deveríamos pensar em relação a esses poderes destrutivos hoje? Muito do que o capitalismo destrói é óbvio. Por outro lado, precisamos levar em conta as rendas crescentes em lugares como China e Índia, e o processo massivo de construção de infraestrutura que está acontecendo nesses países. De que forma o senhor aborda esses processos contraditórios?

DH – Você está certo em mencionar isso, porque Marx não é simplesmente um crítico do capitalismo, ele é também

um fã de algumas coisas que o capitalismo constrói. Essa é a grande contradição de tudo para Marx.

O capital construiu a capacidade, tecnologicamente e organizacionalmente, de criar um mundo muito melhor. Mas ele faz isso através de relações sociais de dominação ao invés de emancipação. Essa é a principal contradição. E Marx segue dizendo “Por que nós não usamos toda essa capacidade organizacional e tecnológica para criar um mundo liberatório, ao invés de um baseado na dominação?”.

Uma contradição relacionada é como os marxistas deveriam pensar a respeito do atual debate sobre globalização, que se tornou mais embaralhado e confuso do que nunca. Como o senhor pensa que a esquerda deveria olhar para o debate do protecionismo de Trump, de modo que difira dos apontamentos da economia *mainstream*?

DH – Marx realmente aprovou a globalização. No *Manifesto Comunista*, há uma maravilhosa passagem que ele fala sobre isso. Ele a vê como uma potencialidade emancipatória. Mas mais uma vez, a questão é por que essas possibilidades emancipatórias não são adotadas. Por que elas são usadas como meios de dominação de uma classe por outra? Sim, é verdade que algumas pessoas no mundo melhoraram suas rendas, mas oito homens tem a mesma riqueza do que 50% da população mundial.

Marx está dizendo que nós precisamos fazer alguma coisa a respeito disso. Contudo, o fazendo, nós não somos nostálgicos ao dizer “queremos voltar ao feudalismo”, ou “nós queremos viver a partir terra”. Nós temos que pensar sobre um futuro progressivo, usando todas as tecnológicas que dispomos, mas usando-as para um propósito social ao invés de aumentar a riqueza e o poder na mão de cada vez menos pessoas.

Que é a mesma razão que fez Marx romper com os socialistas românticos contemporâneos a ele. Em termos do que as teorias econômicas liberais e economistas *mainstream* se esquecem, o senhor cita a passagem de Marx: “Toda razão que eles colocam – os economistas – contra a crise é uma contradição exorcizada, e, assim sendo, uma contradição real, que pode causar crises. O desejo de convencer alguém da não existência de contradições é ao mesmo tempo a expressão de um desejo piedoso de que as contradições, que de fato estão presentes, não deveriam existir”. O que a economia *mainstream* se propõe a fazer? E o que ela omite ou esconde nesse processo?

DH – Ela odeia contradições. Isso não encaixa com sua visão de mundo. Os economistas amam confrontar o que eles chamam de problemas, e problemas têm soluções. Contradições, não. Elas existem com você o tempo todo e, dessa forma, você precisa administrá-las.

Elas aumentam no que Marx chamou de “contradições absolutas”. Como os economistas tratam com o fato de que na crise dos anos 1930, dos anos 1970 ou a mais recente, capital excedente e trabalho excedente existiram lado a lado, e ninguém parece ter a pista de como colocá-los juntos novamente de modo que eles possam trabalhar em vista de fins socialmente produtivos?

Keynes tentou fazer alguma coisa em relação a isso. Mas em geral os economistas não têm ideia em como lidar com essas contradições. Enquanto Marx está dizendo que essa contradição está na natureza da acumulação de capital. E essa contradição, então, produz essas crises periodicamente, que faz vítimas e cria miséria.

Esse tipo de fenômenos precisa ser resolvido. E economistas não tem um bom modo de pensar a respeito.

Em termos dessa contradição, você descreve em seu livro “capital excedente e trabalho excedente existindo lado a lado sem aparentemente nenhum modo de serem colocados juntos novamente”. Após a crise recente, como essas duas coisas – capital excedente e trabalho excedente – foram rerepresentadas, e o modo pela qual elas foram reunidas resultou em uma nova forma de capitalismo, distinto daquele que prevelaceu antes da crise? Ainda estamos vivendo sob o neoliberalismo, ou alguma outra coisa criou raízes?

DH – A resposta à crise de 2007-2008 foi na maior parte do mundo – exceto na China – duplicar as políticas de austeridade neoliberais. O que piorou as coisas. Desde então, tivemos mais cortes. Não funcionou muito bem. Vagarosamente, o desemprego abaixou nos Estados Unidos, mas é claro que ele disparou em lugares como Brasil e Argentina.

E o crescimento dos salários está baixíssimo.

DH – É, os salários não foram a lugar algum. Então aconteceu o que a administração Trump esta fazendo. Primeiramente, ela seguiu algumas políticas fortemente neoliberais. O orçamento que ela aprovou em dezembro é um documento puramente neoliberal. Ele basicamente beneficia os detentores de títulos e donos do capital, e todos os demais são colocados de lado. E outra coisa que aconteceu foi a desregulação, que os neoliberais gostam. A administração Trump duplicou a desregulação – do meio ambiente, leis trabalhistas, e todo o resto. Então está havendo uma duplicação de soluções neoliberais.

O argumento neoliberal teve muita legitimidade nos anos 1980 e 1990 ao ser liberatório em alguma medida. Mas ninguém mais acredita nisso. Todos perceberam que ele é uma trapaça em que os ricos ficam mais ricos e os pobres mais pobres.

Mas estamos começando a ver a possibilidade de emergência de uma autarquia-protecionista etno-nacionalista, que é um modelo diferente. Ela não cai muito bem com ideias neoliberais. Podemos estar sendo dirigidos para algo que é muito menos agradável do que o neoliberalismo, a divisão do mundo em facções protecionistas antagônicas que disputam entre si sobre comércio e tudo mais.

O argumento de alguém como Steve Bannon⁵ é que precisamos proteger o trabalho de pessoas dos Estados Unidos da competição no mercado de trabalho limitando imigrações. Ao contrário de culpar o capital, você culpa os imigrantes. A segunda coisa é dizer: nós também podemos conseguir apoio dessa população aumentando as tarifas e culpando a competição chinesa.

Com efeito, temos uma política de direita que está conseguindo muito apoio ao ser anti-imigrante e *anti-offshoring*. Mas o fato é que o maior problema dos empregos não é o *offshore*, é a mudança tecnológica. Entre 60% e 70% do desemprego gerado desde os anos 1980 foi causado pela mudança tecnológica. Talvez 20% ou 30% de tudo isso foi causado pelo *offshore*.

Mas a direita agora tem uma política. Essa política não está ocorrendo apenas nos Estados Unidos, está ocorrendo na Hungria, na Índia, em algum estágio na Rússia. Etno-nacionalismo e políticas autoritárias estão começando a quebrar o mundo capitalista em facções em disputa. Nós sabemos o que aconteceu com esse tipo de coisa nos anos 1930, então nós deveríamos ficar preocupados. Não é uma resposta ao dilema do capital. Na medida em que o etno-nacionalismo dominar o

5 Steve Bannon é ex-conselheiro de Donald Trump. Exponente da extrema-direita nacionalista estadunidense, o articulador tem expressado seu apoio e admiração por Jair Bolsonaro. O presidente eleito foi por ele convidado a participar da cúpula de sua organização *The Movement*, que pretende aglutinar diversas organizações e partidos direitistas do Ocidente, a ser realizada no início do ano que vem (N.T.).

neoliberalismo, nós estaremos em um mundo ainda mais feio do que jamais estivemos.

Essas contradições são poderosas dentro da coalizão conservadora do governo nos Estados Unidos, mas eu acho que é um erro quando as pessoas as vêem como algo novo. Elas estavam latentes durante muito tempo.

DH – É verdade. Por exemplo, na Grã Bretanha, nos anos 1960, houve um discurso de Enoch Poweel⁶ em que ele falou sobre “rios de sangue” se continuássemos com aquela política migratória. O fervor anti-imigrantes esteve por perto durante muito tempo.

Mas ele conseguiu, durante os anos 1980 e 1990, ser mantido em sigilo porque havia dinamismo na economia capitalista global suficiente para as pessoas dizerem “esse regime de livre comércio e comércio aberto, e as políticas razoavelmente benignas de imigração estão todas funcionando para nós”. Desde então, se foi muito na outra direção.

O senhor mencionou o gigante poder da automação. O que Marx diz sobre automação e o que fazer com ela? O fim do trabalho está realmente próximo?

DH – Eu vim para os Estados Unidos em 1969 e fui para Baltimore. Havia imensas fábricas de aço e ferro que empregavam cerca de trinta e sete mil pessoas. Em 1990, as fábricas de ferro ainda produziam a mesma quantidade de ferro, mas empregavam cerca de cinco mil pessoas. Agora, as fábricas de ferro praticamente foram embora. O ponto é que na manufatura, a automação expulsou empregos no atacado, em todos os lugares, muito rapidamente. A esquerda passou

⁶ Enoch Poweel foi Ministro da Saúde do Reino Unido entre 1960 e 1963 (N.T.).

muito tempo tentando defender esses empregos e travou uma ação de retaguarda contra a automação.

Essa foi uma estratégia errada por uma série de razões. A automação estava chegando de qualquer jeito, e você iria perder. Em segundo lugar, eu não entendo porque a esquerda deveria ser absolutamente contra a automação. A posição de Marx, na medida em que ele tinha uma, seria de que nós deveríamos nos utilizar dessa inteligência artificial e da automação, mas nós deveríamos fazê-lo de modo que isso aliviasse a carga do trabalho.

A esquerda deveria estar trabalhando em políticas que dissessemos “nós damos as boas-vindas à inteligência artificial e à automação, mas elas nos devem dar muito mais tempo livre”. Uma das maiores coisas que Marx sugere é que o tempo livre é uma das coisas mais emancipatórias que podemos ter. Ele tem uma ótima frase: o reino da liberdade começa quando o reino da necessidade é deixado para trás. Imagine um mundo em que as necessidades podem ser cuidadas. Um ou dois dias da semana trabalhando, o resto do tempo é tempo livre.

Agora, temos todas essas inovações poupadoras de trabalho no processo de trabalho e também dentro dos lares. Mas se você perguntar às pessoas: você tem mais tempo livre hoje do que antes? A resposta é “não, eu tenho menos tempo livre”. Nós precisamos organizar tudo isso de modo que possamos ter tanto tempo livre quanto possível, de tal forma que seja possível, quarta-feira às cinco da tarde, irmos fazer que quer que seja. Esse é o tipo de imaginação de uma sociedade que Marx tinha em mente. E é uma ideia óbvia.

O que está nos impedindo é todas essas coisas sendo usadas para sustentar os lucros da *Google* e da *Amazon*. Até o momento em que não lidarmos com as relações sociais e as relações de classe por trás de tudo isso, nós não seremos capazes de usar todos esses dispositivos e oportunidades fantásticas de maneira que possam beneficiar a todos.

O que você pensa sobre programas de renda básica universal?

DH – No Vale do Silício, eles querem uma renda básica universal para que as pessoas tenham dinheiro suficiente para pagar pela *Netflix*, e só. Que tipo de mundo é esse? Trata-se de uma distopia. Renda básica universal é uma coisa, mas o problema é o Vale do Silício e as pessoas que estão monopolizando os meios de comunicação e entretenimento.

A renda básica universal pode estar em nossa agenda em algum ponto, mas eu não a colocaria como uma de minhas prioridades políticas. De fato, há aspectos disso que trazem possibilidades muito negativas, como sugere o modelo do Vale do Silício.

O senhor acredita que as mudanças climáticas apontam claros limites à expansão requerida pelo capitalismo ou o capitalismo será capaz de passar intacto pela crise climática em detrimento das pessoas?

DH – O capital pode sobreviver à crise das mudanças climáticas. De fato, se você observar os desastres climáticos, verá que o capital pode transformá-los no que Naomi Klein chama de “capitalismo de desastres”. Se há um desastre, bem, é preciso uma reconstrução. Isso traz muitas oportunidades para o capitalismo obter retornos lucrativos a partir dos desastres.

Do ponto de vista da humanidade, eu não acredito que nós sairemos bem disso em hipótese alguma. Mas para o capital é diferente. O capital poderá superar essas coisas e, contanto que seja lucrativo, ele o fará.

Vamos falar de resistência. O senhor escreveu que tanto produção quanto consumo são facetas principais do capitalismo e que “lutas políticas e sociais contra o poder

do capital, dentro da totalidade da circulação de capital, tomam diferentes formas e demandam diferentes tipos de alianças estratégicas para serem bem sucedidas”. Como deveríamos pensar a relação entre lutas trabalhistas, de um lado, e lutas contra o Estado – contra o encarceramento em massa, despejos e empréstimos predatórios – de outro?

DH – Uma das virtudes de se olhar o capital como uma totalidade, pensando em todos os aspectos da circulação, é que se torna possível identificar diferentes arenas de luta. Por exemplo, a pauta ambiental. Marx trata da relação metabólica com a natureza. Portanto, lutas sobre a relação da humanidade com a natureza tornam-se politicamente relevantes. Neste momento, muitas pessoas preocupadas com a questão ambiental dirão: “Nós podemos lidar com isso sem confrontar a acumulação de capital”.

Eu tenho uma objeção a isso. Em algum momento teremos de lidar com o problema da acumulação capitalista, que demanda um crescimento eterno de 3% ao ano, como uma clara questão ambiental.

Há outros aspectos também. O capital é produção de vontades, necessidades e desejos. É uma produção de consumismo. Eu acabei de voltar da China, e notei o enorme crescimento no consumismo nos últimos três ou quatro anos. Isso é o que o FMI e o Banco Mundial estavam aconselhando a China a fazer há vinte anos atrás dizendo “você estão economizando demais e não estão consumindo o suficiente.” Agora os chineses estão sendo obrigados a iniciar uma verdadeira sociedade de consumo, mas isso significa que as vontades, necessidades e desejos das pessoas estão sendo transformados. Há vinte anos, na China, o que se queria, necessitava e desejava era uma bicicleta, mas agora é um automóvel.

Existem várias formas como isso foi feito. Os “homens loucos”⁷ da publicidade têm um papel a desempenhar, mas o mais importante é criar novos estilos de vida. Por exemplo, uma das formas pelas quais o capital superou esse problema em 1945 nos Estados Unidos foi a suburbanização, que é a criação de todo um estilo de vida novo. Na verdade, o que percebemos é que a criação de um estilo de vida não é uma simples escolha.

Todos nós temos celulares. Isso é a criação de um estilo de vida, e esse estilo de vida não é algo que eu possa escolher individualmente fazer parte dele ou não – eu tenho que ter um celular, mesmo que eu não saiba como diabos ele funciona.

Não é como se, no passado, alguém tenha desejado, querido ou necessitado de um celular. Isso surgiu por uma necessidade particular e o capital encontrou um meio para organizar um estilo de vida ao redor disso. Agora nós estamos presos a esse modo de vida. Voltemos ao exemplo do processo de suburbanização. Do que se necessita em um subúrbio? De um cortador de grama. Se em 1945 você fosse esperto, iniciaria a produção de cortadores de gramas porque as pessoas precisavam deles para cortar seus gramados.

Agora há revoltas contra certas coisas que estão acontecendo. As pessoas estão começando a dizer “veja, nós precisamos de algo diferente.” Eu encontro pequenas comunidades em áreas urbanas, e em áreas rurais também, em que as pessoas estão tentando criar um novo estilo de vida. As que mais me interessam são as que usam novas tecnologias, como celulares e internet, para criar estilos de vida alternativos, com formas de relação diferentes daquelas que

⁷ Há, no inglês, um duplo sentido no termo *mad men*, literalmente “homens loucos”, mas que também pode se referir aos profissionais do mercado publicitário, tal como explorado na série televisiva homônima que trata dos bastidores de uma agência de publicidade nos EUA dos anos 1960 (N.T.).

caracterizam as corporações, com estruturas hierárquicas de poder que encontramos em nosso dia a dia.

Lutar contra um estilo de vida é bem diferente de lutar por salários ou condições de trabalho em uma fábrica. No entanto, há, do ponto de vista da totalidade, uma relação entre essas diferentes lutas. Eu estou interessado em mostrar para as pessoas como as lutas pelo meio ambiente, para a produção de novas vontades, necessidades, desejos e consumo está relacionada às formas de produção. Junte todas essas coisas e você terá uma visão sobre a totalidade do que é a sociedade capitalista e sobre os diferentes tipos de insatisfação e alienação que existem nos diferentes componentes da circulação do capital que Marx identifica.

Como você vê a luta contra o racismo e essas lutas contra a produção e o consumo?

DH – Dependendo do lugar em que você estiver no mundo, essas questões são fundamentais. Aqui nos Estados Unidos essa é uma grande questão. Você não atinge o mesmo problema se você observa o que está acontecendo na China. Mas aqui as relações sociais são sempre atravessadas por questões de gênero, raça, religião, etnia, etc.

Portanto, não se pode lidar com a questão da produção de estilos de vida e de necessidades, vontades e desejos sem levar em conta a questão da racialização do mercado imobiliário e de como a questão racial é utilizada de diversas formas. Por exemplo, quando me mudei pela primeira vez para Baltimore, uma das coisas que estava acontecendo era o *blockbusting* – o uso pelo setor imobiliário dos conflitos raciais para forçar uma saída em massa de brancos e capitalizar com a alta rotatividade do mercado imobiliário e assim obter vantagens econômicas.

As questões de gênero também são proeminentes na sociedade capitalista quando se trata da reprodução social em

qualquer lugar do mundo. Essas questões estão embutidas na acumulação capitalista.

Eu às vezes me vejo com problemas quando falo disso porque parece que a acumulação de capital é mais importante do que essas outras questões. Mas não. Não é isso. Porém, os antirracistas devem lidar com a forma como a acumulação de capital interfere nas políticas antirracistas. E observar a relação entre o processo de acumulação e a perpetuação das desigualdades raciais.

Aqui nos Estados Unidos há uma série de questões desse tipo que são essenciais. Mas, novamente, elas podem ser tratadas sem considerar que em certa medida a acumulação capitalista está criando e perpetuando algumas dessas distinções? A resposta, para mim, é não. Eu não acho que isso seja possível. Em certa medida, antirracistas devem ser também anticapitalistas se quiserem ir à verdadeira raiz de muitos problemas.

Você é muito conhecido por seu trabalho acadêmico, mas talvez seja mais conhecido como um professor de Marx. Por que você acha importante que pessoas de esquerda de fora da academia conheçam o trabalho de Marx?

DH – Quando você está engajado politicamente e é um ativista, às vezes acaba por se concentrar em algum objetivo muito específico. Digamos, envenenamento por tinta de chumbo no centro da cidade. Você está se organizando pela questão de que 20% das crianças que vivem no centro de Baltimore sofrem com envenenamento de tinta de chumbo. Você está envolvido em uma batalha jurídica, lutando contra o lobby dos proprietários e todo tipo de oponentes. A maioria das pessoas que eu conheço que estão envolvidas em ativismos deste tipo encontra-se tão consumidas pelos detalhes do que estão fazendo que às vezes se esquecem de ter uma perspectiva global – seja das lutas na cidade, sem falar das do mundo.

Às vezes você percebe que as pessoas precisam de ajuda de fora. Que o problema da tinta com chumbo é muito mais fácil de lidar se você envolver todas as pessoas engajadas pelo sistema educacional que vêem seus filhos sofrendo de envenenamento pela tinta de chumbo. Você começa a construir alianças. E quanto mais alianças são feitas, mais poderoso torna-se o movimento.

Eu tento não dizer para as pessoas o que elas deveriam pensar, mas tento criar uma estrutura de pensamento que permita às pessoas perceberem seu lugar na totalidade complexa de relações que fazem a sociedade contemporânea. Então as pessoas podem formar alianças em torno das questões com as quais se preocupam, e, ao mesmo tempo, mobilizar suas próprias forças para ajudar outras pessoas em suas alianças.

Eu estou empenhado em construir alianças. Para isso, é preciso ter uma concepção sobre a totalidade da sociedade capitalista. Na medida em que você puder fazer isso estudando Marx, eu penso que isso é útil.

Brasil
Primeiras análises
da eleição de 2018

Ele não! Ditadura nunca mais! Derrotar Bolsonaro nas urnas e nas ruas!

Executiva Nacional do MES

O Movimento Esquerda Socialista, corrente interna do PSOL, gira a totalidade de suas forças e de seu acúmulo político e social, neste segundo turno, para a tarefa de derrotar Bolsonaro e barrar o protofascismo em desenvolvimento no Brasil, votando por Haddad presidente 13.

Nossa corrente tem absoluta independência do PT, partido que não apoiamos. Contudo, os motivos para barrar Bolsonaro se sobrepõem a quaisquer outros. Destacamos, entre eles:

- **Bolsonaro defende a implantação de uma ditadura contra o povo no Brasil**

Por motivos óbvios ele não o admite em sua campanha, mas abundam declarações nesse sentido em seu histórico e no de seu vice;

- **Bolsonaro tem um programa econômico para vender o Brasil e destruir os direitos dos trabalhadores**

Embora finja levantar a bandeira do nacionalismo, Bolsonaro quer vender o país para o imperialismo e aprovar medidas como a Reforma da Previdência, o fim do 13° e das férias e outras atrocidades. Seu ministro da economia, Paulo Guedes, que viveu mais tempo nos EUA do que no Brasil, afirma que pretende privatizar todas as estatais e serviços públicos. Seu vice, General Mourão, quer acabar com o 13° salário e o adicional de férias dos trabalhadores. Como deputado, Bolsonaro já votou contra a Lei das Domésticas, ao passo que deu voto favorável à Reforma Trabalhista;

- **Bolsonaro é a continuidade da corrupção, aliada à violência**

Como deputado, Bolsonaro nunca combateu os privilégios da casta política. Já declarou sua admiração por Eduardo Cunha, o maior gângster do país. Agora, em sua base de sustentação, já estão se somando todos os velhos políticos corruptos de sempre, interessados em continuar roubando os brasileiros, mas desta vez por meio de um regime político autoritário em que tenham poderes para matar e calar os opositores;

- **Bolsonaro é aumento da violência e da insegurança nas favelas e periferias**

Com apoio daqueles que comemoram a morte de Marielle Franco e dos setores mais suspeitos de terem cometido seu assassinato, o projeto de Bolsonaro não quer de fato resolver o grave problema da insegurança no país, mas sim generalizar a violência, a insegurança e a matança do povo pobre e trabalhador pelos aparelhos repressores do Estado e por suas ramificações em milícias e máfias.

Enfatizamos, também, a importância de sair às ruas e de impulsionar novas manifestações de massa como as realizadas em 29 de setembro. Para nós, as mulheres e os segmentos democráticos da classe trabalhadora têm sido vanguarda deste processo de luta.

Toda a militância do MES/PSOL está orientada a ser parte e a impulsionar iniciativas e articulações para derrotar Bolsonaro nos bairros, fábricas, locais de trabalho, universidades, escolas, parlamentos e também redes sociais. Da mesma forma atuarão nossas parlamentares eleitas nacionalmente, Fernanda Melchionna e Sâmia Bomfim, e nas bancadas estaduais, como Luciana Genro e Sandro Pimentel. Queremos multiplicar por todo o país e pela base a construção de comi-

tês #elenão e participar de todas as iniciativas de frente única. A disputa pela base, batendo porta em porta das casas dos brasileiros, disputando nos grupos de whatsapp, construindo comitês auto-organizados: esta é a chance de nossa vitória!

- Ele não!
- Ditadura nunca mais!
- Bolsonaro quer vender o país e acabar com nossos direitos!
- Bolsonaro é mais violência e corrupção.
- No segundo turno, vote 13.

Impulsionar o movimento democrático para derrotar Bolsonaro no segundo turno

Coordenação Nacional do MES

No último domingo, 07/10, a eleição presidencial consolidou a disputa em segundo turno entre Jair Bolsonaro, com 46% dos votos, e Fernando Haddad, por sua vez, com 29,3%. A eleição representou um salto na crise política nacional. Um verdadeiro abalo sísmico, que inclinou a eleição nacional para a extrema-direita, mudando a balança eleitoral no âmbito parlamentar e nas disputas dos governos estaduais.

A forte votação de Bolsonaro, que se aproximou em alguns momentos da apuração de uma vitória em primeiro turno; o esvaziamento dos partidos de direita tradicional, cujo espaço foi ocupado pela bancada eleita pelo PSL, a segunda maior da próxima legislatura; e o desempenho surpreendente de candidatos como Romeu Zema (NOVO) em Minas Gerais e Wilson Witzel (PSC) no Rio de Janeiro – apoiadores de Bolsonaro que alcançaram o primeiro lugar nas disputas pelos governos destes estados, ambos com mais de 40% – trouxeram dúvidas sobre a possibilidade de derrotar Bolsonaro no segundo turno. Entretanto, graças aos resultados oriundos do Nordeste, com seu povo combativo e resiliente, foi possível ganhar tempo e esperança. Foi por pouco, mas haverá um novo round no segundo turno: ainda há luta pela frente.

O dia seguinte após a votação já foi marcado por forte polarização. Seguidores de Bolsonaro apelam à violência para gerar o medo e parar o movimento crítico que se multiplica. O assassinato covarde do mestre de capoeira Moa do Katendê em Salvador e as mais de 50 ocorrências de provocações são um salto na escalada de violência dos setores neofascistas.

A polarização também corta e divide o país. A Igreja Universal e seu aparelho midiático subiram o tom contra Haddad. Do outro lado, a Rede Globo, por meio de seus articulistas e em algumas peças, como na novela juvenil *Malhação*, tem se posicionado de forma crítica às posições mais extremadas do ex-capitão, além de denunciar em seus noticiários a morte do mestre de capoeira. Do lado da resistência, também se movem importantes atores: assembleias em várias universidades do país, plenárias amplas, caminhadas como a que houve em Porto Alegre na véspera do feriado, com 15 mil pessoas, sinalizam a disposição de luta. No Rio de Janeiro, no domingo 14/10, organizou-se um ato na Cinelândia que reuniu milhares de pessoas para recolher placas em homenagem a Marielle Franco e espalhar seu exemplo por toda a cidade.

Optamos por escrever, neste momento, um documento mais sintético, que elenque as tarefas centrais, examine de forma preliminar os elementos de balanço e sobretudo ajude a politizar e armar a militância para batalha do segundo turno. Mais adiante, teremos, como toda a esquerda socialista, o dever de uma reflexão mais detida, diante dos cenários que se conformem com o veredicto do segundo turno.

Como organização, saímos vitoriosos, com a eleição de vários parlamentares, sendo parte da vitória do PSOL que superou a cláusula de barreira e se colocou entre os partidos mais votados do país para a Câmara. Entretanto, sabemos que o centro da luta política requer a compreensão das razões pelas quais a extrema-direita organizada ao redor de Bolsonaro pôde crescer e as possibilidades de que o movimento democrático se organize para enfrentar e derrotar nas urnas e nas ruas Bolsonaro e seu projeto protofascista de fechamento do regime político, combate às liberdades e de guerra econômica contra o povo.

Estamos numa hora grave e de luta no Brasil: é possível vencer!

O desmoronamento da Nova República

A ascensão da extrema-direita, materializada na votação de Bolsonaro e no salto do PSL, de 1 para 52 deputados, acontece nos marcos de um verdadeiro terremoto político. Os números falam por si só. Os principais partidos do regime receberam uma surra. O MDB saiu liquidado, passando de 66 para 34 deputados. Não se elegeram figuras como Romero Jucá, Eunício Oliveira, entre outros caciques. A renovação foi histórica, com 47,3% na Câmara dos Deputados, além de inacreditáveis 87% no Senado. Dos 32 senadores que buscaram a reeleição, apenas 8 lograram êxito. Apesar da polarização na reta final, o que fez com o que número de votos nulos caísse, o padrão dos que não foram votar ainda é alto. Quase um terço dos eleitores (27,32% – mais de 40 milhões de pessoas) não votaram.

O PSDB também sofreu um castigo. Alckmin, candidato favorito dos setores tradicionais da burguesia, foi desidratado. O partido decaiu de 3ª maior bancada para apenas a 9ª, passando de 54 para 29 deputados federais. O dia seguinte às eleições foi marcado por uma verdadeira guerra civil no ninho tucano. Pedidos de expulsão de dirigentes históricos como Alberto Goldman e troca de acusações entre Doria e Alckmim abriram uma luta feroz que coloca em risco a própria existência do partido.

O sentido da renovação, de lutar “contra tudo o que está aí”, foi capturado pela extrema-direita, numa associação entre os militares, a principal bancada eleita, os grandes proprietários de terra (por exemplo, com as vitórias de Heinze e Caiado) e a ala fundamentalista das igrejas evangélicas.

Há uma mudança reacionária em curso no regime. Mesmo com as limitações da Carta de 1988, o voto 13 no segundo turno tem o sentido também de defesa de seus marcos gerais contra a tentativa de retirar seu conteúdo mais avançado, levando para um ambiente mais autoritário.

A votação do PSOL – que dobrou sua bancada na Câmara Federal e nas assembleias estaduais, e que foi capaz de superar a cláusula de barreira – aponta a enorme responsabilidade do partido na defesa do voto em Haddad e Manuela, compromisso que já firmamos nos dias seguintes ao 07/10. Diante de um cenário tão preocupante, o voto das mulheres e da negritude é um aspecto muito positivo e um ponto de apoio numa conjuntura regressiva.

Para precisar melhor o tsunami que surgiu no domingo, precisamos entender por um lado a natureza reacionária de parcelas da burguesia e por outro a própria traição do PT, que gerou frustração e desmoralização. A irrupção da juventude em junho de 2013 foi um sintoma do mal-estar social, que apelava às ruas para mudanças profundas. Dilma, à época, chegou a levantar a proposta de um plebiscito por uma Constituinte para reformar o sistema político, retirada na sequência diante das ameaças de Temer e do MDB. A polarização de 2014, com bravatas antibanqueiros, levou a uma profunda decepção com o ajuste de Levy e a queda do PIB. Essas foram as bases materiais para o giro à direita que as classes médias protagonizaram nos atos que caracterizamos como “simulacro” em 2015/16, levando o PSDB e o MDB, sob a liderança de Cunha, ao golpe parlamentar que apeou o PT do poder e levou ao desastre de Temer.

No entanto, a profecia autocumprida do ascenso da extrema-direita é mais complexa. O ano de 2017 foi marcado por uma conjuntura curta de resistência contra o ajuste e a corrupção. A crise das revelações da JBS quase levou à queda de Temer, derrotou-se a Reforma da Previdência, e tivemos uma forte greve geral e uma forte mobilização que transbordou em Brasília. Naquele contexto, Lula e as principais direções das centrais sindicais apostaram por acalmar o cenário, garantir a governabilidade de Temer e levar a luta para o terreno eleitoral. Dali em diante, a história é conhecida: diminui-se

a capacidade de resistência. Lula foi preso. A greve dos caminhoneiros foi um episódio da energia social liberada, mas já muito influenciada pelas redes de Bolsonaro e seus satélites.

No meio disso, tivemos o assassinato de Marielle – uma violenta demonstração de força contra as lutas democráticas em geral e, em particular, contra a luta das mulheres, da negritude e do PSOL. Uma enorme perda para nós, mas que semeou ainda mais resistência – como demonstra o resultado eleitoral do partido.

A base para o ascenso de Bolsonaro também está na ausência de uma transição histórica. A manutenção do aparato militar intacto depois da queda da ditadura, ao contrário de outros países vizinhos nos quais os militares foram para o banco dos réus, é a chave para explicar a força que ainda tem a caserna, o papel que cumpre a polícia militar e a existência de milícias que coabitam com as PMs. Como escreveu Vladimir Safatle, são esses os fantasmas que voltam para nos assombrar. As homenagens de Bolsonaro ao torturador Brilhante Ustra na votação do impeachment não deixam lugar a dúvidas.

Foram muitas oportunidades perdidas e muitas capitulações para que ao final a extrema-direita liderada por Bolsonaro, sempre visto como um bufão repugnante, pudesse apresentar-se como alternativa a um regime combalido, liquidado pela crise e pela atuação da Lava Jato.

Petistas, tucanos e o MDB garantiram a estabilidade da Nova República nas últimas décadas. Sua crise e ocaso mostram a dimensão da crise do regime e a reorganização das coordenadas da disputa política daqui para a frente. A mudança da qualidade do regime no Brasil impõe para a esquerda a necessidade de rediscutir sua orientação e pensar sobre a necessidade de uma reorganização. A tarefa da construção de uma alternativa de esquerda anticapitalista e antirregime torna-se ainda mais importante.

O que está por trás de Bolsonaro?

A forte votação do candidato do PSL no primeiro turno, vitorioso nos estados do Centro-Sul e na maioria dos estados do Norte, concentra-se sobretudo em duas parcelas da sociedade brasileira: de um lado, estão a pequena-burguesia e a classe média tradicional, que se deslocaram majoritariamente à direita em particular durante e após as manifestações de 2015/16; de outro, há um grande e disperso voto popular antirregime, marcado pela indignação com a crise econômica, o desemprego, a corrupção dos principais partidos burgueses e do PT e pela confusão ideológica. Em geral, concentra-se no primeiro grupo o apoio mais ativo e militante a Bolsonaro. No segundo, há um apoio passivo e difuso, que se manifestou fortemente no voto a todos os candidatos que se identificaram com Bolsonaro.

A mobilização desses setores foi fortemente marcada pelo uso das redes sociais, em particular o whatsapp. O atentado da facada a Bolsonaro em Juiz de Fora contribuiu para aumentar sua exposição para os meios tradicionais e para “normalizar” sua figura. Ao mesmo tempo, o apoio de igrejas evangélicas – em particular o conglomerado religioso, político e midiático de Edir Macedo – ampliou o alcance das posições do candidato do PSL.

A prisão de Lula, que permaneceu a pré-campanha na liderança das pesquisas, ajudou a lançar confusão em setores populares, que passaram a votar em Bolsonaro como segunda opção, dada a ausência de sua opção prioritária, o ex-presidente. Nesse sentido, é importante lembrar que Fernando Haddad lidera entre eleitores que ganham até dois salários mínimos, preservando parte da base lulista, mas perde em todos os demais.

Bolsonaro apoia-se no agronegócio, sobretudo em seu setor mais transnacionalizado, vinculado ao comércio exterior

e à relação com as corporações globais químicas, de sementes e fertilizantes. Aos poucos, também começam a manifestar-se executivos dos bancos e fundos de investimento nacionais e estrangeiros a favor do programa econômico de Bolsonaro, coordenado pelo especulador bilionário Paulo Guedes, um Chicago boy gestor de fundos de investimento que trabalhou em proximidade com os economistas ultraliberais da ditadura chilena de Pinochet.

Guedes organiza o programa pró-imperialista vocalizado por Bolsonaro, que já bateu continência em evento à bandeira dos Estados Unidos e gosta de elogiar Donald Trump, a cuja política externa atrelaria a brasileira, aproximando o país de Israel, com a mudança da embaixada para Jerusalém, e da Coreia do Sul. Como revelou a imprensa, sua equipe está sendo composta por grandes executivos do capital financeiro, como Maria Sílvia Marques (Goldman Sachs), Roberto Campos Neto e Sergio Eraldo de Salles Pinto (Bozano Investimentos). O dirigente da UDR, Nabhan Garcia, é um dos principais eixos de um futuro governo, defendendo o armamento dos latifundiários.

É preciso aprofundar também o entendimento da situação internacional. Com sua enorme sensibilidade, Roger Waters, em show recente, apresentou um panorama desta conjuntura reunindo Trump, Putin, Erdogan, Orban, Duterte e outros numa lista de políticos com traços neofascistas. Nesta lista, Bolsonaro figurava no elenco da extrema-direita mundial, como já denotam suas relações com Bannon e sua equipe.

Em nossa VI Conferência e nos documentos que apresentamos ao XVII Congresso Mundial da Quarta Internacional, elaboramos a respeito destas tendências. Por isso, acompanhar a dinâmica de Trump e do imperialismo será decisivo.

Haddad, Ciro e as alternativas de oposição à extrema-direita

Mais de um terço dos eleitores que foram às urnas depositaram sua esperança em alternativas de oposição de esquerda ao governo Temer. Além do voto em Haddad, Ciro recebeu 12,47% dos votos.

Lula foi impedido de concorrer quando estava em primeiro lugar nas pesquisas. A decisão do regime de mantê-lo afastado foi a base para a vitória de Bolsonaro. Lula ainda poderia ser escolhido pela maioria do povo. O impedimento de Lula foi a expressão do caráter farsesco do processo eleitoral. Um processo manipulado que distorceu a vontade popular. Isso também deve relativizar a visão de que o povo foi para extrema-direita. O apoio a Lula mostra uma posição pró-reformista e popular.

Isso explica a votação do PT. Apesar de sua política de colaboração com a burguesia, sua política, portanto, que traiu os interesses históricos do proletariado, oposto aos interesses burgueses, o partido pôde manter-se como a maior bancada da Câmara dos Deputados. Também ganhou 3 governos estaduais, tem aliados em outros estados e pode ganhar um quarto no segundo turno. Ao persistir a ausência de política global e alternativa por parte do PSOL, o PT tende a liderar a oposição, pelo menos no terreno parlamentar, numa eventual vitória de Bolsonaro – contra a qual estamos lutando.

O que devemos debater com a base petista é que Lula inviabilizou qualquer política de frente democrática, resultando numa linha hegemônica que debilitou o diálogo com quem rompeu ou não quer se colocar no espectro petista. A falta de uma autocrítica de Lula e da direção do PT levou a afastar Ciro de um empenho militante no segundo turno, mesmo que tenha tido uma votação ampla dos setores democráticos.

O PSOL passou pela prova da cláusula de barreira

O PSOL rompeu a cláusula proscritiva da lei Cunha. Conquistamos uma vitória eleitoral, no marco do fortalecimento de nossos inimigos da extrema-direita. Com quase 3% dos votos, o partido elegeu 10 deputados federais (dos quais, 5 mulheres) e 18 deputados estaduais. Em comparação, o PSOL superou o Novo e máquinas eleitorais consagradas, como o PTB e o Solidariedade, chegando aos 2.783.669 votos, conquistados em uma luta em condições desiguais, com menores recursos do fundo eleitoral e tempo de televisão.

A responsabilidade do PSOL, portanto, aumentou. Os mandatos e os votos do PSOL serão trincheiras de luta. O PSOL se revalida como projeto estratégico. Independentemente dos resultados do segundo turno, o partido terá um papel fundamental a cumprir numa conjuntura de acirramento da luta de classes nas ruas e de grande polarização com a extrema-direita no Parlamento.

A nova bancada federal é muito forte e representativa, já que reúne a força dos novos movimentos de renovação protagonizados pelas mulheres e pela negritude – fator já antecipado por Marielle Franco, cujo legado logrou eleger três de suas assessoras diretas. Portanto, em âmbito nacional o PSOL reunirá a força de renovação expressa nos resultados de Sâmia Bomfim, Talíria Petrone, Fernanda Melchionna e Áurea Carolina, além da representatividade e a experiência de nomes como Marcelo Freixo, Luiza Erundina, Ivan Valente, Glauber Braga, Jean Wyllys e Edmilson Rodrigues. Tal força já estará posta à prova na luta do segundo turno, em que o partido colocou corretamente suas forças a serviço da derrota de Bolsonaro com a campanha por Haddad 13.

No entanto, esta luta unitária não pode nos fazer cegar para uma realidade evidente: a esquerda crítica ao PT perdeu oportunidades para converter-se num polo anticapitalista

e antirregime com grande audiência nacional. A escolha do PSOL, desde 2015, de abster-se, nos momentos mais decisivos, de adotar uma posição independente do PT impediu que surgisse uma alternativa à esquerda com peso de massas.

Guilherme Boulos, na preparação de sua candidatura, optou por uma linha política de não independência, que o impediu de apresentar um novo rumo para o país por não poder apresentar uma crítica real ao regime e a seus principais atores. Ao final da campanha, quando chamou a luta contra Bolsonaro, pôde encerrar sua participação nos debates eleitorais com dignidade. Pela construção anterior de sua candidatura, entretanto, Boulos não pôde apresentar-se como líder de um novo projeto.

Esta ausência cobra seu preço quando frações da classe trabalhadora, das massas populares e da pequena-burguesia, que poderiam ser convencidas por nossas ideias, iludem-se por uma liquidação reacionária do regime da Nova República. Nas eleições, de modo distorcido, o espaço existente para esta alternativa terminou sendo em sua grande maioria ocupado por *Ciro Gomes*, com suas contradições.

O papel de Boulos como líder sem-teto e como parte de um projeto que busca construir uma esquerda militante e ampla no país, superando o PT, não pode ser descartado. Tampouco *Sônia Guajajara*, que teve um lugar importantíssimo para articulação das lutas dos povos indígenas, entrando para a história como primeira candidata a vice-presidente dos povos originários.

O PSOL teve, nesse marco, um desempenho eleitoral contraditório: se, por um lado, em sua localização nacional, o partido teve uma campanha presidencial fraca e recuou em sua capacidade de implantar seu projeto; por outro, o crescimento de suas bancadas federais e estaduais revelou justamente a força que uma política independente e colada ao movimento democrático pode ter: foi assim que nossas candidaturas

em todo o país ligaram-se à força do movimento de mulheres, ao movimento negro e às mobilizações pelo “#EleNão”. Os resultados expressivos de Sâmia Bomfim, Talíria Petrone, Fernanda Melchionna e Áurea Carolina na bancada federal, além das várias companheiras eleitas para as bancadas estaduais, comprovam-no. Não fosse a força do movimento democrático e da mobilização de ruas, o PSOL teria dificuldades para superar a cláusula de barreira e agora estaríamos numa difícil localização política, enfrentando a extrema-direita com risco de não ter uma ferramenta própria, obrigando-nos a ficar a reboque do PT.

Nossa corrente orgulha-se de ter contribuído de forma decisiva para os resultados vitoriosos do PSOL para a Câmara: Sâmia Bomfim, com seus quase 250 mil votos, alcançou a maior votação da história do PSOL em São Paulo e foi a deputada mais votada da esquerda no estado, a 16ª parlamentar federal mais votada do Brasil. Fernanda Melchionna, por sua vez, foi a mulher com maior votação para deputada federal no Rio Grande do Sul, a oitava mais votada do estado, com quase 115 mil votos, e a segunda mais votada em Porto Alegre. Com Luciana Genro, mais votada em Porto Alegre e sexta colocada no RS, tivemos uma vitória importante, conquistando uma cadeira combativa na assembleia gaúcha. No RN, a vitória de Sandro Pimentel coroa um esforço de muitos anos na construção do PSOL. Fábio Félix, um grande aliado no DF, conquistou uma vitória para deputado distrital, da qual nos orgulhamos de participar, que amplia a capacidade de intervenção do PSOL. Mônica Seixas, ativista do movimento em defesa da água em Itu, encabeçou a Bancada Ativista em SP, que se elegeu para ALESP com quase 150 mil votos.

Além das campanhas vitoriosas, orgulhamo-nos de todas nossas companheiras e companheiros que se engajaram em todo o Brasil construindo o PSOL e o MES por meio de suas candidaturas. A votação de Pedro Ruas, que, mesmo fazendo

55 mil votos, não se elegeu pelo quociente eleitoral, mostrou a força no Rio Grande do Sul. Destacamos, também, a companheira Vivi Reis, que alcançou 22 mil votos no Pará e se tornou primeira suplente de deputada federal e nossa camarada David Miranda, que protagonizou com nossa regional fluminense uma forte campanha, que o colocou na primeira suplência da bancada federal do PSOL-RJ. Josemar Carvalho, também suplente de deputado estadual, cumpriu um papel fundamental no estado do Rio para defender o legado de Marielle em meio à negritude. Tivemos dezenas de candidatos do MES, do PSOL, do Juntos e Juntas, que tiveram votações importantes e fizeram a disputa em todos terrenos, de norte a sul do Brasil.

Também vale destacar que, além do MES, as forças antipitalistas abrigadas na IV Internacional também arrancaram um resultado exitoso pelo PSOL. E, como já afirmamos, a força da luta das mulheres e da negritude capacitou o PSOL a vencer a cláusula de barreira. O fato de que o PCdoB, por exemplo, não tenha conseguido superar esta medida restritiva ajuda a revelar a importância desta conquista, simbolizada por Marielle Franco, que se tornou um ícone nacional, cuja memória é atacada pela escória fascista que circunda Bolsonaro, ao mesmo tempo em que recebe homenagens sinceras de nosso povo, como fará em 2019 a Mangueira em seu enredo no Carnaval.

Com Marcelo Freixo e nossa bancada de mulheres encabeçando a intervenção nacional do PSOL na Câmara, teremos uma trincheira de resistência, um ponto de apoio às lutas que se desenvolverão diante da intensidade dos ataques que a burguesia planeja contra o povo trabalhador brasileiro. Por isso, desde já precisamos estar preparados!

Derrotar Bolsonaro nas urnas e nas ruas!

É hora de luta para impedir que o protofascismo de Bolsonaro vença. Podemos impedir sua tentativa de organizar uma guerra econômica e uma ditadura contra o povo. Votaremos em Haddad 13, mantendo nossa independência e nossa iniciativa política, em ações de unidade em defesa da democracia com todas as forças políticas, setores sociais e personalidades que estejam a favor de defender as conquistas democráticas da Constituição de 1988 diante do risco de uma mudança reacionária de regime.

Existe muito espaço nos bairros populares como já se demonstra. A atividade organizada pelos setores progressistas da Igreja em Itaquera (São Paulo) com intelectuais, da qual participaram nossos companheiros do Emancipa, é um exemplo, que comprova a possibilidade de construir esta resistência.

O PSOL deve colocar sua força e seus parlamentares nessa luta, mobilizando comitês de base contra Bolsonaro e em defesa da democracia. O movimento de mulheres, que foi vanguarda na luta contra Bolsonaro no primeiro turno, já convocou uma nova data nacional de mobilizações para o próximo dia 20/10. É muito importante que nos somemos a esta mobilização. Além desta iniciativa mais concentrada, é preciso estimular, ampliar e enraizar novas iniciativas da campanha pelo “Ele não” e pelo voto 13 contra Bolsonaro. A juventude já tem dado passos importantes, mobilizando nas universidades. E, quanto mais formos capazes de inserir essa luta nos locais de trabalho, estudo, moradia e nas redes sociais, maiores serão nossas chances de derrotar Bolsonaro. Esta é também uma mobilização em defesa do Brasil, das conquistas democráticas do povo, dos direitos dos trabalhadores, das nossas riquezas naturais e do patrimônio nacional contra as investidas de rapina da burguesia, dos grupos de choque

fascistas que orbitam a família Bolsonaro, dos corruptos do “centrão”, das bancadas ruralista e do fundamentalismo, que cerram fileiras em torno do candidato do PSL e do imperialismo para impor ao Brasil violência e guerra econômica. Não vamos permitir! É possível vencer!

A sorte do PSOL e dos socialistas brasileiros está fortemente ligada à capacidade de resistência do povo. Nisto confiamos e apostamos as nossas melhores energias.

- Ele não!
- Ditadura nunca mais!
- Bolsonaro quer vender o Brasil e acabar com nossos direitos!
- Bolsonaro é mais violência e corrupção!
- No segundo turno, vote Haddad e Manuela 13!

Organizar a resistência junto ao povo brasileiro

Executiva Nacional do MES

Acabamos de conhecer o resultado eleitoral, quando Bolsonaro foi eleito presidente. É uma vitória da extrema-direita, embora parte dos eleitores não tenha esse projeto.

Queremos registrar, ainda que inicialmente, nossa posição acerca do resultado eleitoral e dos desafios imediatos que temos.

1) A vitória de Bolsonaro coloca uma situação desfavorável para o conjunto do povo e dos interesses nacionais. Amplos setores populares e da classe média votaram por Bolsonaro como reação à frustração com os governos petistas e a casta política desmoralizada. Essa frustração se transformou em desespero, evidenciado sobretudo no Sudeste, onde a direita dura cravou sua bandeira. Assim se elegeram João Doria em SP, Wilson Witzel no Rio de Janeiro e Romeu Zema em Minas Gerais.

2) O processo eleitoral brasileiro foi marcado por uma série de vícios antidemocráticos. Tais vícios não foram apenas um desvio, mas marcaram a essência do processo. Podemos citar: a legislação injusta que marcou a eleição, com o peso do poder econômico; e a Justiça dominada pelos interesses da classe dominante, que tirou da disputa o nome do ex-presidente Lula. Apesar de termos sido oposição aos seus governos e aos governos do PT, consideramos que sua liderança nas pesquisas de intenção de votos era evidente e sua saída forçada do pleito demonstrou a ilegitimidade do processo. Como se fosse pouco, a candidatura de Bolsonaro praticou crime de caixa dois e abusou das mentiras com os esquemas

de *fake news* revelados pela Folha de SP. Por fim, na reta final da campanha, quando um movimento de massas começou a tomar as ruas contra o fascismo, uma série de ações judiciais bloquearam a liberdade de manifestação, impedindo sobretudo as ações do movimento estudantil.

3) Diante desses fatos consideramos que o governo eleito carece de legitimidade. Além disso, as declarações do candidato contrárias à Constituição de 1988 no que diz respeito às suas cláusulas democráticas mostram que as liberdades democráticas estão sob risco no novo governo. A vitória de Bolsonaro coloca uma situação desfavorável para o conjunto do povo e dos interesses nacionais. O resultado, 55% a 45% dos votos válidos, com o país dividido, mostrou polarização social e política, com 30 milhões de brasileiros não votando ou anulando seu voto, maior percentual desde 1989. 91 milhões de pessoas não votaram 17.

4) A primeira declaração de Bolsonaro, acompanhado de figuras atrasadas da vida política nacional, como o ex-senador Magno Malta, Alexandre Frota, além de sua equipe, assinalam a precariedade inicial de seu discurso. O risco do país ir à deriva existe. Paulo Guedes na economia é uma tentativa de ajuste que significa um plano de guerra contra o povo e a favor da desnacionalização do patrimônio brasileiro.

5) O resultado eleitoral mostrou um país dividido geograficamente. Bolsonaro perdeu no Nordeste. Nessa região e nos maiores estados do Norte, os governadores são aliados do campo opositor, articulados com o setor que estava com o PT, PCdoB e PSB. A altíssima votação em estados como Rio de Janeiro e São Paulo também se vincula mais com traços de rejeição ao PT do que com posições de caráter fascista. Pela primeira vez, um presidente é eleito sem contar com a maio-

ria dos votos dos setores mais baixos da renda nacional, até 2 salários mínimos.

6) Desta forma, o PSOL se declara como um partido de resistência, de defesa das liberdades democráticas da Constituição de 88 e afirma seu programa por igualdade e justiça, que prevê medidas como taxaçoão sobre os milionários, imposto sobre dividendos, sobre grandes fortunas, defesa dos direitos dos mais pobres e das liberdades civis. Ao superar a cláusula de barreira, com um resultado eleitoral crescente, calcado no crescimento de nossas bancadas e no voto das mulheres, o PSOL assume mais responsabilidades na defesa dos interesses do povo, no incentivo à auto-organização e na necessária unidade ampla para resistir.

7) Não iremos apoiar este governo, nem seu programa econômico. Chamaremos uma ação de massas para lutar contra suas medidas impopulares, como o congelamento dos investimentos em saúde e educação, a tentativa de terminar com a aposentadoria e outras medidas. E defendendo as liberdades da Constituição de 88, lutaremos para que a legitimidade do processo constitucional eleitoral seja retomada assim que o povo tenha força para conquistá-la. Defendemos um processo eleitoral de forma limpa e mais transparente, com recursos públicos igualitários, com tempo de TV e rádio também igual, com obrigação de debates (o que significa ter debates ou entrevista obrigatória caso um candidato que dispute o segundo turno não queira participar, como fez Bolsonaro). Também no processo eleitoral a justiça tem a obrigação de combater *fake news* e ao mesmo tempo permitir a liberdade de expressão.

8) O papel do PSOL deve ser o de organizar a resistência com todas as forças políticas e sociais que nos acompanhem

parcial ou totalmente na defesa das liberdades democráticas. Faremos tal unidade de ação apresentando claramente nosso programa. A ampla unidade que se conformou ao final do segundo turno para rejeitar Bolsonaro é um ponto de partida para tal iniciativa, no âmbito parlamentar e da sociedade. Nos próximos dias, queremos avançar na discussão da situação política e da necessidade da construção de alternativas e da resistência. É fundamental compreender e discutir como chegamos até aqui. Para melhor lutar no futuro é preciso extrair as lições dos processos.

9) Vamos defender as liberdades democráticas, contra o autoritarismo. Estaremos vigilantes diante de qualquer medida de ação extrajudicial ou que desrespeite os marcos legais conquistados até aqui. Seja para atacar movimentos sociais ou para ampliar o genocídio contra a população pobre das periferias do país. Denunciaremos a ação de grupos milicianos ou de qualquer natureza paramilitar que atuem para intimidar opositores e as comunidades, como ocorre em várias partes do país e no Rio de Janeiro se constitui no mais grave risco. Utilizaremos nossas redes e relações internacionais para fazer ecoar pelo mundo a resistência contra arbitrariedades e desmandos do novo governo e seus aliados nos estados.

10) Com partidos que se reivindicam de oposição a Bolsonaro e que declaram defender os interesses dos trabalhadores, dos assalariados, dos camponeses, sem terra, sem teto, indígenas e quilombolas, mulheres e negros, defenderemos uma frente única com base num programa comum de reivindicações destes setores sociais, bem como insistiremos na frente única para defender as organizações da classe, da juventude, dos movimentos sociais, rurais e urbanos, como MST e MTST.

11) Acreditamos na força e capacidade organizativa do povo brasileiro. As atividades do movimento democrático que precederam a eleição foram uma demonstração, ainda que eleitoralmente insuficiente. As mulheres e o movimento estudantil construíram um ambiente democrático para pautar ações unitárias contra o autoritarismo de Bolsonaro. Apenas ganhando a maioria do povo para uma plataforma de resistência teremos êxito nas nossas ações. A tarefa de organizar a resistência cabe às mulheres, aos trabalhadores, à juventude, à negritude, à comunidade LGBT, às camadas médias, aos intelectuais, aos camponeses, portanto, à ampla maioria da população brasileira. A condição para construir uma forte oposição é ter capacidade de retornar às bases, escutar os colegas e vizinhos, demonstrar paciência e serenidade. Construir em cada local de estudo, moradia e trabalho, com uma plataforma capaz de responder aos problemas mais sensíveis do povo. Essa tarefa-chave para renovar a presença da esquerda junto aos de baixo, apresentando-se na forma e no conteúdo, como ferramenta necessária para seu povo. Uma nova esquerda é necessária para um novo projeto de sociedade.

12) Viemos de longe. Temos, como parte do movimento da esquerda no Brasil, e como internacionalistas que somos, a defesa de uma bandeira sem manchas, que não começou agora nem terminará amanhã. Estaremos organizando a resistência.

Por Marielle e pelo nosso futuro!

As perspectivas diante do novo governo Bolsonaro

Executiva Nacional do MES

A vitória de Jair Bolsonaro é uma mudança, como definimos no documento em seguida ao primeiro turno: representa um salto de qualidade, um novo tipo de regime, ainda em transição, com maiores restrições de liberdades democráticas, um ajuste mais severo e uma desnacionalização da economia. O país deu um giro à extrema-direita, que terá impactos em toda a América Latina.

O resultado eleitoral significou um terremoto político, de larga escala, na vida política e social brasileira. As primeiras declarações da equipe de governo eleita alentam as incertezas diante da nova situação aberta com confirmação da vitória de Jair Bolsonaro em 28 de outubro.

É preciso examinar o conjunto dos dados para entender o sentido profundo do processo eleitoral. A polarização dividiu o Brasil. Bolsonaro venceu com 57,7 milhões de votos de um universo de 140 milhões de eleitores, o que soma cerca de 39% do total de eleitores aptos. Seu partido, o PSL, elegeu 52 deputados, número que deve subir com futuras adesões e fusões vinculadas a partidos de direita que não alcançaram a cláusula de desempenho. Elegeu também 4 senadores e os governadores de SC, RO e RR. Tais estados foram os que deram índices mais altos para Bolsonaro.

Haddad somou no segundo turno 47 milhões de votos, vencendo em todos estados do Nordeste. Nessa região, todos os governadores eleitos são alinhados com o antigo campo de apoio aos governos Lula e Dilma. Além disso, Haddad venceu no Pará, onde a família Barbalho repetiu o fenômeno dos Calheiros em Alagoas, retomando a hegemonia no estado, fazendo Helder governador e Jader senador. A vitória da

extrema-direita se consolidou no Sudeste, onde seus aliados Doria, Zema e Witzel ganharam com folga o segundo turno.

O elemento contraditório da nova situação é o que serve de núcleo central para a resistência: a enorme politização ao redor do movimento democrático que se ampliou nos últimos quinze dias da campanha no segundo turno. Isso fez com que, nas grandes cidades, o espaço de Bolsonaro fosse contestado. Bolsonaro apenas não ganhou no primeiro turno pelos votos do Nordeste. Como mostraram as pesquisas eleitorais no segundo turno, a polarização elevada levou a um impasse político nas maiores cidades, nas quais a maioria das mulheres votou contra Bolsonaro. Esse número chegou a 59% se consideramos os votos das jovens mulheres. Entre os mais pobres, segundo as mesmas pesquisas, Bolsonaro também perdeu. Entre negros, LGBTQs e jovens também os índices contrariam a vitória de Bolsonaro. Esse poderoso ativo é que deve ser identificado como dinâmico no processo da resistência.

Para além do exame da expressão eleitoral dos campos em disputa no segundo turno, devemos olhar para a situação internacional, para a capacidade de resistência do movimento de massas e para a disputa (intensa) de hegemonia de narrativas que a sociedade debaterá a partir de agora. Uma situação internacional na qual as variáveis seguem abertas e em disputa, num cenário que oscila entre posições autoritárias, traços caóticos e resistências exemplares como a dos imigrantes que cruzam a América Central para chegar aos EUA e lutar por seus direitos.

O bolsonarismo, como foi o fascismo nos anos 20 e 30, é produto da hegemonia do capital financeiro, da crise econômica, do desespero de setores populares e médios, e da crise ideológica das classes dominantes – aliás, não apenas das classes dominantes, mas também da ideologia das classes que lhes são antagônicas, ou seja, da crise das ideologias da classe trabalhadora.

A nova e inédita situação exige um reposicionamento do conjunto da esquerda socialista para intervir na realidade e disputar a construção de uma alternativa para os combates imediatos da classe trabalhadora, da juventude e das mulheres. Nossa batalha política no PSOL terá este sentido. Nesse documento, queremos apontar traços fundamentais para a discussão do balanço eleitoral e das primeiras perspectivas da nova situação.

1) Uma situação reacionária, instável e defensiva

Estamos diante de uma situação reacionária. A eleição de Bolsonaro, acompanhada do avanço institucional de seus partidários e aliados, aponta que estamos transitando para um novo regime, que já não responde ao pacto de 1988, mas do qual ainda não sabemos quais serão as determinações mais gerais. A relação de forças se torna desfavorável e a crise política do regime da Nova República joga o pêndulo político para a direita.

A situação anterior, aberta com as greves e o mal-estar social de 2011, potencializou uma experiência com a estratégia e os governos do PT, ganhando um salto de qualidade com a irrupção da juventude nas jornadas de junho de 2013. O colapso do regime da Nova República inaugurava uma situação transitória – estavam-se abrindo elementos de uma situação pré-revolucionária. A resposta da burguesia combinou repressão, disputa de narrativas a partir da Rede Globo e a assimilação das demandas de junho pela via da “reação democrática”, encarnada no PT e em governo.

Os parceiros da coalizão enquadraram as medidas tímidas de Dilma, que chegou a tentar utilizar o ascenso do movimento de massas para criar novas relações de força na superestrutura. Temer exigiu a liquidação da proposta, mesmo mediada, de Assembleia Constituinte que chegou a ser levan-

tada por Dilma. A Rede Globo buscou desviar o foco do protesto, isolando a “ala radical” para normalizar as ruas do país.

Entre 2013 e 2015, houve vários exemplos de ação independente de massas. O número de greves se multiplicou, chegando aos mais altos da história do país. Greves fortes, como a dos rodoviários de Porto Alegre e a dos garis do Rio e ABC, contagiaram as categorias. A politização levou ao auge o debate sobre os temas democráticos e de contestação da corrupção e dos gastos públicos. Movimentos de moradia fortaleceram-se nos grandes centros urbanos, com destaque para o MTST em São Paulo.

A mão pesada da repressão parou os protestos com a utilização da Força Nacional, a aprovação da “lei antiterrorista” e a operação comum entre o governo Dilma e os governos estaduais durante a Copa. A demissão de mais de 50 ativistas metroviários de São Paulo na grande greve da categoria às vésperas da Copa do Mundo marcou esse cenário. A armação da Rede Globo para criminalizar as ruas pela morte do cinegrafista Santiago, já em 2015, foi uma inflexão nos protestos de rua.

Dilma, em 2014, teve sua última advertência. O PT já começava a receber uma votação de castigo nos grandes centros urbanos e nos estados onde governava. O apelo de um discurso mais à esquerda no segundo turno, com certa narrativa antibanqueiros, gerou frustração com a aplicação do ajuste e a nomeação do banqueiro Joaquim Levy logo após a apertada vitória eleitoral do PT com Michel Temer de vice.

O desvio da ação de 2013 resultou em frustração e desmoralização, sobretudo para os setores de classe média que já não se conformavam com as condições do mal-estar social. O descontentamento arrastou o “sistema político” para o redemoinho, com a combinação da crise econômica, em seu pico recessivo, com a crise política. Os escândalos de corrupção desnudavam o mecanismo de associação de toda a casta,

da “esquerda” à “direita”, envolvendo PT, PMDB, PSDB, PP e as siglas menores associadas à Nova República.

A falta de uma direção centralizada com autoridade e de um programa custou caro para Junho. Esta foi sua debilidade principal, somada ao fato de que a classe trabalhadora enquanto tal não participou ativamente apesar do apoio passivo à juventude que unia as camadas médias aos seus setores mais precarizados.

As manifestações reacionárias com base na classe média, impulsionadas pelo MBL e outros setores da direita, foram a resposta da direita à crise do regime. Definimo-las, à época, como um “simulacro” das Jornadas de Junho. A direita começava sua disputa também no terreno que marcou a hegemonia do campo progressista até então: das manifestações de ruas e nas redes sociais.

Tais manifestações foram o lastro que uma parcela da sociedade deu para o golpe palaciano que, na forma de manobra parlamentar, tirou Dilma para colocar seu inimigo íntimo, Michel Temer, como fusível a ser queimado, no plano da burguesia conhecido como “Ponte para o Futuro”.

A mudança de conjuntura fechou a hipótese de uma situação pré-revolucionária, deixando, entretanto, margens para combinações: aconteceram importantes ações do movimento de massa, como a onda de ocupações de escola, o ciclo de lutas de 2017 que se iniciou com o 8 de março, teve ápice na greve geral de abril, na grande ocupação de Brasília contra a reforma da previdência e foi liquidado pelo esvaziamento da nova greve geral de 30 de junho, pelas direções burocráticas dos sindicatos.

A estratégia que Lula e a direção do PT utilizaram para responder a esse curto ciclo de lutas foi desviar a ação para a defesa de Lula e garantir o desgaste do governo para se postular na eleição de 2018. Uma estratégia que organizou derrotas.

A consolidação de uma situação reacionária deu-se nas urnas, com um governo com traços bonapartistas, eleito pelo voto, apesar do caráter manipulado do processo eleitoral como um todo.

Aqui queremos precisar uma categoria: o governo pode ser definido como semibonapartista, tensionando o regime para se fechar mais: um regime que será menos democrático, menos popular e menos nacional.

Não ocorreu, entretanto, uma derrota histórica da classe trabalhadora. As reservas políticas e democráticas da classe trabalhadora não foram testadas na luta de classes. O caráter hesitante e de contenção das direções burocráticas não levou a uma derrota no terreno da luta de classes, mas sim no terreno onde essas direções aceitam disputar a política como centro nos últimos 30 anos: a disputa eleitoral.

A polémica real de 2016 não era sobre quem estava contra ou a favor do impeachment – ao qual nossa posição foi claramente contrária – ou se havia ocorrido um golpe parlamentar. O que estava em questão era se havia ocorrido uma mudança no regime político, se era legítima uma comparação com o golpe de 1964, como faziam o PT e seus aliados, o que evidentemente não aconteceu.

O alarmismo dos setores do PT e de seus satélites desarmou a vanguarda para os enfrentamentos duros que temos e teremos pela frente. O governo Temer, produto dessa manobra parlamentar, aprofundou o sangramento da Nova República. Uma saída como eleições gerais – se agarrada pelo conjunto dos setores progressistas – teria um impacto capaz de deter o amálgama que começava a se formar ao redor de saídas mais autoritárias e messiânicas. Uma vez mais a direção do PT e o lulismo escolheram defender seus próprios interesses enquanto aparelho ao invés de apostar na mobilização popular.

O resultado das eleições municipais em 2016 já projetava o giro à direita, na época galvanizado pelo PSDB e por figuras *outsiders*. Nossa avaliação eleitoral à época já apontava nessa direção – uma hipótese que se confirmaria com a não eleição do PSOL, apesar de seu bom desempenho ao passar para o segundo turno em três cidades importantes como Sorocaba, Belém e Rio de Janeiro:

Assim, consideramos inicialmente o resultado de uma eleição que foi determinada pelo que chamamos de “fim de ciclo”. Este é o marco fundamental para nossas elaborações. As eleições municipais de 2016 tiveram como resultado mais importante a vitória eleitoral da direita, em particular do PSDB, com o aparecimento inédito de forma organizada – ainda que bastante minoritária – de forças da extrema-direita nas Câmaras Municipais e na vida política das cidades. Este crescimento foi de responsabilidade do PT, que durante 13 anos governou em colaboração com a burguesia e frustrou as expectativas de milhões, sobretudo por sua degeneração moral, que veio na esteira de sua capitulação política.

Na VI Conferência do MES, em abril de 2018, indicamos três vetores que marcavam a situação nacional: 1) a contrarrevolução econômica; 2) o descontentamento popular; e 3) a ausência de uma alternativa.

A força de Bolsonaro arrastou setores da burguesia e do dito “mercado”, ávidos por uma velocidade maior no tema das reformas e privatizações. A ala militante da burguesia na campanha já havia sido identificada, sobretudo nos ramos comerciais e de insumos vinculados ao agronegócio. A cara pública destes setores foi a do dono das lojas Havan. A conformação de um comitê da burguesia ao redor das fakenews indica sua necessidade de ampliar seus ganhos com base no desespero e na desregulação profunda das relações de trabalho.

O descontentamento popular ampliou a base incipiente da extrema-direita na tarefa de “ultrapassar” o campo do PSDB.

“Desclassados” de todo tipo, expressões da pequena-burguesia moderna e os trabalhadores dos setores de transporte, como caminhoneiros, motoristas de táxi e Uber, além das classes médias que saíram às ruas para pedir o fim do governo Dilma são a base eleitoral do triunfo do PSL. A greve dos caminhoneiros foi a última ilustração disso.

No cenário pré-eleitoral o descontentamento com os planos do governo e as condições de vida produziram um acontecimento social, pouco disputado por setores da esquerda, que se misturou com as redes sociais bolsonaristas. A militância de extrema-direita nos piquetes foi real, ampliando a máxima de que tem que “mudar tudo que esta aí”.

Quanto à ausência de uma alternativa, o PT não foi capaz de combater a extrema-direita, fruto da experiência que amplas parcelas do povo tiveram com anos de governo social-liberal. O PSOL teve dificuldades de apresentar um projeto global, conectado com as aspirações populares, a começar com a indiferença com relação à “corrupção”, que, em conjunto com a segurança pública, foi a maior expressão da derrota de um projeto de esquerda alternativo, capaz de mover multidões.

Ainda assim, o PSOL se fortalece porque foi, de outra parte, expressão parcial das lutas democráticas, sobretudo de mulheres, a luta por justiça para Marielle e em parte da juventude estudantil.

A política que Lula levou adiante – evitando qualquer alternativa por fora de si e do núcleo petista, neutralizando o PSB para enfraquecer Ciro – apostava que o melhor seria um segundo turno entre o PT e Bolsonaro, subestimando, objetivamente, a força das posições acumuladas pela extrema-direita. Trocando em miúdos, a direção lulista agitou o espantalho, mas não atuou para combater o corpo real. A declaração do rapper Mano Brown em comício da Lapa é o testemunho dessa política. O afastamento da esquerda majoritária da vida do povo, com o aburguesamento de parte dos quadros e di-

rigentes, abriu caminho para que outros atores ocupassem o espaço, já que se sabe não haver vácuo em política. As igrejas evangélicas operaram nessa condição de isolamento e afastamento da esquerda dos bairros e periferias do país.

A vitória do último 28 de outubro consolida uma situação reacionária. Uma situação que opera num novo tipo de regime, ainda em transição, que regride da condição democrática do regime constitucional de 1988. Um regime menos democrático, menos popular e menos nacional. Um governo com traços semibonapartistas, apoiado na centralização dos poderes nas mãos do presidente, com o Exército assumindo postos e equilibrando-se com todas as outras instituições.

A força institucional acumulada por Bolsonaro é o maior risco para forjar uma situação mais regressiva para o movimento de massas. Esta será uma tensão permanente em seu governo. No Rio de Janeiro, esta situação ganha contornos ainda mais dramáticos com os ataques aos direitos democráticos, como a licença para as polícias matarem, prometidos por Witzel. O que é certo é que vamos para uma situação de maior polarização social.

2) O marco da situação internacional: o Brasil novamente sincronizado com uma tendência internacional

A vitória da extrema-direita num gigante latino-americano como o Brasil muda em qualidade a relação de forças no continente. Assim como em 2013 definimos que o Brasil ingressava na “rota mundial dos indignados”, ao ser parte do movimento de ruas e praças que a juventude protagonizava em parte do planeta, podemos relacionar a vitória de Bolsonaro com o ascenso de novos governos autoritários, “populistas de direita” e de extrema-direita no mundo. O fenômeno, desigual, tem em Trump sua face mais visível.

Com a crise econômica de 2008, as tendências latentes nos países acabaram se sincronizando: a necessidade de ampliar a extração de mais-valia, reduzindo o “custo” dos países e aumentando as taxas de produtividade; o descontentamento popular com a corrupção e a gestão dos partidos tradicionais; e a ausência de uma alternativa socialista, de massas e consequente.

A forma política que traduziu a combinação entre a crise política e econômica acabou por devastar os regimes baseados nos pactos entre os partidos tradicionais, da direita constitucional e da esquerda social-democrata. Tocados por problemas como migrações, segurança pública e corrupção, o esgotamento do modelo de gestão democrática baseado na alternância e longevidade dos regimes, abriu uma etapa de “crise orgânica” recorrente em boa parte dos países, para usarmos um conceito de Antonio Gramsci, na qual há uma “ruptura entre as classes sociais e as representações tradicionais. É característica desse tipo de crise a falência total ou parcial do sistema político-partidário”. Essa analogia serve para governos e regimes oriundos das vitórias eleitorais de Trump, Erdogan, Orban e Duterte, além do caso da Itália de Salvini.

A saída pela força – ao contrário dos longos períodos democráticos anteriores – já não aparece como uma exceção ou um parêntesis. Diferentes entre si, com interesses por vezes antagônicos e trajetórias distintas, a existência de regimes autoritários é um fato em grandes países do mundo: China, Irã, Rússia, Arábia Saudita, além dos já citados, parte dos recentes fenômenos eleitorais.

O aspecto profundo do crescimento de saídas à direita se relaciona com a falta de uma perspectiva socialista e democrática. O socialismo não é visto como algo possível no horizonte de milhões, seja por sua identificação com o projeto stalinista que fracassou no século passado, seja pelo peso real

que a ideologia reformista ainda tem na classe. As tragédias de Ortega na Nicarágua, uma ditadura degenerada, ou de Maduro, um processo que leva a Venezuela à ruína política e econômica, representam modelos que atrasam a consciência para um regime alternativo, no qual os trabalhadores possam governar, isolar o rentismo e expropriar a classe burguesa. É um processo histórico profundo. As revoluções democráticas e processos radicalizados que acompanhamos desde a irrupção da Praça Tahrir em 2011 e seus impactos na “onda dos indignados”, não resultaram numa inflexão que recolocasse no horizonte a tomada do poder pelos trabalhadores, seus organismos e pela esquerda radical. Um processo que deve ser estudado e discutido, ainda como fruto da experiência dos Estados Operários burocratizados no século XX, nos quais a falsa consciência impôs-se.

A situação regional consolida o pêndulo para a direita, com Bolsonaro, Duque na Colômbia, Piñera no Chile, além do governo Macri na Argentina. Isso terá efeitos, como uma pressão maior para a presença estadunidense na região, discurso contra os imigrantes e acosso contra a soberania da Venezuela.

O papel do sionismo na construção da vitória de Bolsonaro revela uma maior parceria no comércio militar – já se anunciaram acordos de colaboração –, e o apoio de líderes evangélicos com sua nova teologia pró-Israel. O anúncio da política de transferência da embaixada para Jerusalém, seguindo os passos de Trump, causou constrangimentos diplomáticos, com a reação dos países árabes, que devemos seguir acompanhando.

Um dos articuladores da vitória de Bolsonaro, o “gênio das *fakenews*” Steve Bannon, faz a ponte entre a extrema-direita que chama de “ilberal” e os processos nacionais que surgem no mundo. O mais importante fator a ser seguido é a dinâmica do governo Trump, seus desdobramentos no terre-

no da resistência e de sua legitimidade. Estamos preparando um documento para detalhar melhor o resultado das eleições americanas porque Trump serve como espelho desse traço da situação mundial. É o principal polo a ser analisado também com relação à resistência de setores democráticos, como as mulheres, LGBTs, negritude, e dos trabalhadores que saem às ruas e greves, além da crescente representação à esquerda das formações tradicionais do Partido Democrata, pela via dos Socialistas Democráticos (DSA).

Ainda há algumas interrogantes para acompanhar: como será a crise econômica mundial? Aonde vai o governo de Trump? Será ampliado o conflito comercial entre China e EUA? Qual a dinâmica regional de países como Argentina, Chile, Colômbia e México?

3) A natureza do novo governo

O fechamento do regime responde a uma necessidade do capitalismo de garantir sua estabilidade econômica, estabilidade do ponto de vista deles, os capitalistas, especialmente no caso dos rentistas, que querem continuar navegando nas altas taxas de juros e nos ganhos financeiros exorbitantes que têm ao longo dos últimos anos. Se isto não é uma novidade, há no horizonte a ameaça da crise econômica, já que o Brasil não consegue mais manter tal nível de pagamento de juros e ao mesmo tempo pagar aposentados, investir em saúde e educação.

O núcleo anunciado do novo governo responde aos setores fundamentais do “bolsonarismo em consolidação”: muitos militares, Paulo Guedes e ultraliberais inspirados no governo Pinochet, setores mais atrasados do agronegócio como a UDR/Heinze, evangélicos e lideranças das chamadas bancadas do Boi, Bala, Bíblia, com a benção do rentismo internacional e de setores da burguesia nacional. O imprevisível

do governo Bolsonaro será de tensão permanente entre uma linha de maior gestão dos negócios e declarações de teor semifascista.

Os militares retornam ao centro da política institucional depois de décadas. Isso combina a política adotada pelo PSDB e pelo PT de não enfrentar a justiça de transição, contrariando o processo que ocorreu na redemocratização em países como Uruguai e Argentina. Nenhum torturador chegou ao banco dos réus. O “entulho da ditadura” nunca foi removido e volta a assombrar. O SNI/ABIN, os tribunais militares e a estrutura policial de duas forças estaduais independentes permaneceram após o pacto da Nova República.

Hoje temos uma estrutura militar que envolve, entre Marinha, Exército e Aeronáutica, mais de 320 mil militares na ativa, além de 1 milhão e 115 mil reservistas e 425 mil membros ativos das polícias militares, 13 mil na Polícia Federal e 118 mil nas polícias civis estaduais. O general Augusto Heleno é um dos que se postula como capaz de dar direção à aliança bolsonarista. Respalhado durante os governos do PT como responsável pelas forças de ocupação do Haiti – experiência posteriormente utilizada para projetar operações e a intervenção militar no Rio de Janeiro. Heleno busca ser o elemento de coesão, dentre as frações militares e civis, de um governo que ainda demonstra falta de sintonia.

A falta de política da maior parte da esquerda para a baixa e média oficialidade também é parte do balanço. Houve duas grandes ondas de mobilização nas polícias civis e militares durante o período da Nova República. Primeiro, ocorreram as grandes greves estaduais de 1996 e 97, que se chocaram com o ajuste neoliberal dos anos 90, com muita força em Alagoas, Rio Grande do Sul, Minas Gerais. Anos depois, já sob o governo federal petista, ocorreu a mobilização de bombeiros e policiais militares e civis, a partir da greve dos bombeiros de 2011 no Rio de Janeiro. Daciolo, em seus primeiros passos

políticos, era expressão de que havia confusão e combatividade nos encontros, com a grande contradição do peso evangélico que se espalhava nas bases dessas corporações.

Por um lado, o PT ofereceu uma saída reformista como resposta à primeira onda e, quando estava no governo, operou a repressão, chegando a prender os líderes do movimento para evitar uma rebelião de caráter nacional. Fica a lição da necessidade de ter uma política de organização e defesa da capacidade associativa das baixas e médias camadas das FFAA e das polícias.

Os grandes proprietários de terra foram ganhando peso diante da crise política. Após os anos de aumento nos preços internacionais das commodities, nos quais uma parte do agronegócio migrou para uma linha de coexistência com o social-liberalismo, sob a liderança de Maggi e Kátia Abreu, os dirigentes do mundo rural e da grande propriedade tomaram para si a defesa de seus interesses e posições. Heinze, Caiado e Nabhan Garcia associam a defesa do porte de armas, as novas leis sobre o abigeato, com um grupo forte de pressão dentro do bolsonarismo, como fenômeno reativo às demarcações de terra e reparações históricas com quilombolas, indígenas, ribeirinhos e outras comunidades que disputam a partilha da terra.

Esse fenômeno se assemelha a parte da “altright” trumpista, armada e rural, com a retomada de valores racistas e escravistas, herança que ainda pesa no Brasil, país em que se revela o limite das transições por “cima”, incompletas, e no qual o latifúndio volta a assombrar com seu discurso contra indígenas, negros e sem-terra.

Como visto nas relações com Magno Malta e Silas Malafaia, o componente evangélico será outra variável permanente no núcleo bolsonarista. Desde já, fica clara a disposição do novo governo de aplicar medidas de força contra a educação laica e pluralista, ao redor de temas como “escola sem parti-

do”, numa leitura ultraconservadora da realidade. Será um governo de permanente enfrentamento, tensão e disputa a quente, com a continuidade das fakenews. Podemos resumir, esquematicamente, os eixos fundamentais do plano de Bolsonaro da seguinte forma:

a) Economia

Ajuste, reforma da previdência, privatizações, ataque ao funcionalismo, aos direitos trabalhistas e sociais;

b) Segurança

Revisão do Estatuto do Desarmamento, diminuição da maioria penal e desregulamentação da segurança privada;

c) Educação

Aceleração das parcerias com fundações, avanço da privatização do ensino superior com possível fim da gratuidade e “escola sem partido”;

d) Ambiental

Ataque aos órgãos de preservação do meio-ambiente, como Ibama e ICM-Bio, flexibilização de reservas, estímulo à mineração, leniência com a grilagem e ataques aos povos tradicionais.

A indicação de Paulo Guedes para um novo Ministério da Economia que concentrará enormes atribuições, responde ao “choque neoliberal” pedido pelos operadores do mercado. Por sua vez, a presença de Sérgio Moro no Ministério da Justiça, com grande concentração de poderes, é uma tentativa de resposta de Bolsonaro a um apelo da opinião pública, abrindo novas contradições que podem enfraquecer em breve o projeto do novo governo. Ainda que possa ser um “fusível” a ser

queimado pela dupla Bolsonaro/Mourão, Sérgio Moro estará constrangido sobre suas companhias na Esplanada, como Onyx Lorenzoni, que confessou receber caixa 2. A primeira entrevista coletiva de Moro já mostrou a pressão da imprensa sobre esta contradição. Também será necessário acompanhar como tratará do tema mais grave no terreno dos direitos democráticos: o caso Marielle. Em suas primeiras entrevistas, tocou no assunto, o que demonstra ser necessário avançar na agitação e exigências de resposta, tanto no Brasil como internacionalmente. Expressamos nossa visão no artigo de Roberto Robaina, “Sérgio Moro de ministro do Bolsonaro”.

As perspectivas econômicas são incertas: o que sabemos é que haverá mais ataques ao povo, caos no serviço público e crescimento das formas de emprego precário. Há várias questões abertas. O Brasil receberá novos investimentos estrangeiros estimulados pela política de choque de Guedes? Que efeitos terá a crise das moedas dos países emergentes? Como o governo lidará com o tema do endividamento? Qual será a dimensão da crise social diante de tais ataques? Como ficará a economia real? Uma notícia recente na *Folha de S. Paulo* fala em mais de 20 mil moradores de rua só na capital paulista. A forte presença do crime organizado em importantes capitais, objeto de bravatas de Bolsonaro ao longo da campanha, é outro tema fundamental sobre o qual o povo espera resposta.

É necessário levar em conta que os milhões de eleitores que depositaram esperança de que Bolsonaro poderia mudar “tudo que está aí” rapidamente começarão a fazer sua experiência com este governo e seu líder. A respeito, a visão de Marcelo Freixo é bastante eloquente: “Eu não tenho dúvida de que a melhor maneira de derrotar o bolsonarismo, essa onda de atraso, de retrocesso tão forte, é ele [Bolsonaro] no governo”, diz. “Ali ele será exposto a algo que nunca foi. O problema é o preço que a gente vai pagar, esse preço será alto, incalculável”.

O maior risco do processo atual vincula-se ao crescimento das milícias. A principal e real expressão de setores que podem ir ao fascismo, como já alertamos em outros momentos, vincula-se ao Rio de Janeiro e à existência de bandas paramilitares sob a forma de milícias. O cenário dramático do Rio é a pior a expressão deste fenômeno: o ascenso do bolsonarismo ligado às milícias. Ainda é muito cedo para arriscar alguma hipótese, mas o risco da “mexicanização” do Brasil é o mais real, dentro das hipóteses de fechamento do regime e ataques contra a esquerda, o movimento operário e suas organizações.

4) Dinâmica da resistência e politização

O segundo turno eleitoral foi marcado pela entrada em cena de centenas de milhares de ativistas que lutaram contra a emergência de Bolsonaro e de suas posições semifascistas. Houve uma escala de politização, sobretudo entre as mulheres e a juventude, que antecipam a vanguarda de uma resistência maior aos planos de Bolsonaro e a seus ataques às liberdades democráticas constituídas.

É preciso combinar a defesa do movimento democrático das últimas duas semanas do segundo turno à necessidade da classe trabalhadora fazer a experiência. Como dissemos, parcela importante dos eleitores de Bolsonaro votou estimulada por elementos de atraso e pela visão de “mudar tudo isso aí”, numa espécie de revolta às avessas contra as “elites políticas”.

Mobilizar o setor dinâmico da resistência e acompanhar a experiência dos que votaram em Bolsonaro por motivações confusas é o segredo para alargar a dinâmica de politização e evitar retrocessos maiores. Por isso, é preciso estar aberto ao diálogo com as confusões, explicando pacientemente para os setores da classe trabalhadora o que está em jogo.

As medidas impopulares de Bolsonaro, como a contrarreforma da previdência, destruição de direitos trabalhistas, desvinculação orçamentária de áreas sociais e a possível recriação da CPMF, além de outros ataques amplos aos direitos do povo, devem servir como base da experiência. Como apontou Vladimir Safatle em palestra recente na USP, “temos que nos manter unidos e trazer os que estão do outro lado. Assim vamos recompor uma maioria democrática. As universidades são as cidadelas da resistência”.

Na sexta-feira anterior à eleição, várias universidades foram invadidas com mandados judiciais para a retirada de faixas alusivas à luta contra o fascismo. Depois de importante mobilização, o STF julgou tais medidas inconstitucionais. A defesa das universidades é uma alavanca para a construção de um polo de resistência, organizando por baixo e oferecendo alternativas democráticas e participativas para atuar. O calendário do movimento estudantil será especial, portanto, como forma de unir também ao redor de si pós-graduandos, a defesa da pesquisa, da autonomia universitária, do direito de cátedra e do conjunto das conquistas das universidades públicas e do sistema nacional de pesquisa nos últimos anos.

Teremos de estar atentos e vigilantes na defesa de medidas constitucionais. O papel de instituições como STF pode arbitrar a favor de medidas populares e contra violações legais. Esse parâmetro vai levar-nos a compor unidades amplas para tais defesas. As contenções contra a ação dos bolsonaristas no âmbito federal, estadual e na disputa da sociedade devem ser preservadas e erguidas. É importante responder com força a cada ataque, começando ao dito “escola sem partido” e é fundamental construir uma ampla unidade das forças progressistas em defesa das liberdades democráticas, já que os ataques verbais de Bolsonaro podem transformar-se em ataques reais, já antecipados na campanha eleitoral, contra a imprensa e populações oprimidas, que precisam ser respondidos.

Não é possível aceitar a hegemonia de nenhum partido nesse processo de construção da oposição a Bolsonaro. O que vai ocorrer nos próximos quatro anos é muito difícil de prever porque dependerá da capacidade de reação das forças progressistas da sociedade, se estas conseguirem impedir os retrocessos reacionários que Bolsonaro pretende impor à sociedade ou se retrocederão, deixando que as forças políticas da direita avancem cada vez mais. Podemos impedir tais retrocessos com a força das mulheres, que foram fundamentais nesse processo de luta contra o Bolsonaro no segundo turno, com a força do movimento LGBT, com a força da juventude nas escolas e nas universidades, que já estão demonstrando sua capacidade de resistência. Mas é preciso ampliar a resistência e dialogar.

As pesquisas eleitorais mostraram que grande parte dos eleitores do Bolsonaro não acreditava que ele iria implantar uma ditadura no Brasil. Então, se ele tentar implantar essa ditadura, os eleitores de Bolsonaro poderão vir a ser nossos aliados a lutar contra o próprio Bolsonaro.

O movimento operário, por sua vez, ainda não teve sua força colocada à prova. Não sabemos como irão responder os batalhões pesados da classe, onde há muitos eleitores de Bolsonaro. Devemos organizar e dialogar nos locais de trabalho. O acúmulo da luta contra a reforma de previdência de Temer, em 2017, gerou uma posição amplamente majoritária em rechaço à retirada dos direitos previdenciários. Setores como caminhoneiros e vinculados às forças de segurança, como vigilantes, que se posicionaram a favor do voto em Bolsonaro podem ter contradições com os planos econômicos que serão aplicados.

O serviço público será atacado. Utilizando o funcionalismo como bode expiatório, o peso da repressão e das demissões será grande. Temos que acompanhar a defesa do serviço público, além do efeito da PEC do teto de gastos e os fortes desdobramentos da crise fiscal nos estados.

5) Os desafios do PSOL e a recomposição da esquerda

O PSOL deve tomar parte no ciclo da resistência, após sua vitória eleitoral, como protagonista de muitas lutas democráticas no país. Superar a cláusula de barreira em difíceis condições coloca o partido com muitas responsabilidades. É preciso disputar a construção e a reinvenção da “nova esquerda”, como parte da luta por uma direção para a classe e a juventude. É nos períodos de choque que se testam as direções e está claro que o PT não está à altura do desafio. Por isso, defendemos que o PSOL possa forjar unidades, mas com um perfil próprio e independente. O partido não pode ter uma orientação de construir um campo preferencial com o petismo. Trotsky explica em *Classe – Partido – Direção* como se devem superar as direções que atuam como uma trava à classe trabalhadora:

Imitando os liberais, nossos sábios aceitam tacitamente o axioma de que cada classe tem a direção que merece. Na realidade, a direção, de nenhum modo, é um simples “reflexo” de uma classe ou o produto de sua própria criação livre. Forja-se a direção no processo dos choques entre diferentes classes e das fricções entre as diferentes camadas dentro de determinada classe. Uma vez assumido seu papel, a direção invariavelmente se eleva acima de sua classe, com o que fica predisposta a sofrer pressões e influências de outras classes. O proletariado pode “tolerar” por longo tempo uma direção que tenha sofrido um processo de completa degeneração interna, contanto que ela não tenha tido a oportunidade de evidenciar essa degeneração diante dos grandes acontecimentos. É necessário um grande abalo histórico para aparecer a aguda contradição entre a direção e a classe. Os abalos históricos mais poderosos são as guerras e as revoluções. Precisamente por este motivo é que, com frequência, a classe operária é pega desprevenida pela guerra e pela revolução. Mas, mesmo nos casos em que a velha direção tenha revelado sua corrupção interna, a classe não pode improvisar imediatamente uma nova direção, se não herdou do período anterior sólidos quadros revolucionários, capazes de aproveitar o colapso do velho Partido dirigente.

A questão da disputa da hegemonia no campo da oposição deve ser debatida. No âmbito da reorganização da esquerda, além das conclusões críticas à experiência dos governos do PT, de natureza social-liberal, será fundamental a afirmação do PSOL, sua identidade própria, sua política clara e independente. Ao persistir a ausência de política global e alternativa por parte do PSOL, o PT tende a liderar a oposição, fruto de seu fortalecimento relativo, pelo menos no terreno parlamentar. Essa disputa, nos marcos de uma unidade que deve ser muito maior e abarcar toda a oposição existente a Bolsonaro, existe porque temos um projeto diferenciado ao do PT e lutamos para não sermos confundidos.

O PSOL deve dar um salto em sua intervenção política e em sua capacidade organizativa. Há espaço em para defender as pautas democráticas radicais que o PSOL vocaliza. Precisamos aprofundar a discussão para vincular mais o partido à classe e construir um projeto mais global.

Nosso escore eleitoral credencia o Partido para tanto. Obtivemos quase 3%, dobrando a bancada eleita em 2014 na Câmara. Nosso destaque foram as mulheres, metade da bancada federal, com Sâmia, Fernanda, Talíria, Áurea e Erundina. Nossa votação no Rio de Janeiro foi forte, capitaneada por Marcelo Freixo, seguido de Glauber e Jean. A bancada federal completa-se com a experiência de Ivan Valente, que carrega marca da resistência ao regime militar, e também com a força de Edmilson, deputado mais votado do Pará. Avançamos em 50% nossa representação nas assembleias estaduais, ampliando o raio de ação parlamentar do Partido.

O Partido precisa ter medidas para integrar a intervenção militante, a bancada federal e a direção partidária: reuniões periódicas da executiva, maior comunicação entre a militância, setoriais atuantes. E uma imediata campanha de filiações, com critérios, para abrir as portas para milhares de ativistas que querem organizar a resistência e miram em nosso

Partido uma ferramenta necessária. Para tanto, é preciso ter um partido mais vivo e militante, que garanta com unidade a defesa de um programa democrático, com radicalidade e capacidade de diálogo com outros setores e forças políticas à esquerda. Para que a orientação seja a mais nítida possível, queremos afirmar três categorias próprias e diferenciadas:

I – Unidade de ação ampla

Com todos, baseada em temas pontuais, de acordo com as necessidades. Uma orientação que serve desde blocos parlamentares até campanhas democráticas. A condição para um bloco/unidade comum é estabelecer pontos de acordo mínimos, transparência na composição e garantia de expressão do perfil político independente;

II – Frente única

Com os que declaram defender os interesses dos trabalhadores, dos assalariados, dos camponeses, sem terra, sem teto, indígenas e quilombolas, mulheres e negros, defenderemos uma frente única com base num programa comum de reivindicações destes setores sociais, bem como insistiremos na frente única para defender as organizações da classe, da juventude, dos movimentos sociais, rurais e urbanos, como MST e MTST.

III – Identidade anticapitalista

Discussão estratégica para a conformação de um polo e luta para que o PSOL represente a nova esquerda. Mais do que nunca, é preciso fazer o debate de alternativas.

O crescimento do DSA nos Estados Unidos, resultado da necessidade de resistência a Trump, serve como exemplo de que existe espaço para uma postulação que afirme o socialismo e a liberdade.

6) Nossa tarefas

Nossa corrente tem novos desafios. Acabamos de ter uma avanço eleitoral, com novos mandatos, que nos posicionam para responder mais à política nacional cotidiana. Sabemos que a única saída para o desenvolvimento da esquerda socialista, no atual estágio, passa por batalhar para que o PSOL se postule como ferramenta da luta do povo e alternativa dentro do campo da resistência.

Queremos anunciar alguns dos eixos com os quais devemos intervir e debater no próximo período. A defesa das liberdades democráticas, na qual o papel de mulheres e da juventude é central como primeira fila da resistência. Isso envolve a mobilização contra o projeto “escola sem partido”, a defesa das universidades, participando ativamente das lutas nos locais de estudo, a vigilância e denúncia da política de extermínio das juventudes negras da periferia. Quanto às mulheres, o exemplo do #Elenão, no primeiro e segundo turnos deve ser aprimorado como forma permanente de manter viva a organização da resistência por baixo. Devemos, também, combater as fakenews nas redes, articulando um “aparelho próprio” da disputa de hegemonia. É preciso estimular uma política de comunicação alternativa para ampliar nossas ideias.

Queremos apresentar uma linha de ação, com base num programa direto que o PSOL possa tomar como centro, dialogando com outros atores da esquerda socialista e os movimentos sociais, partindo da luta central do período – que é o maior divisor de águas entre as posições democráticas e a linha profascista do futuro governo – a luta por justiça para Marielle.

Propomos, aqui, elementos de um programa sintético para o debate:

- a) Justiça para Marielle, uma campanha mundial;
- b) Defesa dos direitos do povo. Abaixo a contrarreforma da previdência e o plano econômico Guedes/Bolsonaro. Combate à PEC do teto, às privatizações. Defesa do emprego, dos salários e direitos;
- c) Contra a perseguição, prisão e acoso aos líderes populares, sindicais e de movimentos sociais;
- d) Defesa da Amazônia e do meio-ambiente contra as medidas de espoliação do capital contra os recursos naturais;
- e) Defesa dos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e da população rural contra o ataque às demarcações de terra e a ofensiva dos latifundiários e grileiros;
- f) Defesa da autonomia das universidades. Pelo direito à pesquisa, ensino e extensão públicos e gratuitos;
- g) Taxação das grandes fortunas, dividendos e heranças. Que os mais ricos paguem pela crise social;
- h) Luta contra a corrupção e os privilégios da casta política e da cúpula dos Três Poderes.

Além destas medidas, a discussão programática precisa contar com a elaboração de mulheres, LGBTs, negras e negros contra os ataques do novo governo. É preciso incluir no debate a questão da autodefesa e da organização de equipes de preservação.

A formação marxista e propaganda precisam fortalecer-se. Para isso, devemos contar com os esforços da *Revista Movimento* e promover iniciativas de formação como a Escola Marx, realizada no Rio Grande do Sul em 2018.

Nossas frentes de intervenção, como Juntos, Juntas, Mover e Emancipa, terão papel fundamental na participação das lutas de base. Este é o momento para aprofundar a elaboração política e a intervenção nos locais de estudo e trabalho.

É preciso, também, estimular canis de debate estratégico com setores das forças de segurança, inspirando-se e apoiando a experiência dos sindicatos que são referência na luta policial, como o Sinpol-PE e a Ugeirm-RS.

O MES lutará com seus novos mandatos, com nossas publicações e com nossas frentes de atuação para colocar nossas energias a serviço da recomposição de uma esquerda radical, anticapitalista e democrática, baseada na luta de classes.

7) Apostar na criatividade e resistência do povo brasileiro

O esforço para colocar em pé uma alternativa e para lutar pela ampliação da resistência só poderá ter êxito se estiver baseado nas lutas do povo. Apenas a gigante classe trabalhadora brasileira, que tem o rosto de mulher, da luta do povo negro e da juventude, poderá deter os planos de ódio e devastação do novo governo. Queremos dizer que nosso destino militante está atado intrinsecamente à capacidade da resistência do povo. Por isso, numa situação defensiva, queremos ainda mais nos apoiar na criatividade e na experiência coletiva de um povo que batalha todos os dias para sobreviver. A cultura e a resistência em formas populares, como o Carnaval, devem servir de ferramentas para reverberar a luta social.

Queremos concentrar forças em atividades gerais, como o carnaval de 2019, no qual a Estação Primeira de Mangueira levará à avenida um samba-enredo em homenagem a Marielle Franco. O dia internacional das mulheres, 8 de março, tal como na resistência a Trump, promete ser a primeira grande ação de massas em oposição ao governo de Bolsonaro. E, ainda no mês de março, o registro de um ano do assassinato de

Marielle, no dia 14, deve ser uma importante data de luta. Temos um calendário e precisamos apoiar as lutas nos locais de estudo, trabalho e moradia.

Nossas trincheiras parlamentares estarão a serviço dessa construção, como caixas de ressonância da luta popular em tempos de resistência. Estimularemos a formação de quadros políticos revolucionários para a luta junto ao povo. Reforçaremos os laços de luta com os povos de todo o mundo, com o internacionalismo que nos é caro, para fazer a boa luta e vencer!